



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



NATAL, ABRIL DE 2019



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte



MENSAGEM DO REITOR

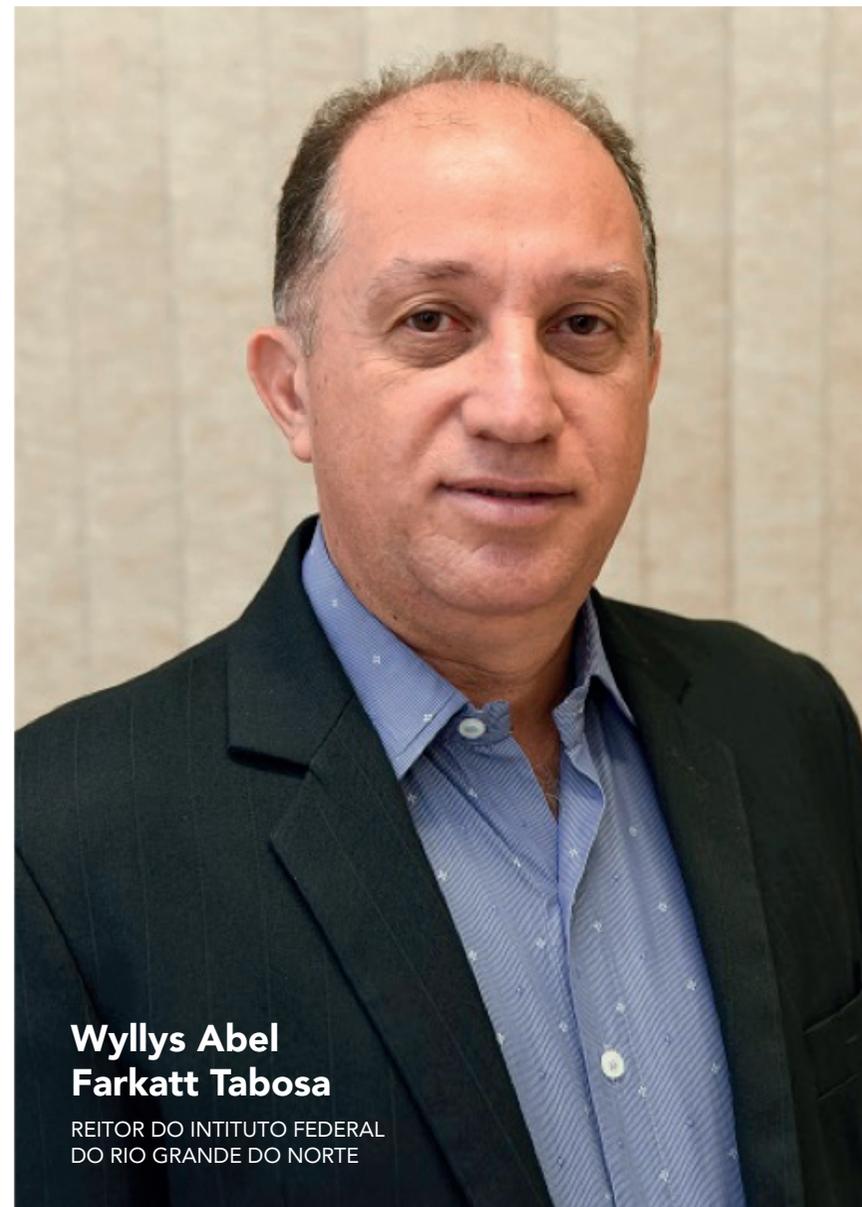
Este documento apresenta à sociedade uma visão sistêmica dos resultados obtidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) no ano de 2018. Constitui-se como uma prestação de contas anual, fundamentada nos princípios da transparência e que regem a Instituição.

O IFRN tem como premissa institucional a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Com base nesse tripé, todas as ações desenvolvidas ao longo desse ano voltaram-se para o compromisso de cumprir, com excelência, a função social da Instituição de “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”.

Todo o fazer institucional encontrou-se alinhado aos seus objetivos estratégicos nas dimensões de: Gestão Estratégica; Comunicação e Eventos; Governança; Atividades Estudantis; Ensino; Extensão; Pesquisa e Inovação; Gestão de Pessoal; Gestão Administrativa; Engenharia e Infraestrutura; e Tecnologia da Informação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018 do IFRN.

Com relação a esse importante instrumento de gestão, um dos destaques aqui apresentados diz respeito ao novo PDI (2019-2026), construído ao longo de 2018, de forma democrática, com a participação da comunidade acadêmica. No intuito de melhorar a gestão para resultados, foi implementada a metodologia *Balanced Scorecard*, com definição de mapa estratégico e painel de desempenho.

Este Relatório enfatiza, também, os êxitos obtidos pelo IFRN, tais como o Recredenciamento Institucional, que confirma a qualidade do ensino ofertado e simboliza o reconhecimento do trabalho e dos esforços de docentes, técnicos administrativos e estudantes.



**Wyllys Abel
Farkatt Tabosa**

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL
DO RIO GRANDE DO NORTE

O IFRN EM NÚMEROS

Superação da meta do Índice de Permanência e Êxito em **11%**, principalmente graças à redução de matrículas retidas

Realização da ação “Reitoria no campus” em **21** campi, através de visitas do grupo gestor do IFRN

Posição de **primeiro lugar** entre os Institutos Federais do Brasil, pelo *Webometrics Ranking of World Universities*, grupo de pesquisadores espanhol, que avalia a presença e o impacto da Instituição na internet

Um aumento de **250%** no número de matérias divulgadas sobre o IFRN na mídia em geral, conforme dados cadastrados no SUAP

Aumento de **7%** no número de estudantes atendidos pelos programas gerenciados pelo Serviço Social: Alimentação Estudantil, Auxílio transporte, Bolsas de Apoio à Formação Estudantil.

Ampliação do acervo com investimento de **R\$ 800.000,00**, proveniente de recursos da própria Reitoria. Ampliação dos espaços físicos das bibliotecas dos campi Nova Cruz, Apodi, João Câmara, Parnamirim, Caicó e Ipanguaçu.

Um total de **40.178** alunos matriculados e **2.646** servidores ativos, entre servidores técnicos e docentes

Aumento do número de projetos de extensão executados em 2018, embora os recursos tenham permanecido no mesmo patamar de anos anteriores, observa-se o crescimento em **15%** do número de projetos executados em 2018 (337 projetos) em relação a 2017 (293 projetos);

21 registros de propriedade intelectual depositados ou registrados no INPI, sendo **4** solicitações de registros de patentes, **16** softwares e uma marca.

Centro de Tecnologia Mineral (CTM ou CT Mineral) em processo de implantação para desenvolvimento de projetos de pesquisa e inovação, prestação de serviços tecnológicos e capacitação de mão de obra na área.

Publicação de **269** artigos pelos pesquisadores do IFRN, com Qualis A1, A2, B1 e B2, num universo de 488 artigos em periódicos.

Atualmente, o IFRN possui **9** incubadoras tecnológicas em funcionamento, **2** das quais possuem certificação CERNE ou encontram-se em processo para obtenção desse certificado.

Efetivação de cerca de **62** provimentos de candidatos oriundos dos Concursos regidos pelos editais 19/2016- Reitoria/IFRN, 21/2016- Reitoria/IFRN e 22/2016- Reitoria/IFRN.

A assistência estudantil realizou **19.564** atendimentos, dentre eles **10.761** de saúde; **4.372** auxílios e **1.323** bolsas.

Em 2018, o percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados com locação de mão de obra foi de **25%**, percentual abaixo do percentual previsto no PDI 2015-2018, que foi de 27%.

SUMÁRIO



1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO

1.1 Identificação do IFRN **09**

1.2 Estrutura Organizacional **10**

1.3 Ambiente de atuação **12**

1.4 Modelo de negócios **15**

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 Objetivos estratégicos **18**

2.2 Descrição das estruturas de governança **21**

2.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas **23**

3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1 Gestão de Riscos **26**

3.2 Medidas específicas de gerenciamento dos riscos significativos **27**

4 RESULTADOS DA GESTÃO

4.1 Objetivos Estratégicos da dimensão Gestão Estratégica **29**

4.2 Objetivos Estratégicos da dimensão Comunicação e Eventos **38**

4.3 Objetivos Estratégicos da dimensão Governança .. **42**

4.4 Objetivos Estratégicos da dimensão Atividades Estudantis **44**



4.5 Objetivos Estratégicos da dimensão Ensino **50**

4.6 Objetivos Estratégicos da dimensão Extensão **60**

4.7 Objetivos Estratégicos da dimensão Pesquisa e Inovação **64**

4.8 Objetivos Estratégicos da dimensão Gestão de Pessoal **70**

4.9 Objetivos Estratégicos da dimensão Gestão Administrativa **79**

4.10 Objetivos Estratégicos da dimensão Engenharia e Infraestrutura **83**

4.11 Objetivos Estratégicos da dimensão Tecnologia da Informação **87**

5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 Declarações do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e do Pró-Reitor de Administração **90**

5.2 Gestão orçamentária e financeira **91**

5.3 Gestão de pessoas **98**

5.4 Gestão de licitação e contratos **104**

5.5 Gestão patrimonial e infraestrutura **108**

5.6 Gestão da tecnologia da informação **112**

5.7 Gestão de custos **116**

5.8 Sustentabilidade ambiental **120**





6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Declaração do Contador **123**

6.2 Demonstrações Contábeis **124**

6.3 Notas Explicativas **136**

7 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7.1 Determinação da materialidade das informações ... **148**

7.2 Tratamento de determinações e recomendações
do TCU **148**

7.3 Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha – Estatísticas
Oficiais da RFECT **151**

7.4 Indicadores do Acórdão nº 2267/2005-TCU **153**

8 ANEXOS E APÊNDICES

A1 Declarações de integridade do relato integrado ..**156**

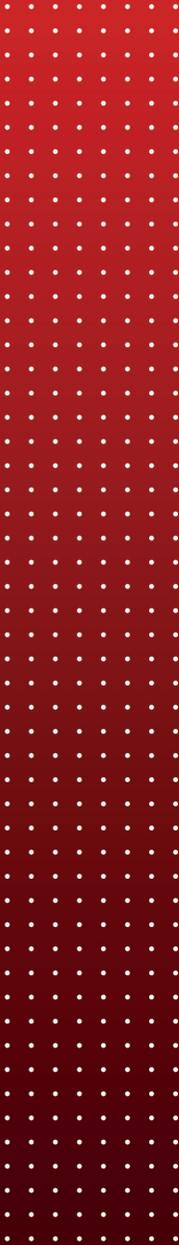
A2 Glossário **156**

A3 Lista de Siglas e Abreviações **158**

CRÉDITOS

Créditos **161**





VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE DE ATUAÇÃO



1



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO IFRN

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, institucionalidade dada pelos termos da Lei 11.892/2008, faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vincula-se ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica. Está presente em todo o estado do Rio Grande do Norte através de seus 22 *campi*, atendendo a 40.178 alunos.

A função social do IFRN é “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”.

De organização pluricurricular e *multicampi*, o IFRN oferece um ensino público, laico, gratuito e de qualidade. Oferta, nesse sentido, cursos em sintonia com a função social que desempenha, visando a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Apresenta, para tanto, um currículo organizado a partir de quatro eixos – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que atuam, de modo entrelaçado e intercomplementar, como princípios norteadores da prática educativa. O IFRN desenvolve a pesquisa e a extensão, na perspectiva de produção, socialização e difusão de conhecimentos. Estimula a produção cultural e realiza processos pedagógicos que levem à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a Instituição visa contribuir para as transformações da sociedade, visto que esses processos educacionais são construídos nas relações sociais.

MISSÃO E VISÃO

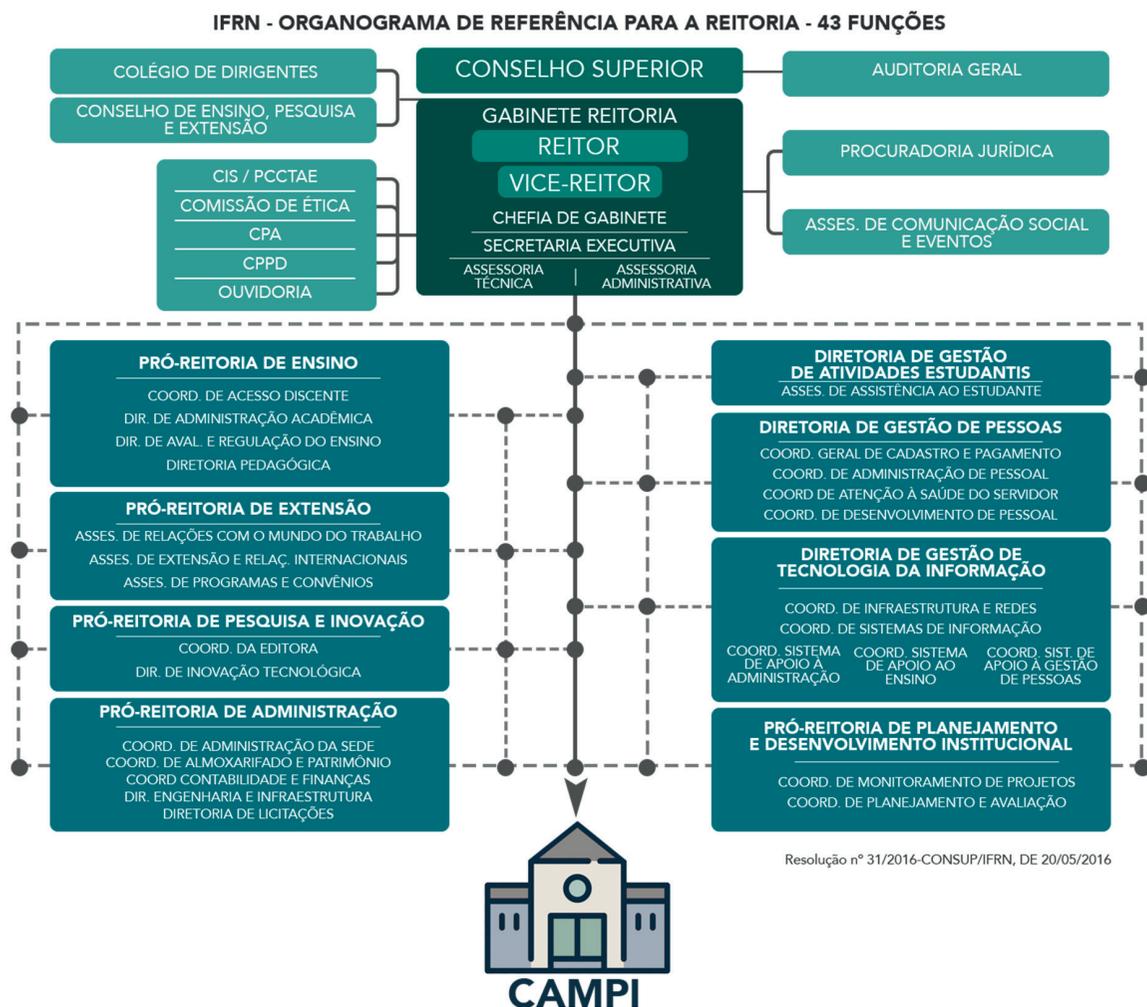
Para composição do novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com vigência de 8 anos entre 2019 e 2026, foram identificadas a Missão, a Visão e os Valores pelos quais o IFRN se norteia. O novo PDI será submetido a aprovação por seu órgão deliberativo máximo em abril de 2019, quando o IFRN estará apto a publicar esses elementos.



1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Tendo uma estrutura *multicampi* e pluricurricular, a organização do IFRN se estrutura entre Reitoria, dividida em áreas ou subunidades estratégicas, e 22 *campi*. Assim, institucionalmente, a Reitoria funciona como órgão gestor central da estrutura do IFRN, responsável por administrar, coordenar e a supervisionar todas as atividades das unidades (os *campi*, os *campi* avançados e a própria Reitoria). Nesse sentido, há um inter-relacionamento e interdependência entre as subunidades estratégicas na Reitoria e as respectivas vinculações funcionais nos *campi* e *campi* avançados. A figura 1 apresenta a Reitoria e subunidades estratégicas do IFRN.

Figura 1 – Organograma da Reitoria.



Os *Campi* são:

Campus Natal-Central;
Campus Mossoró;
Campi oriundos da Expansão da Rede Federal de EPT: Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Macau, Natal - Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi;
Campi avançados, Lajes, Parelhas e Jucurutu; e
Campus de Educação à Distância (Elevado a *Campus* Avançado Natal - Zona Leste, por meio da Portaria nº 1438/2018 - MEC, de 28 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 31/12/2018, que autoriza o seu funcionamento).

CORPO PRINCIPAL DE DIRIGENTES

O Corpo Principal de Dirigentes, juntamente com os Diretores-Gerais dos 22 campi do IFRN, compõe o Colégio de Dirigentes, que é uma das estruturas de governança do IFRN descritas na seção 2.2 deste Relatório.



Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Função: REITOR
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 24 ANOS



Marcos Antônio de Oliveira

Função: PRÓ-REITOR
DE PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 22 ANOS



Agamenon Henrique de Carvalho Tavares

Função: PRÓ-REITOR DE ENSINO
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 12 ANOS



Régia Lúcia Lopes

Função: PRÓ-REITORA DE
EXTENSÃO
Cargo: PROFESSORA
Tempo de Instituição: 24 ANOS



Márcio Adriano de Azevedo

Função: PRÓ-REITOR DE PESQUISA
E INOVAÇÃO
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 9 ANOS



Juscelino Cardoso de Medeiros

Função: PRÓ-REITOR DE
ADMINISTRAÇÃO
Cargo: CONTADOR
Tempo de Instituição: 31 ANOS



Auridan Dantas de Araújo

Função: DIRETOR DE GESTÃO DE
PESSOAS
Cargo: ODONTÓLOGO
Tempo de Instituição: 27 ANOS



Odisséia Carla Pires Gaspareto

Função: DIRETORA DE GESTÃO DE
ATIVIDADES ESTUDANTIS
Cargo: PROFESSORA
Tempo de Instituição: 12 ANOS

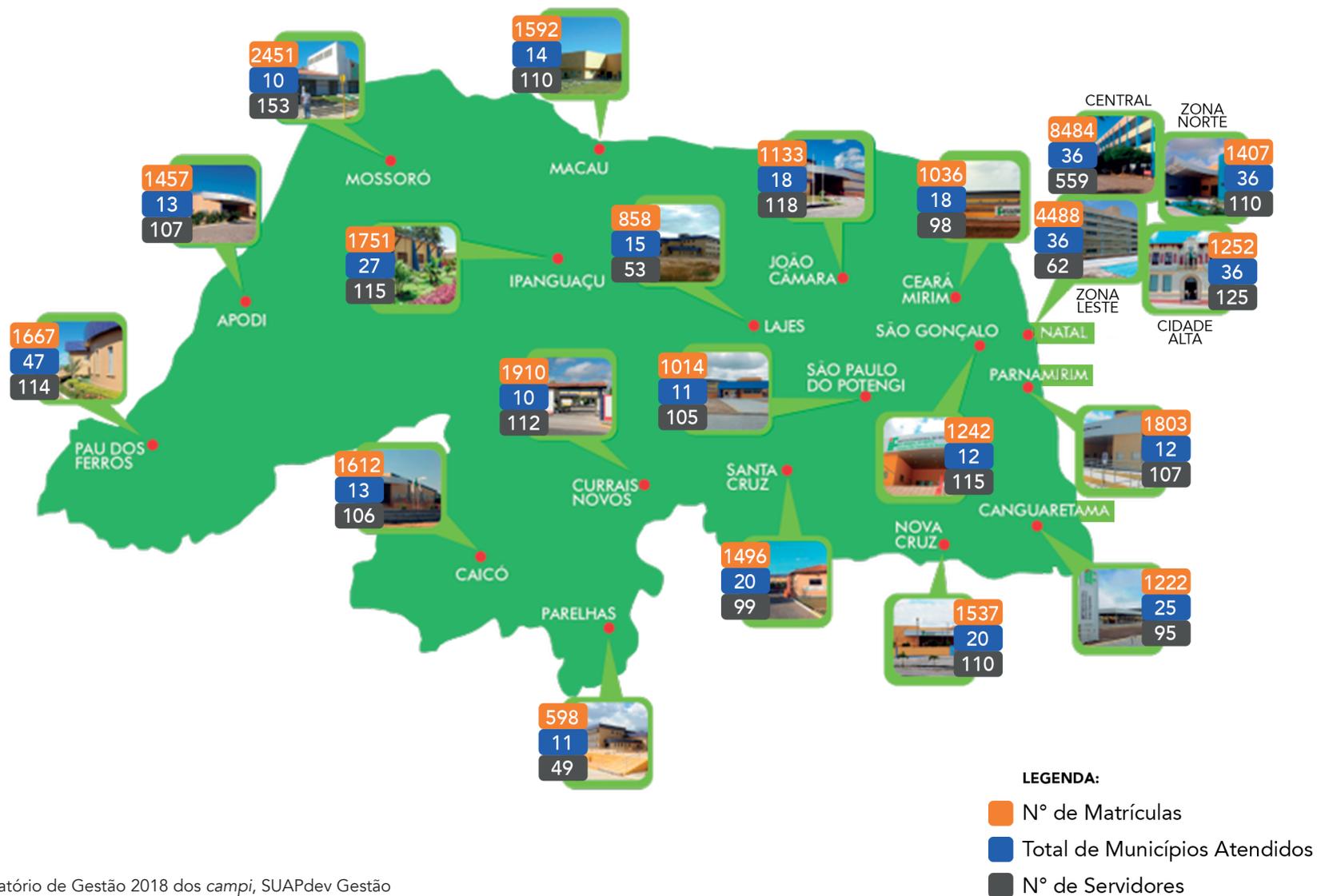


André Gustavo Duarte de Almeida

Função: DIRETOR DE GESTÃO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Cargo: PROFESSOR
Tempo de Instituição: 11 ANOS

1.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O IFRN atua no estado do Rio Grande do Norte, com 22 unidades de ensino¹ implantadas em 17 municípios. Sua área de abrangência, no entanto, atinge os municípios do entorno das unidades, conforme pode ser visto no mapa a seguir.



Fonte: Relatório de Gestão 2018 dos campi, SUAPdev Gestão

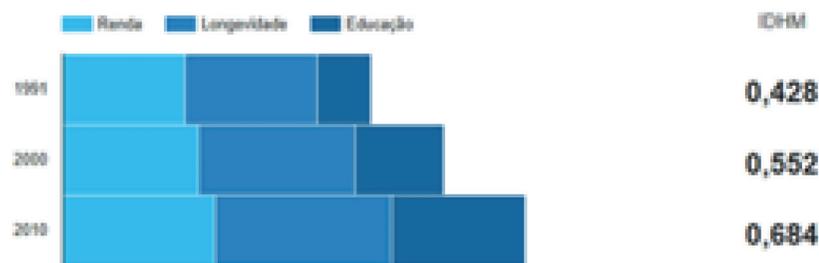
1 - O Campus Avançado Jucurutu encontra-se em construção, razão pela qual não está incluído no mapa.

Em 2019 será inaugurada mais uma unidade de ensino no município de Jucurutu. Estas unidades se incluem nas 3.522 escolas em atividade no Estado, segundo dados do Censo Escolar 2018 do INEP/MEC.

O cenário de atuação do IFRN pode ser reconhecido pelos principais indicadores sociais e econômicos divulgados para o Estado. Quanto à caracterização do território de abrangência, o Índice de Desenvolvimento Humano encontra-se na faixa média (IDHM 0,684 em 2010), para uma população total de 3.168.027 habitantes, segundo o Censo 2010 do IBGE. A densidade demográfica é de 59,99 hab/km². Apesar do IDHM encontrar-se abaixo do índice nacional (0,727), desde 1991 o IDHM tem crescido, em termos totais e também nos seus componentes Renda, Longevidade e Educação, de acordo com o gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para o Estado do RN, anos 1991 a 2010

IDHM



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A dimensão que mais contribui para o IDHM no Rio Grande do Norte é Longevidade, com índice de 0,792, seguida de Renda, com índice de 0,678, e de Educação, com índice de 0,597.

O componente Renda mensurado em 2010 é formado por diversos indicadores, dentre eles o percentual de extremamente pobres (10,33%) e o percentual de pobres (23,79% da população), que superam os índices nacionais (6,62% e 15,20%, respectivamente). O Índice de Gini, medida de desigualdade de renda, encontra-se em queda desde 1991 (0,63), chegando a 0,60 em 2010, igualando-se ao índice nacional. Quanto mais próximo de zero, menos desigual é a renda da população.

Para os índices relativos ao tema Longevidade, o Estado apresentava, em 2010, a esperança de vida ao nascer de 72,52 anos e a mortalidade infantil de 19,70 óbitos/mil nascidos vivos, ambos índices em condição inferior aos

índices nacionais (73,94 e 16,70, respectivamente). A taxa de fecundidade está em queda desde 1991, chegando a 2,0 filhos por mulher (1,9 no Brasil).

Para o tema trabalho, o Estado encontra uma taxa de atividade na faixa populacional de 18 anos ou mais no patamar de 60,20%, abaixo do índice nacional (66,54%). A taxa de desocupação para a mesma faixa populacional é de 9,69%, superior ao índice nacional (7,29%).

Em relação ao contexto educacional, 79,44% da população de 6 a 17 anos do Estado estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série, apresentando crescimento em relação às medições anteriores. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 12,50% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 5,17% e, em 1991, 2,70%. A expectativa de anos de estudo no Rio Grande do Norte é de 9,54 anos. Houve crescimento da parcela da população com estudo em nível fundamental completo, nível médio e superior, com redução das parcelas com fundamental incompleto e analfabetos. Apesar das melhorias apresentadas nesses 19 anos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que busca qualificar a educação recebida, ainda se encontra abaixo das metas estabelecidas para o Estado. Para a categoria de estudantes da 8ª série/9º ano, o IDEB foi de 3,8 em 2017, valor igual ao de 2015.

Conclui-se, portanto, que a área de atuação do IFRN, constituída no território do Estado do Rio Grande do Norte, é uma região que se encontra em processo de desenvolvimento, demonstrando evolução ao longo dos 19 anos de pesquisa para o Índice de Desenvolvimento Humano, para a maioria dos temas. Quando comparada ao contexto nacional, entretanto, ocorre a necessidade de superação de desafios, uma vez que as condições de saúde básica, trabalho e educação ainda se encontram abaixo da média, resultando no IDHM em faixa média.



IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

ORIGEM INTERNA

FORÇA

- Formação profissional alinhada às necessidades de cada região do Estado;
- Política de assistência estudantil para permanência e êxito discente;
- Corpo docente e técnico administrativo altamente capacitado;
- Boa infraestrutura física e de equipamentos;
- Políticas de promoção de qualidade de vida e atenção à saúde dos servidores;
- Integração entre os servidores para a realização das atividades;
- Gestão participativa.

FRAQUEZA

- Elevada rotatividade de servidores entre as unidades;
- Quadro reduzido de servidores, em virtude de afastamentos por motivo de saúde, convocações e outros motivos;
- Evasão dos discentes, nos cursos subsequentes e superiores;
- Falta de mapeamentos dos processos;
- Necessidade de adequações de acessibilidade na infraestrutura física;
- Dificuldades de acompanhamento do planejamento.

ORIGEM EXTERNA

OPORTUNIDADES

- Parcerias com instituições públicas e privadas da região;
- Uso da infraestrutura física para projetos de ensino, pesquisa e extensão junto à comunidade externa;
- Elevada procura pelos cursos técnicos integrados;
- Ofertas de vagas para alunos com necessidades especiais;
- Captação de recursos com órgãos de fomento nas mais diversas áreas;
- Credibilidade e reconhecimento junto à população.

AMEAÇAS

- Limitação de recursos orçamentários para prover a manutenção adequada;
- Insuficiência de recursos orçamentários de capital;
- Mudanças nas legislações que tratam de compras e contratações de empresas, aumentando a burocracia;
- Transporte público para estudantes é ineficiente;
- Mudança de políticas públicas voltadas para a educação profissional.

1.4 MODELO DE NEGÓCIOS

PRINCIPAIS PRODUTOS

PRODUTO 1: FORMAÇÃO EM NÍVEL TÉCNICO E TECNOLÓGICO

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca, ...
- Corpo docente qualificado
- Corpo Técnico Administrativo
- Estrutura de processo seletivo



PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Estágios curriculares
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão
- Olimpíadas do conhecimento



PRINCIPAIS IMPACTOS



INTERNOS

Cumprimento do percentual de ofertas previsto na lei de criação dos Institutos Federais



POSITIVOS

Formação de profissionais qualificados para atuarem no mundo do trabalho.

Formação qualificada permitindo diferentes itinerários de atuação profissional e a verticalização para o ensino superior



EXTERNOS

Oferta de profissionais qualificados para atuação no mundo do trabalho.



NEGATIVOS

Qualificação e formação de profissionais para atuarem na sociedade não representa qualquer impacto negativo

PRODUTO 2: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, softwares de acessibilidade, biblioteca, ...
- Corpo docente qualificado
- Corpo Técnico Administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo



PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Estágios curriculares
- Projetos de pesquisa e extensão
- PIBID e Residência Pedagógica



PRINCIPAIS IMPACTOS



INTERNOS

Melhoria na capacitação dos docentes atuantes nas licenciaturas.

Aumento na produção científica na parceria alunos e professores.

Aumento do IGC (Índice Geral de Cursos)



POSITIVOS

Formação de profissionais qualificados para atuarem nas escolas da educação básicas das redes públicas e privadas.

Contribuição na formação de professores licenciados para atuar no interior do estado.



EXTERNOS

Melhoria na qualificação dos professores que atuam na rede pública e privada de ensino através de cursos específicos de aperfeiçoamento, especializações e formação continuada.

Cursos de qualificação com ampla concorrência.



NEGATIVOS

Qualificação e formação de professores para atuarem na rede de ensino não representa qualquer impacto negativo

PRODUTO 3: FORMAÇÃO EM PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSO

PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), laboratórios didáticos, laboratórios de informática, softwares de acessibilidade, biblioteca, ...
- Corpo docente qualificado com pós-graduação stricto sensu.
- Corpo Técnico Administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo adequada



PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Projetos de pesquisa
- Produção acadêmica



PRINCIPAIS IMPACTOS



INTERNOS

Reserva de vagas para formação interna de servidores

Autorização da oferta de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional para o ano de 2019



POSITIVOS

Ampliação nas ofertas de vagas Lato e Stricto Senso



EXTERNOS

Publicação de vagas em Doutorado Acadêmico em Educação para a comunidade



NEGATIVOS

Qualificação e formação de cidadãos em nível de pós-graduação não representa qualquer impacto negativo

PRODUTO 4: FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

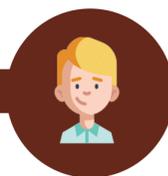
PRINCIPAIS INSUMOS:

- Estrutura física: salas de aula, laboratórios para educação básica e profissional, biblioteca, ...
- Corpo docente qualificado
- Corpo Técnico Administrativo qualificado
- Estrutura de processo seletivo



PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Aulas teóricas
- Aulas práticas
- Aulas de campo e visitas técnicas
- Práticas laboratoriais
- Projetos de ensino, pesquisa e extensão



PRINCIPAIS IMPACTOS



INTERNOS

Reserva de vagas para formação interna de servidores

Alta rotatividade de estudantes



POSITIVOS

Certificação célere de profissionais para atuarem no mundo do trabalho

Formação profissional e tecnológica de pessoas em situação de vulnerabilidade social através dos programas Mulheres Mil e ProEJA FIC.



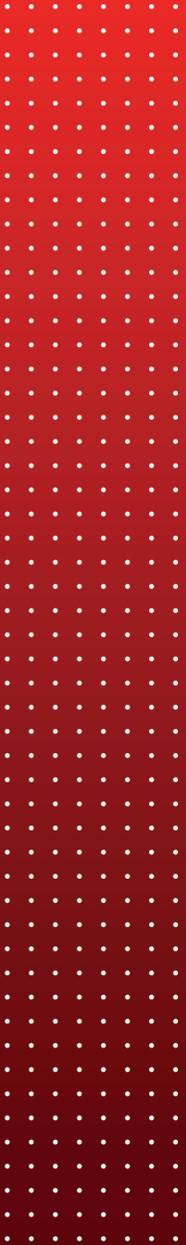
EXTERNOS

Profissionais formados em curto espaço de tempo para atuarem no mundo do trabalho.



NEGATIVOS

Formação restrita a conhecimentos específicos



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

2.1 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Quadro 1 – Objetivos estratégicos por macroprocesso e dimensão estratégica.

MACROPROCESSO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
DIMENSÃO 1. GESTÃO ESTRATÉGICA	
Função Social	1.1 Fortalecer a identidade institucional e promover análise de demandas acadêmicas em vinculação com o desenvolvimento e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais
Órgãos Colegiados e de Assessoramento	1.2 Garantir o funcionamento, a tomada de decisão e a autonomia dos órgãos colegiados e de assessoramento
Transparência e Descentralização	1.3 Fortalecer a transparência dos atos de gestão e os processos de descentralização institucional
Gestão Organizacional	1.4 Adequar a estrutura organizacional e documentos institucionais de referência para promover a função social
Planejamento Estratégico	1.5 Sistematizar e acompanhar o planejamento participativo integrado à avaliação institucional
Avaliação Institucional	1.6 Acompanhar e avaliar, de forma sistêmica e sistematizada, os indicadores institucionais para subsidiar o planejamento e a qualidade dos atendimentos dos setores para identificar o nível de satisfação dos usuários
Internacionalização	1.7 Ampliar as atividades de internacionalização em articulação com as demandas acadêmicas
DIMENSÃO 2. COMUNICAÇÃO E EVENTOS	
Comunicação interna	2.1 Fortalecer a transparência das ações institucionais e os fluxos comunicacionais com servidores e estudantes
Comunicação externa	2.2 Promover e difundir as ações institucionais de oferta de educação profissional, científica e tecnológica e de transformação das realidades locais
Eventos	2.3 Promover a aproximação física de servidores, alunos e da população em geral com a Instituição por meio da promoção de eventos, em articulação com as demandas acadêmicas e administrativas

DIMENSÃO 3. GOVERNANÇA	
Governança Administrativa	3.1 Fortalecer a política de governança administrativa
Governança em tecnologia da informação	3.2 Fortalecer a política de governança em tecnologia da informação
DIMENSÃO 4. ATIVIDADES ESTUDANTIS	
Assistência social	4.1 Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes
Assistência à saúde	4.2 Sistematizar atividades de assistência à saúde dos discentes, de maneira a integrar as ações escolares com as de saúde
Formação integral	4.3 Fortalecer as ações de apoio à formação integral dos estudantes (eventos e atividades artístico-culturais e esportivas)
Representação estudantil	4.4 Estimular a formação e o fortalecimento da organização política dos estudantes, por meio das representações estudantis
DIMENSÃO 5. ENSINO	
Acesso discente	5.1 Realizar processos seletivos e diversificar as formas de acesso discente para promover a inclusão social e estender as oportunidades de formação profissional
Oferta educacional	5.2 Fortalecer a oferta educacional e acompanhar e aperfeiçoar os projetos de cursos, em ação integrada com a pesquisa e inovação, a extensão e as atividades estudantis e em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico local e regional
Administração acadêmica	5.3 Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo do processo ensino-aprendizagem que possibilitem a permanência e o êxito
Processo ensino e aprendizagem	5.4 Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo da administração acadêmica
Inclusão e diversidade	5.5 Fortalecer e consolidar as ações de inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas e de diversidade social, cultural, de gênero e de raça e cor
Sistema de bibliotecas	5.6 Fortalecer a política de expansão e atualização do acervo físico e eletrônico e ampliar a atuação sistêmica das bibliotecas junto à comunidade
Educação a distância	5.7 Redimensionar, estrutural e academicamente, as ações de educação à distância, ampliando a atuação sistêmica institucional

DIMENSÃO 6. EXTENSÃO

Interação com a sociedade	6.1 Fortalecer os programas e projetos de extensão, para uma maior interação institucional com a comunidade local e regional
Diálogo com o mundo do trabalho	6.2 Fortalecer os mecanismos de interação e encaminhamento institucional de discentes e egressos, tendo em vista a inserção laboral e o processo ensino-aprendizagem

DIMENSÃO 7. PESQUISA E INOVAÇÃO

Desenvolvimento científico e tecnológico	7.1 Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à inovação tecnológica e voltados à transferência de tecnologias para a sociedade
Publicações acadêmico-científicas	7.2 Fortalecer a produção e a publicação de artigos científicos em periódicos e em anais de eventos e de livros impressos e em formato digital
Empreendedorismo inovador	7.3 Expandir e fortalecer o programa de incubação de empresas

DIMENSÃO 8. GESTÃO DE PESSOAL

Seleção e mobilidade de pessoal	8.1 Aprimorar os processos de seleção e contratação e de mobilidade funcional dos servidores
Titulação de servidores	8.2 Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas
Desenvolvimento de equipes	8.3 Fortalecer e ampliar as ações de formação continuada e de integração das equipes técnicas em articulação com as demandas acadêmicas e administrativas
Carreira dos servidores	8.4 Promover ações de avaliação e desenvolvimento de servidores na carreira
Segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho	8.5 Ampliar as ações de promoção à segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho
Gestão funcional de servidores	8.6 Garantir a realização de procedimentos administrativos e funcionais de pessoal

DIMENSÃO 9. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Funcionamento institucional	9.1 Desenvolver a implementação de gestão de processos e melhoria de fluxos institucionais
Processos administrativos	9.2 Nortear o planejamento e a execução orçamentária em função da oferta educacional com foco na eficiência econômico-financeira e na definição de limites prudenciais de gastos
Gestão orçamentário-financeira	9.3 Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades
Gestão de materiais e compras	9.4 Promover o planejamento, adequação e atualização material e tecnológica para atividades acadêmicas e administrativas

DIMENSÃO 10. ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

Gestão de obras civis	10.1 Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física
Sustentabilidade socioambiental	10.2. Desenvolver e fortalecer ações de infraestrutura para promoção da sustentabilidade ambiental (preservação ambiental e eficiência energética), em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão
Acessibilidade arquitetônica	10.3. Estabelecer as diretrizes gerais para atendimento da legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica

DIMENSÃO 11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Infraestrutura lógica e redes	11.1. Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias da informação
Sistemas de informação	11.2. Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, mediante o aperfeiçoamento do Suap.

IMPLEMENTAÇÃO DAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

As prioridades da gestão foram estabelecidas com base em três mecanismos:

INTERLOCUÇÃO COM GESTORES SISTÊMICOS E GESTORES DE CAMPI (REUNIÕES DO CODIR) PARA IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES

CONDIÇÕES DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS

REGISTRO DAS AÇÕES E ATIVIDADES PRIORITÁRIAS NO PLANO DE AÇÃO ANUAL

As ações prioritárias em 2018 foram:

- **Ampliação do atendimento** de estudantes com vulnerabilidade social, especialmente com o fornecimento de alimentação;
- **Ampliação do Programa Jovem Aprendiz**, promovendo mais oportunidades de inserção de estudantes no mercado de trabalho;
- **Gestão da Inovação**, através da ampliação do número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de geração de ativos de propriedade industrial, voltados a licenciamento ou transferência de tecnologia para a sociedade;
- **Atualização da Política de Capacitação** do IFRN, elaborada pelo Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas;
- Construção e aprovação documentos normativos da Comunicação Social:
 - o **Normatização para Eventos** de Certificação, Formatura e Colação de Grau junto ao CONSEPEX,
 - o **Política de Comunicação** do IFRN, junto ao CONSUP;
- **Implementação do processo eletrônico**, com desenvolvimento próprio de sistema no SUAP, objetivando atender o Decreto 8.539/2015 com economia e eficiência.

NOVO PDI 2019-2026

O Plano de Desenvolvimento Institucional é o instrumento de gestão estratégica do IFRN, norteador do caminho pelo qual a Instituição deve seguir, no intuito de cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos. Ademais, é um requisito legal para o recredenciamento de Instituições Públicas de Ensino Superior, a exemplo do IFRN. O atual recredenciamento institucional, concedido através da Portaria-MEC 1.197, de 14 de novembro de 2018, garantiu a possibilidade de ampliação da vigência do planejamento estratégico ao IFRN, estendendo-se por 8 anos, a contar da publicação da referida Portaria.

Dessa maneira, seguindo as metodologias atuais de gestão estratégica, e buscando prover mais um elemento de profissionalização da gestão pública, adotou-se a metodologia *Balanced Scorecard* para estruturação do novo PDI. O *Balanced Scorecard* é uma ferramenta que promove a tradução da missão e da visão institucionais em um conjunto de medidas de desempenho, promovendo a gestão estratégica. No IFRN, a adoção da ferramenta partiu do estudo de outros modelos de planejamento estratégico desenvolvidos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, levando ao reconhecimento e declaração da missão, visão e valores institucionais. A partir daí, foram definidas as perspectivas e objetivos estratégicos, com suas respectivas relações de causa e efeito, e os painéis de desempenho, com a constituição dos indicadores, metas e projetos estratégicos.

Compreende-se, portanto, que a nova estrutura de relato integrado para o Relatório de Gestão possui muitos elementos convergentes a essa nova concepção de planejamento estratégico, contribuindo sobremaneira para a ciclo avaliativo do PDI. O novo PDI será submetido à aprovação do CONSUP em abril de 2019, a partir de quando será efetivamente implementado.



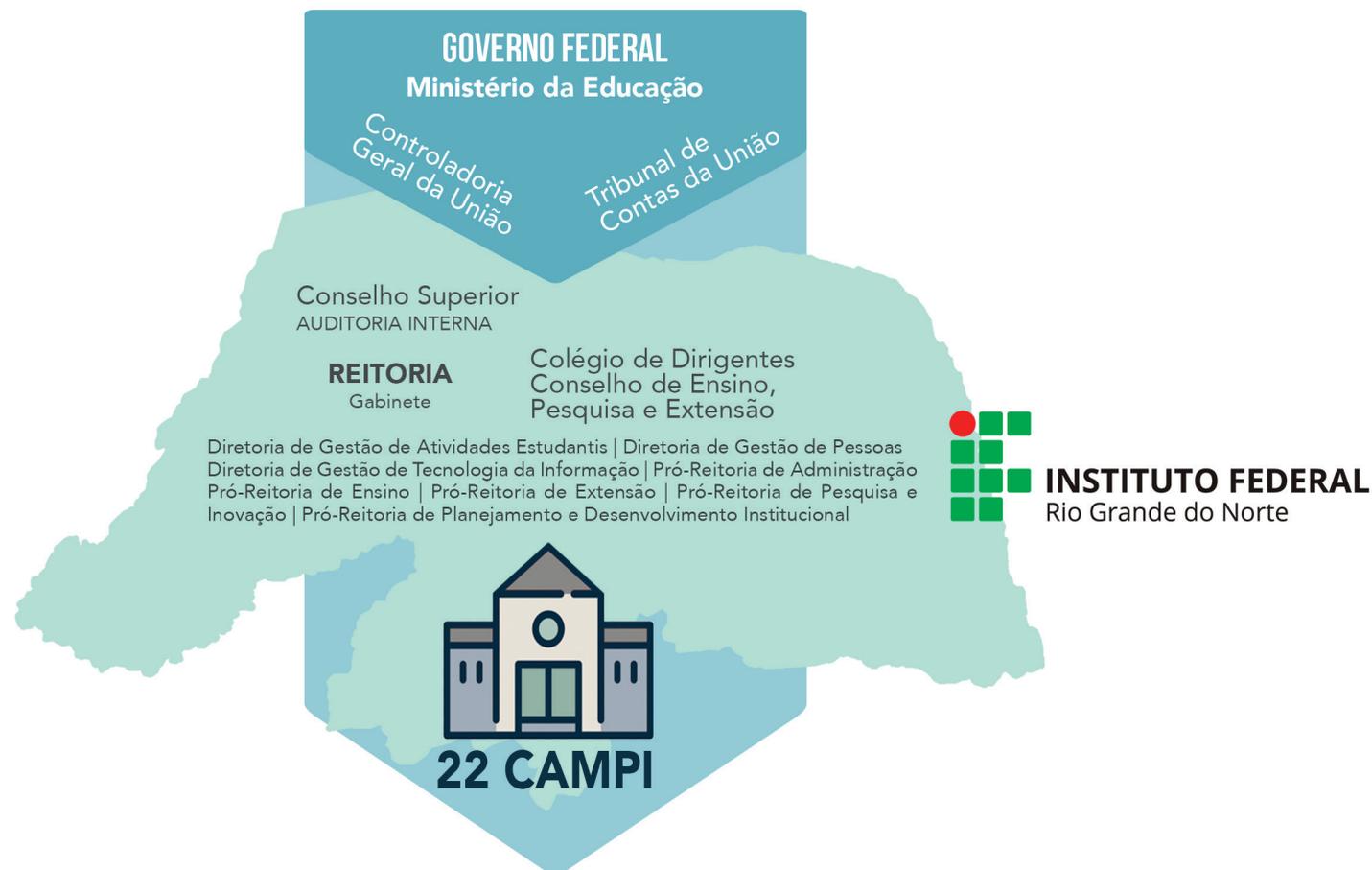
2.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

MODELO DE GOVERNANÇA

A vocação regional do Instituto Federal viabiliza-se pela superintendência da Reitoria a um conjunto de *campi* interdependentes, onde cada *campus* constituído como uma organização escolar, com sua própria estrutura administrativa hierárquica e de colegiados, é o responsável pelo atendimento no respectivo território de localização, do cumprimento das múltiplas atribuições, finalidades e objetivos legalmente previstos para o IFRN, de atuação educacional como centro de excelência nas áreas das

tecnologias e das ciências, com abrangência que vai de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores independentemente do nível de escolaridade até cursos de pós-graduação stricto sensu, de desenvolvimento de pesquisa e inovação e de atividades de extensão, conduzindo à percepção social equivocada de que o Instituto Federal é uma organização universitária, essa, funcionando como instituição pública de concepção centralizada. A Figura 2 é uma representação da estrutura de governança do IFRN.

Figura 2 - Estruturação macro organizacional de governança do IFRN.



ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, integra uma rede nacional de Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A Lei nº 11.892/2008 estabeleceu para o Instituto Federal um sistema de governança ímpar entre as instituições governamentais do país, baseado em conceitos emergentes de organização composta de organizações², expresso por intermédio de uma estruturação *multicampi*, em que cada *campus* possui autonomia educacional, administrativa e financeira, numa concepção sistêmica de rede.

A governança estratégica do IFRN é representada e exercida pelos seguintes órgãos colegiados:

Conselho Superior (CONSUP) – de caráter consultivo e deliberativo, composto por representantes de docentes, de servidores técnico-administrativos, dos estudantes, de egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes;

Colégio de Dirigentes (CODIR) – colegiado de caráter consultivo, composto pelos Pró-Reitores, Diretores das Diretorias de Gestão Sistêmicas da Reitoria e pelos Diretores de cada um dos *campi* que integram a Instituição;

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX) – de funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, constituído pelos Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e de Extensão, por representantes de coordenadores de curso, da equipe técnico-pedagógica, de docentes, de servidores técnico-administrativos, de discentes, e da sociedade civil, vinculados a instituições de fomento à pesquisa e/ou à extensão.

Os 3 (três) órgãos colegiados referenciados são presididos pelo Reitor, realizando suas atividades por meio de reuniões periódicas. A periodicidade das reuniões ordinárias é mensal para o Colégio de Dirigentes, a cada dois meses para o Conselho Superior, e trimestral para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. As competências de cada instância dos órgãos colegiados encontram-se publicadas no Estatuto do IFRN, disponível no endereço <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/estatuto>.



2.3 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

CANAL	PÚBLICO-ALVO	FORMA DE COMUNICAÇÃO/INTERAÇÃO
 TELEFONE INSTITUCIONAL	Comunidades Interna e Externa	Através de contato telefônico, servidores, alunos, terceirizados, fornecedores, prestadores de serviço, pais, responsáveis, egressos e membros da comunidade externa (desde agentes públicos até órgãos da imprensa) buscam informações complementares e direcionamento para suas dúvidas.
 E-MAIL	Comunidades Interna e Externa	Uma das principais ferramentas de comunicação interna, é o caminho pelo qual servidores são informados sobre alterações no fazer institucional; o e-mail é, ainda, canal de suporte a dúvidas, envio de convites e comunicados, além de busca a informações de caráter público.
 PORTAL INSTITUCIONAL	Comunidades Interna e Externa	Principal meio de divulgação de conteúdo do Instituto, o Portal IFRN é o espaço em que são publicadas notícias e reportagens, que fomentam a sociedade com informações de interesse público, dando retorno das ações aqui desenvolvidas. É no Portal, ainda, que editais para processos de seleção de servidores, alunos e de projetos, entre outros, são publicados.
 REDES SOCIAIS	Comunidades Interna e Externa	Embora sejam abertas a todos os públicos, as redes sociais (Facebook, Twitter, Flickr e Instagram) são, por excelência, espaço de interação dos que fazem o IFRN. Alunos e servidores tomam conhecimento das atividades que seus colegas das demais unidades do Instituto estão desenvolvendo, trocam informações e expertises com sob um viés menos burocrático.



PRINCIPAIS RESULTADOS DO SERVIÇO E-SIC:

1 - Quantidade de Pedidos de Acesso à Informação
 Quantidade de Pedidos: **219 - 100% respondidos**
 Média mensal de pedidos: **18,25**

CARACTERÍSTICAS DOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO



TEMAS DAS SOLICITAÇÕES (TOP 5)

Categoria e Assunto	Quantidade	% de Pedidos
Trabalho - Profissões e ocupações	130	59,36%
Ciência, Informação e Comunicação - Informação - Gestão, preservação e acesso	23	10,50%
Educação - Gestão escolar	14	6,39%
Trabalho - Fiscalização do trabalho	9	4,11%
Educação - Profissionais da educação	4	1,83%

2 – Resposta aos pedidos de acesso à informação

Tempo médio de resposta: **16,41 dias**

Prorrogações: **34 (15,53% dos pedidos)**

RAZÕES DAS NEGATIVAS DE ACESSO

Descrição	Quantidade	% de Pedidos
Informação sigilosa classificada conforme a Lei 12.527/2011	4	1,83
Informação sigilosa de acordo com legislação específica	1	0,46
Pedido desproporcional ou desarrazoado	1	0,46
Pedido genérico	1	0,46
Dados pessoais	1	0,46

3 – Perfil dos Solicitantes



Pessoa Física
181 (98,91%)



Pessoa Jurídica
2 (1,09%)



Gênero Masculino
57,46%



Gênero Feminino
38,67%

Gênero Não Informado: 3,87%

PRINCIPAIS RESULTADOS DO SERVIÇO DE OUVIDORIA

No referido período a ouvidoria recebeu 221 manifestações, sendo 185 referentes à dimensão acadêmica (83,7%), e 36 referentes a questões administrativas (16,3%). Das manifestações recebidas, 215 (97,29%) foram

concluídas com êxito, 2 (0,9%) foram arquivadas por duplicidade, enquanto 4 (1,81%) ficaram inconclusas (em tratamento).

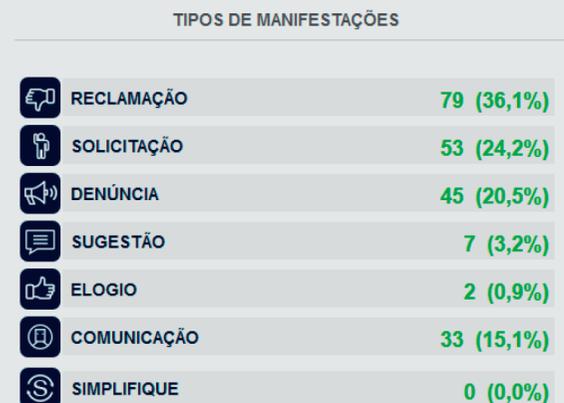
Figura 3. Quantidade de manifestações tratadas no ano de 2018



Figura 4. Avaliação dos demandantes quanto à resolutividade das manifestações



Figura 5. Assuntos mais demandados no ano de 2018.



Fonte: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

No tocante às demandas da Comunidade externa, em sua maioria, referem-se a solicitações de informações a questões ligadas aos processos seletivos discentes das diversas modalidades de ensino, principalmente relativo às dúvidas sobre confirmação de pagamento das inscrições e preenchimentos de dados. Sugere-se que fique mais claro na página do IFRN sobre a diferença entre a Ouvidoria e o Fale Conosco, de modo que as dúvidas sejam encaminhadas diretamente à Coordenação de Acesso Discente para que sejam sanadas de forma mais rápida.

A partir da análise destes resultados, com um índice de 97,29% de resolução ao longo de 2018, pode-se concluir que este serviço de atendimento e de participação cidadã na gestão educacional do IFRN foi eficaz enquanto promotor da cidadania, pela atenção recebida às suas demandas.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM PROCESSOS DECISÓRIOS

Além das representações da sociedade civil nos conselhos superiores (CONSUP e CONSEPEX), os *campi* contam com as seguintes estruturas de participação cidadã com potencial tomada de decisão:

Conselho Escolar, através do qual a sociedade civil, alunos e egressos, pais, técnicos administrativos, docentes e Diretor-Geral deliberam acerca de assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como aprovar o calendário acadêmico do *campus*.

Colegiado da Diretoria Acadêmica, órgão deliberativo e consultivo acerca das demandas relacionadas ao ensino, representado pelos docentes do *campus*, técnicos administrativos vinculados a diretoria acadêmica e representante de alunos.

Conselho de Classe, representado pelo Diretor Acadêmico, equipe técnico pedagógica, professores, alunos e pais, objetiva colaborar para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

3.1 GESTÃO DE RISCOS

O IFRN possui uma Política de Gestão de Riscos baseada na atuação de três instâncias: o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), o Comitê Gerencial (CGER) e o Núcleo de Gestão de Riscos. Tais organismos obedecem aos princípios, objetivos e competências estabelecidas na Política, que estabeleceu, ainda, as etapas a serem desenvolvidas na Metodologia de Gestão de Riscos. Como objetivos principais da Política destacam-se a melhoria dos controles internos da gestão, o aumento das probabilidades de atingimento dos objetivos institucionais e a melhoria a prestação de contas à sociedade.

Os controles internos são instrumentos de fundamental importância para o monitoramento dos riscos em cada instância de gestão. No IFRN, esses controles são mantidos e alimentados diretamente pelas instâncias gestoras, que podem demandar o desenvolvimento de controles automatizados específicos no SUAP, para facilitar o monitoramento contínuo.

A principal medida de mitigação de riscos é o mapeamento de processos internos, cuja coordenação será realizada do Escritório de Processos, com estrutura a ser implementada durante o exercício de 2019.

PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Segundo a publicação Dez Passos para a Boa Governança, do Tribunal de Contas da União, riscos surgem da incerteza natural dos atuais cenários econômico, político e social e podem se apresentar como desafios ou oportunidades, na medida em que dificultem ou facilitem o alcance dos objetivos organizacionais. O instrumento de governança para lidar com a incerteza é a gestão de riscos, que engloba, entre outras coisas, os controles internos. A gestão de riscos permite tratar com eficiência as incertezas, seja pelo melhor aproveitamento das oportunidades, seja pela redução da probabilidade e/ou impacto de eventos negativos, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor e fornecer garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

O desenvolvimento da Metodologia de Gestão de Riscos no IFRN é ação prioritária em 2019, e pretende responder ao objetivo estratégico estabelecido no novo PDI 2019-2026, de implementar a Gestão de Riscos. Alguns esforços isolados nesse sentido já foram empreendidos, em função

de recomendações dos órgãos de controle interno e externo. Também já foram mapeados, com base nos objetivos estratégicos vigentes, os principais riscos, que precisam ser analisados pelas instâncias que atuam na construção da referida Metodologia: o Comitê de Gestão Estratégica (CGEST), o Comitê Gerencial (CGER) e o Núcleo de Gestão de Riscos, no intuito de classificá-los. Os principais riscos, associados aos objetivos estratégicos, encontram-se informados no capítulo 4 deste Relatório (subitens 4.1 a 4.11, nas análises de resultado).

O desafio que se inicia em 2019, para além do desenvolvimento da Metodologia, que contará com o modelo de matriz de riscos e classificação dos mesmos, é aplicá-la ao novo PDI 2019-2026, construído sob a metodologia *Balanced Scorecard*. O novo PDI será submetido à aprovação do CONSUP em abril de 2019, a partir de quando será efetivamente implementado.



3.2 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS

AÇÕES TRABALHISTAS

Em 2018 foram movidas 16 ações trabalhistas movidas contra empresas de terceirização de pessoal contratadas pelo IFRN, nas quais o Instituto responde subsidiariamente. O valor total das ações totalizou R\$ 210.417,97, sendo as principais motivações o pagamento de verbas rescisórias e a aplicação de reajustes salariais conforme convenção coletiva da categoria profissional.

GESTÃO E CONTROLE DE DEMANDAS JUDICIAIS

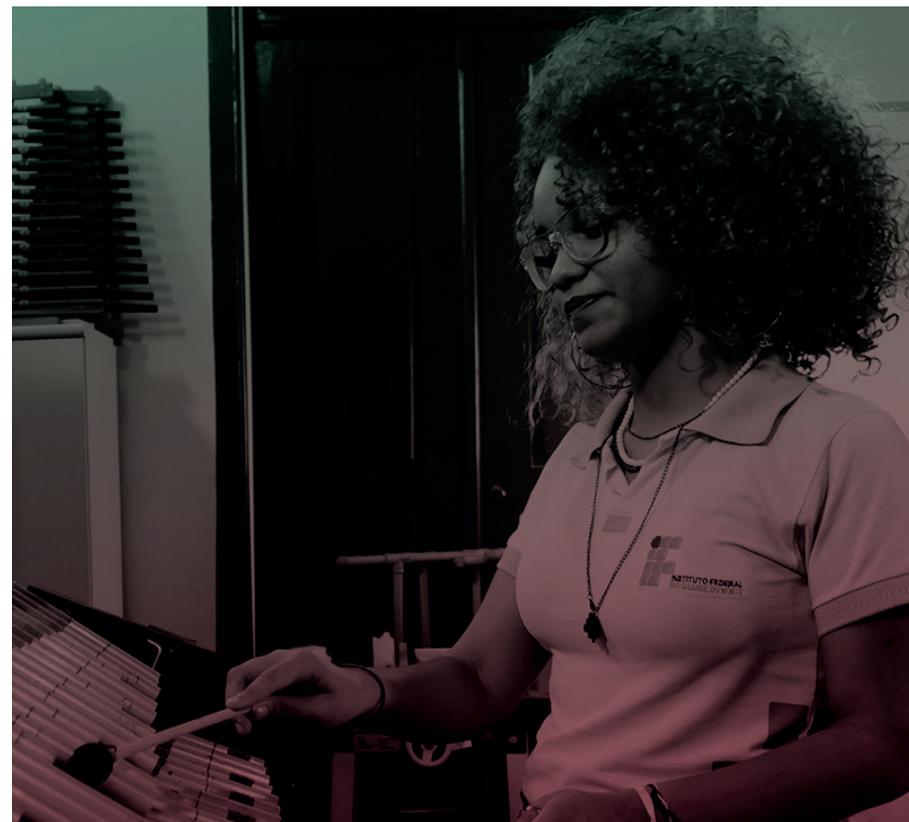
O controle das demandas judiciais é feito pela Secretaria da Procuradoria Federal junto ao IFRN através do seguinte fluxo processual:

1 - Recebimento da demanda (solicitação de subsídios para defesa ou cumprimento de decisões) através do Sistema SAPIENS.

2 - Encaminhamento da demanda aos setores sistêmicos ou aos *campi*, a depender do objeto.

3 - Envio das informações à Procuradoria Federal do Rio Grande do Norte via SAPIENS.

Os Mandados de Segurança geralmente são recebidos via Oficial de Justiça pelo Gabinete da Reitoria ou gabinetes nos *campi*, protocolados e encaminhados ao setor competente para dar cumprimento (se for o caso) e/ou prestar os subsídios que serão utilizados pelos Procuradores Federais, lotados na Procuradoria Federal no IFRN, para elaborar as informações da autoridade coatora. Posteriormente, são encaminhadas via PJe à Vara Federal responsável.





RESULTADOS DA GESTÃO



4



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

4.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO ESTRATÉGICA

Macroprocesso:
FUNÇÃO SOCIAL

Objetivo estratégico: Fortalecer a identidade institucional e promover análise de demandas acadêmicas em vinculação com o desenvolvimento e os arranjos produtivos, sociais e culturais locais

Execução financeira: R\$ 237,51

METAS

1.1.1 Fomentar a elaboração de relatórios das demandas de ofertas educacionais, pesquisa e inovação e extensão existentes e emergentes nos territórios de abrangência da instituição

1.1.2 Fortalecer as ações de acompanhamento da permanência e do êxito dos estudantes

1.1.3 Fortalecer a identidade institucional no âmbito da comunidade acadêmica

INDICADORES

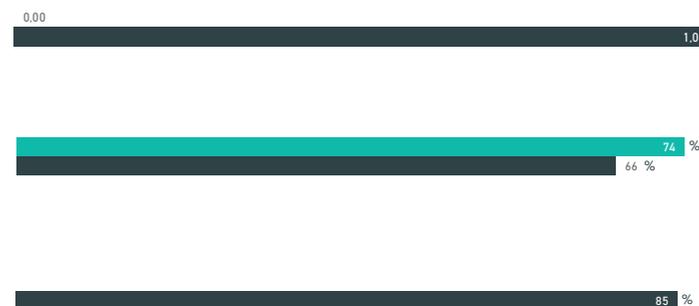
Quantidade de relatórios de demandas de ofertas educacionais, pesquisa e inovação e extensão elaborados

Índice de Permanência e Êxito

Índice de satisfação geral em relação à instituição

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO FUNÇÃO SOCIAL

Principais resultados alcançados:

- Superação da meta do Índice de Permanência e Êxito em 11%, principalmente graças à redução de matrículas retidas (em atraso);
- Cumprimento de sua função social: *“ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais”*;
- Realização da ação *“Reitoria no campus”* em 21 campi, através de visitas do grupo gestor do IFRN;

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O questionamento sobre o índice de satisfação não foi incluído no relatório de autoavaliação institucional;
- As discussões do plano de ofertas educacionais do IFRN para a vigência do próximo PDI impediram a consecução do relatório de demandas de ofertas educacionais, pesquisa e inovação e extensão.

- Reuniões pedagógicas semanais, formação de grupos de trabalho nos *campi*, e reuniões com pais e sociedade civil;
- Ações junto à comunidade interna e externa, a exemplo da abertura do semestre letivo e palestras diversas;
- Audiência no município de Jucurutu, para verificação, junto à comunidade, das demandas educacionais, para subsidiar a oferta do novo *campus* Avançado do IFRN, neste município.

Impacto observado:

- Melhoria das ações de acompanhamento de estudantes;
- Identificação, junto à comunidade acadêmica de cada *campus*, das principais demandas e necessidades para melhor atendimento à sociedade;
- Desenvolvimento de ações de melhoria dos fluxos e do processo de ensino;
- Apresentação da instituição para a comunidade;
- Fortalecimento da identidade institucional.

Medidas tomadas para enfrentamento:

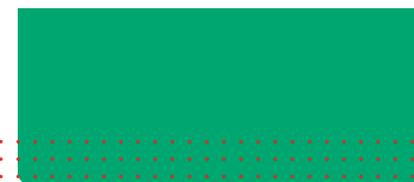
- Alinhamento entre CPA e PRODES para inclusão do questionamento sobre a satisfação em relação à instituição;
- Reavaliação do plano de ofertas educacionais, como parte das atribuições da elaboração do próximo PDI, redundando no mesmo conteúdo que estaria no relatório de demandas de ofertas.

Riscos identificados:

- A função social prevê atividades sem custo financeiro. No entanto, houve apropriação de alguns recursos utilizados para a participação de reuniões sistêmicas de Tecnologia da Informação nesse macroprocesso;
- Redução do orçamento captado pela instituição por matrículas evadidas/retidas.

Desafios futuros:

- Estratificar o acompanhamento da permanência e êxito por curso/*campus*.



Macroprocesso:
**ÓRGÃOS COLEGIADOS E DE
ASSESSORAMENTO**

Objetivo estratégico: Garantir o funcionamento, a tomada de decisão e a autonomia dos órgãos colegiados e de assessoramento

METAS

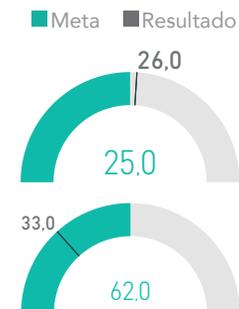
1.2.1 Fomentar a realização de reuniões dos órgãos colegiados e de assessoramento institucionais

INDICADORES

Quantidade de reuniões dos órgãos colegiados superiores e câmaras realizadas

Quantidade de reuniões dos órgãos de assessoramento à Reitoria realizadas

Execução financeira: R\$ 3.645,94



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ÓRGÃOS COLEGIADOS E DE ASSESSORAMENTO

Principais resultados alcançados:

- Emissão de 52 resoluções, sendo 7 emitidas *ad referendum*, 30 deliberações, sendo 12 emitidas *ad referendum* e 23 recomendações;
- Foram realizadas 10 reuniões da CPPD;
- Foram realizadas 7 reuniões do Comitê de Ética;
- A comissão de ética teve o registro de 20 processos, entre eles denúncia, solicitação de parecer, recomendações, emissão de declarações, apenas 01 ainda está pendente para finalização;
- Foram realizadas 16 reuniões da CIS/PCCTAE;
- A CIS/PCCTAE teve o registro de 552 processos, dentre os quais 17 foram de afastamento total, 30 de afastamento parcial, 147 de incentivo à qualificação, 207 de progressão funcional, 147 de licença para capacitação e 4 para redução de carga horária.

Impacto observado:

- A aprovação de PPC e PAF possibilitou a oferta de cursos nos *campi*;
- O Comitê de Ética tem respondido a comunidade de forma eficiente, concluindo as análises em tempo hábil.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Muitas reuniões foram canceladas por falta de *quorum*.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Novas eleições para substituição dos membros.

Riscos identificados:

- Monitoramento pouco preciso, o que gera dificuldades de acompanhamento.

Desafios futuros:

- Com o novo PDI, garantir o acompanhamento e monitoramento em tempo real.

Macroprocesso:
**TRANSPARÊNCIA E
DESCENTRALIZAÇÃO**

Objetivo estratégico: Fortalecer a transparência dos atos de gestão e os processos de descentralização institucional

Execução financeira: R\$ 210.380,91

METAS

1.3.1 Fortalecer a transparência e a agilidade de publicação dos atos dos colegiados superiores

1.3.2 Fortalecer a transparência dos atos de gestão

1.3.3 Fortalecer os processos institucionais de autonomia e descentralização

INDICADORES

Média de dias entre a realização das reuniões e a disponibilização das respectivas atas do CONSUP, CONSEPEX e CODIR no site institucional

Percentual de resoluções ad referendum do CONSUP, CONSEPEX e CODIR

Periodicidade de atualização das informações no site institucional

Percentual de *campi* com ações de supervisão realizadas

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



3,00✓
Meta: 3,00 (+0%)

85,00✓
Meta: 85,00 (+0%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO TRANSPARÊNCIA E DESCENTRALIZAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- Metas cumpridas na área de atualização do site e ações nos *campi*;
- Igualmente, a transparência dos atos de gestão, tais como: portarias, editais e outros, foi dada por meio da publicação em sites, quadros e jornais, neste caso, singularmente, o Diário Oficial da União;
- O processo de descentralização no IFRN seguiu rotina normativa e política, no âmbito acadêmico e administrativo. Com regularidade, os órgãos sistêmicos promoveram a supervisão, nas respectivas dimensões estratégicas, num contexto de indução e acompanhamento das realizações de cada Unidade da Instituição;
- O Projeto Reitoria no *Campus* realizou visitas em todos os *campi* em 2018, se reunindo e supervisionando todas as áreas.

Impacto observado:

- Maior acesso aos documentos institucionais;
- Possibilitou a interação de toda a comunidade acadêmica, por meio do Reitoria no *Campus*, a se apropriar das ações, investimentos e tirar dúvidas com as mais diversas áreas.

Riscos identificados:

- Muitos processos e pareceres emitidos *ad referendum* (19), por falta de *quorum* nas reuniões;
- Site pouco intuitivo, o que dificulta o acesso e transparência das informações;
- Monitoramento pouco preciso, o que gera dificuldades de acompanhamento.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- As reuniões dos conselhos são a cada 60 dias e a aprovação das atas para publicação se dá na reunião seguinte, assim só podem ser publicadas após essa aprovação;
- Aprovação excessiva via *ad referendum* decorrente de falta de *quorum* nas reuniões.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Ajustar as metas de acordo com o calendário das reuniões;
- Reformulação das Comissão através de eleições.

Desafios futuros:

- Garantir *quorum* para os Conselhos, minimizando os processos aprovados via *ad referendum*;
- Implementar o novo site;
- Com o novo PDI, garantir o acompanhamento e monitoramento em tempo real.

Macroprocesso:
GESTÃO ORGANIZACIONAL

Objetivo estratégico: Adequar a estrutura organizacional e documentos institucionais de referência para promover a função social

Execução financeira: R\$ 1.375,18

METAS

1.4.1 Atualizar os documentos institucionais relativos ao planejamento institucional

1.4.2 Aperfeiçoar a estrutura organizacional de modo a fortalecer a autonomia dos *campi*

INDICADORES

Quantidade de documentos institucionais relativos ao planejamento atualizados

Quantidade de documentos institucionais relativos à estrutura organizacional atualizados

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



Meta não implementada em 2018.

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO ORGANIZACIONAL

Principais resultados alcançados:

- Avanço na gestão para resultados: novo PDI com implantação da metodologia *Balanced Scorecard*, com definição de mapa estratégico e painel de desempenho.

Impacto observado:

- Boa mobilização e participação da comunidade interna para elaboração do novo PDI.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Impossibilidade de revisão do Regimento Geral do IFRN, em virtude da necessidade de realinhamento no planejamento da estrutura organizacional interna;
- Conteúdos inconclusos no novo PDI.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Tratamento das pendências do PDI, ponto a ponto, nas reuniões colegiadas de gestão.

Riscos identificados:

- Desconhecimento e descumprimento do plano de ação por parte da comunidade;
- A metodologia PDI pode não ser compreendida/aceita por toda a comunidade interna, dificultando o atingimento dos objetivos estratégicos.

Desafios futuros:

- Realizar as adequações necessárias na estrutura organizacional;
- Orientar os servidores sobre o funcionamento do plano de ação;
- Sensibilizar e capacitar *in loco* a comunidade interna, para maior envolvimento e comprometimento com o novo PDI.

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

1.5.1 Ampliar a participação na elaboração e no acompanhamento do planejamento institucional anual participativo

1.5.2 Fomentar a produção e divulgação do relatório de gestão sistêmico e dos *campi*

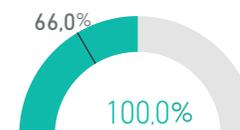
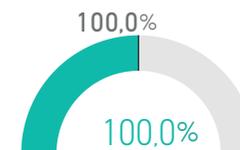
INDICADORES

Percentual de unidades participantes do planejamento anual

Índice de satisfação da participação da comunidade acadêmica na elaboração do planejamento institucional

Percentual de unidades com relatório de gestão elaborado e divulgado

■ Meta ■ Resultado



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Principais resultados alcançados:

- Elaboração de 21 relatórios de gestão parciais 2017, um por *campus*;
- Elaboração do relatório de gestão 2017;
- Elaboração do plano de ação 2018.

Impacto observado:

- Maior transparência no processo de acompanhamento de resultados;
- Ampla participação da comunidade no envio de sugestões para a elaboração do PDI;
- Devido à não ocorrência de contingenciamento, os recursos alocados na reserva técnica foram aplicados em atividades de diversas outras dimensões estratégicas, informadas nesse relatório, dentro dos seus respectivos macroprocessos, especialmente na dimensão 10 - Engenharia e Infraestrutura.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O questionamento sobre o índice de satisfação não foi incluído no relatório de autoavaliação institucional;
- Dificuldades das unidades administrativas do IFRN em consolidar as informações no relatório de gestão parciais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Alinhamento entre CPA e PRODES para inclusão do questionamento sobre a satisfação em relação à instituição;
- Maior acompanhamento, por parte da PRODES, junto aos *campi*, para garantir uma melhor orientação quantos às diretrizes do relatório de gestão.

Riscos identificados:

- Alocação dos recursos da reserva técnica do Instituto (aqueles não apropriados à nenhuma aplicação específica, em virtude de possíveis situações emergenciais, estratégicas ou contingenciamento de recursos) dentro do macroprocesso Planejamento Estratégico;
- Necessidade de maior transparência quanto aos critérios utilizados para a execução de atividades que utilizam recursos extraorçamentários e/ou de reserva técnica;
- Insuficiência de ferramentas de gestão para acompanhamento da execução orçamentária;
- Pouca apropriação, pela comunidade institucional, da importância da elaboração e acompanhamento do plano de ação.

Desafios futuros:

- Elaboração de planejamento complementar (visando recursos extraorçamentários);
- Elaboração dos relatórios de gestão parciais, por *campus*;
- Mobilização de uma maior parte dos servidores, para participação ativa no planejamento.

Macroprocesso:
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Objetivo estratégico: Acompanhar e avaliar, de forma sistêmica e sistematizada, os indicadores institucionais para subsidiar o planejamento e a qualidade dos atendimentos dos setores para identificar o nível de satisfação dos usuários

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

1.6.1 Ampliar a participação da comunidade nos processos de autoavaliação institucional

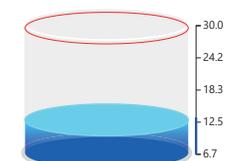
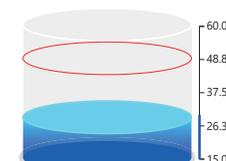
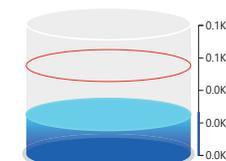
INDICADORES

Quantidade de processos de autoavaliação e diagnóstico institucional realizados

Percentual de participação de docentes no processo de autoavaliação institucional das diretrizes e metas

Percentual de participação de técnicos-administrativos no processo de autoavaliação institucional das diretrizes e metas

Percentual de participação de estudantes no processo de autoavaliação institucional das diretrizes e metas



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Principais resultados alcançados:

- Recredenciamento institucional com vigência de 8 anos;
- Encerramento do ciclo avaliativo trienal do SINAES com todas as autoavaliações institucionais anuais realizadas;
- Eleição e posse da nova gestão da Comissão Própria de Avaliação.

Impacto observado:

- Reconhecimento da maturidade e qualidade do ensino ofertado pelo IFRN;
- Visibilidade da instituição perante o público externo.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Impossibilidade de apurar corretamente o gasto (correspondente a diárias com servidores) por falta de controles adequados;
- Projeto de Autoavaliação Institucional complexo, dificultando a implantação de todos os processos avaliativos ali previstos;
- Falta de equipe especializada de servidores da reitoria para dar suporte à CPA Central, para que a comissão possa focar a atuação em caráter deliberativo ;
- A sensibilização para participação da comunidade na autoavaliação tem sido insuficiente ou ineficaz.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Capacitação dos servidores da CPA Central;
- Fomento para encontros formativos na Reitoria com CPA Central e CPA Locais;
- Desenvolvimento de uma ferramenta informatizada para acompanhamento das despesas;
- Proposição de mudanças no Regimento Geral do IFRN, para alterar a composição da CPA.

Riscos identificados:

- Redução no IGC dos cursos superiores de graduação ;
- Subutilização da ferramenta como subsídio ao planejamento institucional, gerando impactos ao macroprocesso Planejamento Estratégico;
- Atuação da CPA distanciada das necessidades institucionais.

Desafios futuros:

- Elaboração de um Projeto de Autoavaliação Institucional simplificado, mas que contemple os requisitos legais e estimule a participação da comunidade interna;
- Aprovar e implementar as alterações no Regimento Geral para melhorar a atuação da CPA;
- Promover melhorias no instrumento de autoavaliação para promover maior participação dos docentes, técnico-administrativos e estudantes do IFRN.

Macroprocesso:
INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivo estratégico: Ampliar as atividades de internacionalização em articulação com as demandas acadêmicas

Execução financeira: R\$ 126.944,95

METAS

1.7.1 Ampliar o número de acordos de cooperação e parcerias com instituições estrangeiras

1.7.2. Ampliar o número de estudantes e servidores em mobilidade internacional (enviados e recebidos)

INDICADORES

Quantidade de parcerias ou convênios de internacionalização ativos

Quantidade de servidores em mobilidade internacional

Quantidade de alunos em mobilidade internacional

Resultado e Meta por Resultado

12,00 ✓
Meta: 12,00 (+0%)

10,00!
Meta: 42,00 (-76.19%)

3,00!
Meta: 42,00 (-92.86%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO INTERNACIONALIZAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- Participação no Programa Jovens Embaixadores, promovido pela Embaixada dos EUA, através do envio da aluna Thaynara Azevedo Luciano, contemplada na edição 2018/2019;
- Participação de alunos no evento acadêmico internacional “Future Technologies Conference”, no Canadá, viabilizado pelo pagamento das inscrições;
- Contratação de um professor de francês no âmbito do acordo de cooperação entre o CONIF e a Embaixada da França no Brasil;
- Envio de servidores a eventos acadêmicos internacionais, bem como a visitas a instituições estrangeiras de Ensino Superior a fim de prospectar cooperação; acompanhamento de aluno em evento internacional e apresentação de trabalhos.

Impacto observado:

- Motivação e preparação de mais alunos do IFRN para realizarem intercâmbio internacional;
- Capacitação em língua francesa de servidores estudantes de pós-graduação;
- Projeção do IFRN, seus produtos e patentes do IFRN na comunidade internacional, com potencial de prospecção de novas parcerias internacionais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- As viagens de prospecção viabilizaram o cumprimento da formalização de parcerias e convênios;
- Por erro de registro, a meta de mobilidade (42 servidores e 42 alunos) foi superestimada. A meta correta é 10 alunos e 10 servidores;
- Falta de efetividade nas parcerias para alavancar a mobilidade internacional;
- Proposta de reformulação do programa de mobilidade gerou frustração das despesas e subsequente remanejamento dos recursos para outras áreas.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Adiar Programa IFRN Internacional para o ano de 2019.

Riscos identificados:

- Ausência de contrapartida no retorno de alunos e servidores enviados a eventos no exterior, com financiamento parcial ou total;
- Ineficiência dos mecanismos de pagamento dos profissionais estrangeiros pelo setor público.

Desafios futuros:

- Propor a assinatura de um termo de compromisso por parte de alunos e servidores, a depender das prerrogativas legais para tal;
- Mapeamento dos problemas recorrentes, como subsídio para uma elaboração de estratégia de tramitação de documentação de estrangeiros no IFRN mais eficiente.

4.2 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO COMUNICAÇÃO E EVENTOS

Macroprocesso:
COMUNICAÇÃO INTERNA

Objetivos estratégico: Fortalecer a transparência das ações institucionais e os fluxos comunicacionais com servidores e estudantes

Execução financeira: R\$ 15.993,46

METAS

2.1.1. Estimular a interação de servidores e estudantes com as gestões da Reitoria e dos *campi* através dos diferentes meios de comunicação interna

INDICADORES

Quantidade de informativos enviados a alunos e servidores

Quantidade de campanhas internas de comunicação desenvolvidas para alunos e servidores



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO COMUNICAÇÃO INTERNA

Principais resultados alcançados:

- Efetivação dos normativos internos mais urgentes à área de comunicação (Normatização para Eventos de Certificação, Formatura e Colação de Grau e Política de Comunicação do IFRN);
- Elaboração de manuais de gerenciamento de mídias sociais e de linguagem jornalística para uso interno dos responsáveis pelas atualizações de sites e páginas institucionais na internet e conteúdo jornalístico gráfico;
- Campanha IFRN 10 anos: filme institucional do IFRN com 1,4 mil visualizações no [Youtube](#) e 16 mil visualizações no [Facebook](#), além de outros 16 vídeos divulgados na *Fan Page* e no Instagram IFRN Oficial, com destaque a estudantes e servidores, somando 74493 visualizações;
- Implantação do sistema de chamados, através do Suap, para atendimento a demandas de publicações e divulgações demandadas pelos próprios servidores e estudantes. Em 2018, foram atendidos 1241 chamados, sendo os principais deles: 488 para publicação de notícias e 409 para produção de peças gráficas.

Impacto observado:

- Consolidação das normas para o tratamento e veiculação das informações institucionais;
- Assimilação da comunidade interna da função social e do sentimento de pertencimento à Instituição através da campanha IFRN 10 anos;
- Mais praticidade para a solicitação e o atendimento de serviços de comunicação social e eventos, como também um maior conhecimento dos estudantes e servidores quanto à existência do setor e da possibilidade de acioná-lo, uma vez que a caixa para abrir chamado surge na tela inicial do SUAP.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Recursos planejados foram extrapolados em 141% em razão da necessidade do acréscimo de mais pessoas à produção dos filmes institucionais do IFRN e de mais reuniões para a conclusão da Política de Comunicação do Instituto, o que demandou mais diárias;
- O número de informativos planejados não foi atingido em razão da [Instrução Normativa 1 e 2/2018 da Presidência da República](#), que restringia as divulgações institucionais no período eleitoral.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Realização de um melhor dimensionamento da equipe e do tempo de trabalho necessário para a realização dos projetos;
- Consulta do calendário cívico para averiguação de possíveis eventos e datas que possam interferir negativamente nas ações planejadas.

Riscos identificados:

- Confusão quanto ao tipo de serviço de comunicação e eventos solicitado (por exemplo, em apoio a evento, o estudante ou servidor solicita o cadastro do evento);
- Desconfiança de alguns estudantes ou servidores quanto aos critérios adotados para escolha dos destaques em campanhas e matérias (a Política de Comunicação, no item Critérios de noticiabilidade procura amenizar isso);
- Divulgação de informações equivocadas ao receber por chamado – por isso, adoção da checagem dos dados sempre antes de publicar.

Desafios futuros:

- Aprimorar o sistema de Chamados para outras atividades (audiovisual e gerenciamento de redes sociais, este último, restrito à equipe de trabalho, uma vez que faz parte de um planejamento do setor);
- Desenvolver campanhas institucionais com mais envolvimento de estudantes e servidores;
- Aprimorar o envio dos informativos internos também para estudantes.

Macroprocesso:
COMUNICAÇÃO EXTERNA

Objetivos estratégico: Promover e difundir as ações institucionais de oferta de educação profissional, científica e tecnológica e de transformação das realidades locais

Execução financeira: R\$ 206.212,05

METAS

2.2.1. Ampliar a utilização dos canais de comunicação externa para informar a sociedade sobre as ações institucionais e melhorar a percepção pública quanto à atuação e dimensão institucional

INDICADORES

Quantidade de matérias positivas sobre o IFRN publicadas nos meios de comunicação de massa

Quantidade de acessos ao portal do IFRN

Quantidade de seguidores do IFRN nas mídias sociais

Quantidade de demandas do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) recebidas

Quantidade de demandas do Fale Conosco recebidas

Resultado e Meta por Resultado

346,00 ✓
Meta: 365,00 (-5.21%)

6,38 Mi ✓
Meta: 5,10 Mi (+221.24%)

267,6 Mil ✓
Meta: 154,0 Mil (+73.77%)

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO COMUNICAÇÃO EXTERNA

Principais resultados alcançados:

- Posição de [primeiro lugar entre os Institutos Federais do Brasil, pelo Webometrics Ranking of World Universities](#), grupo de pesquisadores espanhol, que avalia a presença e o impacto da Instituição na internet;
- Um aumento de 250% no número de matérias divulgadas sobre o IFRN na mídia em geral, conforme dados cadastrados no SUAP;
- Um número 173% maior do que o previsto para os seguidores das redes sociais do IFRN, considerando as páginas gerenciadas pela Reitoria e pelos *campi*.

Impacto observado:

- Apreensão, por parte do público interno e externo, da informação de que o IFRN foi o melhor Instituto Federal do país - postagem no [Facebook com 1624 compartilhamentos orgânicos](#) (sem patrocínio), além dos compartilhamentos não vinculados à página e de divulgações pela grande mídia Band RN, TV Tropical, TVU Notícias e Blog do BG;
- Reconhecimento da sociedade de uma Instituição democrática e aberta à interação com os variados públicos em razão da adesão às redes sociais institucionais;
- Reforço da imagem institucional perante a sociedade externa em razão das publicações na grande mídia e nos canais oficiais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Execução financeira extrapolada em razão de oportunidade visualizada por *campus* da Instituição para reformular a sinalização do ambiente, a partir de recursos extras e por isso não planejados;
- A [Instrução Normativa 1 e 2/2018 da Presidência da República](#), que restringia as divulgações institucionais no período eleitoral, restringiu também o envio de alguns conteúdos por *release*;
- O sistema de cadastramento de matérias pelo SUAP não filtra todo o conteúdo divulgado pelas mídias, o que exige a busca e o cadastramento manual e acaba deixando passar conteúdos importantes;
- O aumento no número de solicitações ao Serviço de Informação ao Cidadão aponta para uma eficiência no atendimento, uma vez que os solicitantes avaliam como positivo o Serviço e o divulgam como uma maneira fácil de obter dados institucionais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Aumento na frequência de *releases* (matérias com conteúdo de interesse social sobre a instituição) enviados à imprensa;
- Planejar a adoção de um serviço externo de *clipagem*, que permite o filtro mais fiel e completo das matérias divulgadas externamente sobre a instituição.

Riscos identificados:

- Dificuldade no acompanhamento do planejamento e da execução financeira por parte dos *campi*;
- Publicação de informações equivocadas ou de teor negativo sobre a Instituição nas mídias sociais ou na grande mídia, o que pode gerar crises institucionais (a fim de acompanhar esses casos e dar respostas à sociedade, a Política de Comunicação estabeleceu a criação do Gabinete de Crise);
- Criação de páginas institucionais, principalmente por parte de setores ou projetos, sem condições de acompanhamento do gerenciamento, o que pode gerar comentários desencadeadores de crises se não respondidos eficientemente e a tempo (Política de Comunicação solicita que os servidores responsáveis pelas páginas apresentem um formulário de criação e gerenciamento aos setores de comunicação).

Desafios futuros:

- Maior eficiência nas campanhas de processos seletivos;
- Atualização do site do IFRN para dar mais visibilidade às informações mais procuradas no portal atual (processos seletivos);
- Aumentar o número de publicações externas sobre o IFRN;
- Acompanhar e cobrar uma maior eficiência no planejamento e na execução financeira relativa à comunicação.

Macroprocesso:
EVENTOS

Objetivos estratégico: Promover a aproximação física de servidores, alunos e da população em geral com a Instituição por meio da promoção de eventos, em articulação com as demandas acadêmicas e administrativas

Execução financeira: R\$ 278.190,19

METAS

2.3.1. Melhorar o apoio e a promoção de eventos institucionais de natureza técnico-científica, artístico-cultural e desportiva que aprimorem a relação com a comunidade interna e sociedade

INDICADORES

Quantidade de eventos realizados

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO EVENTOS

Principais resultados alcançados:

- Com a realização da I Exposição Científica, Tecnológica e Cultural do IFRN (Expotec) do *Campus Lajes*, todos os *campi* do Instituto realizam hoje seu evento científico e cultural;
- Consolidação da Semana de Ciência Tecnologia e Extensão do IFRN (Secitex), com a quarta edição realizada no *Campus Natal-Central*, o que gerou 14 inserções na mídia em geral, com destaque para duas matérias publicadas na InterTV Cabugi, veículo com maior audiência no estado, além de mais de 20 notícias publicadas no site do IFRN durante os 3 dias de evento;
- Realização do evento de celebração dos 10 anos do IFRN, com a entrega de 80 comendas de homenagens a servidores, estudantes e personalidades externas que contribuíram com a instituição nesse período, além do lançamento do filme institucional do Instituto;
- Aprovação pelo Consepex da Normatização para Eventos de Certificação, Formaturas e Colações de Grau.

Impacto observado:

- Consolidação dos eventos científicos e culturais realizados pelo IFRN;
- Maior praticidade para os servidores responsáveis pela organização dos eventos de certificação, formatura e colação de grau, em razão da normativa aprovada.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O número planejado foi muito abaixo do realizado porque a previsão considerou apenas os eventos que passam pelos gabinetes (formaturas, colações de grau e homenagens institucionais).

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Concluir junto à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI) o módulo de cadastro e controle de eventos, que dimensionará corretamente os eventos realizados e sua tipificação .

Riscos identificados:

- Realização de evento que desrespeite as normas de cerimonial;
- Realização de evento que propague mensagens em desacordo com a missão e os valores institucionais;
- Deficiência no planejamento e no controle do número e dos tipos de eventos realizados.

Desafios futuros:

- Finalizar módulo de cadastro e controle de eventos junto à DIGTI e estabelecer a cultura institucional do preenchimento;
- Implantar o Núcleo de Eventos conforme aprovado na Política de Comunicação;
- Aumentar o número da equipe responsável pelo assessoramento aos eventos nos *campi* e na Reitoria.

4.3 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GOVERNANÇA

Macroprocesso:
GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA

Objetivos estratégico: Fortalecer a política de governança administrativa

Execução financeira: R\$ 380,04

METAS

3.1.1. Ampliar o alcance da política e das práticas de governança administrativa

INDICADORES

Quantidade de processos disciplinares finalizados com penalidade

Percentual de dimensões estratégicas com riscos monitorados

Percentual de recomendações da CGU atendidas

Percentual de determinações e deliberações do TCU atendidas

Percentual de ações do PAINT executadas

Percentual de manifestações ou demandas de ouvidoria atendidas

Resultado e Meta por Resultado

3,00✓
Meta: 0,00

100,00%
Meta: 100,00 (+0%)

63,00%
Meta: 80,00 (-21.25%)

100,00%
Meta: 80,00 (+25%)

95,00%
Meta: 95,00 (+0%)

97,29%
Meta: 80,00 (+21.61%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GOVERNANÇA ADMINISTRATIVA

Principais resultados alcançados:

- Melhoria dos fluxos institucionais;
- Controle interno aplicado aos afastamentos para capacitação.

Impacto observado:

- Aprimoramento do funcionamento institucional.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Respostas intempestivas comprometendo o cronograma inicialmente previsto para as ações.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Monitoramento das ações.

Riscos identificados:

- Inobservância das recomendações da auditoria, por parte dos setores auditados;
- Dificuldades no acompanhamento da execução financeira, uma vez que os recursos executados ao longo do ano foram apropriados em outras dimensões estratégicas, como Gestão Estratégica e Gestão Administrativa.

Desafios futuros:

- Cumprimento dos prazos pelos setores auditados;
- Melhorar o controle do acompanhamento da execução orçamentária.

Macroprocesso:
GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Objetivos estratégico: Fortalecer a política de governança em tecnologia da informação

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

3.2.1. Implantar a política e fomentar as práticas de governança em tecnologia da informação

INDICADORES

Quantidade de planos estratégicos de TI desenvolvidos ou atualizados (PDTI, PSI, Comunicação e Dados)

Quantidade de documentos de especificação dos direitos decisórios em TI elaborados

Quantidade de relatórios de governança desenvolvidos (prática, conformidade e desempenho)



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GOVERNANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Principais resultados alcançados:

- Revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação por uma comissão de especialistas. O PDTI é o documento norteador das ações de TIC da instituição e atua como ferramenta de planejamento e sustentação de suas ações;
- Gestão de TIC via execução de ações de conformidade e desempenho de Tecnologia da Informação, aferição das ações de modernização do parque tecnológico nas unidades e padronização de ações, tendo como objetivo aprimorar o processo de Gestão de TIC da instituição;
- Elaboração de Plano de Capacitação para Servidores de Tecnologia da Informação, para qualificar os servidores de TI com o objetivo de desenvolver as ações de governança de TI nos *campi*.

Impacto observado:

- Ações desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de TI guiadas pelo princípio de construção do PDTI;
- Qualificação da equipe com a conclusão do curso de mestrado de 4 profissionais que atuam diretamente com TIC.

Riscos identificados:

- Ausência do documento norteador para as ações de TIC.

Desafios futuros:

- Aprovar o PDTI pensado;
- Retomar o processo de revisão do Plano de Segurança da Informação (PSI);
- Elaborar normas atreladas ao PSI para sustentação dos direitos decisórios;
- Reavaliar o Plano de Dados Abertos e adotar ferramenta automatizada para tal.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- No que diz respeito aos planos estratégicos, não foi possível concluir o processo de aprovação dos documentos no Conselho Superior, em função de ajustes demandados pelo referido Conselho;
- Outro elemento importante é a necessidade de redimensionar as metas dos indicadores propostos, especificamente os dois últimos indicadores, para melhor refletir a realidade institucional.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Priorizar o processo de análise do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

4.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ATIVIDADES ESTUDANTIS

Macroprocesso:
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivos estratégico: Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes

Execução financeira: R\$ 14.868.003,04

METAS

4.1.1. Ampliar o número de estudantes com caracterização socioeconômica realizada

4.1.2. Ampliar a oferta de auxílios e bolsas para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inclusive com necessidades educacionais específicas e transtorno funcional específico

INDICADORES

Percentual de estudantes ingressantes com caracterização socioeconômica realizada

Percentual de estudantes com caracterização socioeconômica atualizada

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) até 0,5 SMP

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) entre 0,5 e 1 SMP

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) entre 1 e 1,5 SMP

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) entre 1,5 e 2 SMP

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) entre 2 e 2,5 SMP

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) entre 2,5 e 3 SMP

Perfil Socioeconômico da Clientela (PSC) maior ou igual que 3 SMP

Percentual estudantes atendidos com auxílios e bolsas de assistência estudantil

Quantidade de estudantes com necessidade educacional específica ou transtorno funcional específico identificados

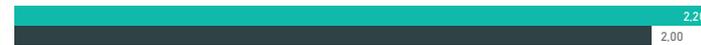
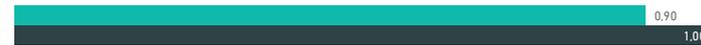
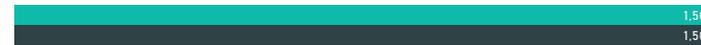
Percentual de estudantes com necessidade educacional específica ou transtorno funcional específico atendidos em programas de assistência social

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta

89,00%
Meta: 95,00 (-6.32%)

34,80%
Meta: 70,00 (-50.29%)



46,10%
Meta: 40,00 (+15.25%)

461,00
Meta: 100,00 (+361%)

93,00%
Meta: 70,00 (+32.86%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ASSISTÊNCIA SOCIAL

Principais resultados alcançados:

- Aumento de 7% no número de estudantes atendidos pelos programas gerenciados pelo Serviço Social: Alimentação Estudantil, Auxílio transporte, Bolsas de Apoio à Formação Estudantil;
- Desenvolvimento de ações para atendimento de estudantes com deficiência através do NAPNE;
- Oferta da merenda escolar noturna, em alguns *campi*, proporcionou aos estudantes do Curso subsequente, alimentação balanceada e satisfatória.

Impacto observado:

- Maior participação dos estudantes nas atividades acadêmicas no contraturno, devido ao fornecimento da alimentação saudável, possibilitando a esses maior desempenho e êxito na trajetória escolar;
- Redução nos índices de evasão advindas das dificuldades de deslocamento casa/instituto;
- Planejamento mais adequado das ações de assistência estudantil em função do aumento das caracterizações realizadas;
- Atendimento aderente ao grupo considerado em vulnerabilidade socioeconômica pelo PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto 7234/2010), com 91% de estudantes com renda familiar per capita situada entre 0,5 e 1,5 salário mínimo.

Riscos identificados:

- A existência de demanda reprimida de 37,91% nos programas de assistência estudantil poderá resultar em evasão ou retenção escolar;
- Falta de ampliação de recursos na área.

Desafios futuros:

- Incremento no fornecimento de refeições diárias, bem como a construção/ampliação de áreas de vivência, banheiros e refeitórios, caso implementem-se adequações nas ofertas do Ensino Médio Integrado;
- Estabelecer um equilíbrio entre orçamento e demanda, definindo prioridades entre as ações que competem à assistência estudantil, alocando maior recurso naquelas que mais impactam na permanência e êxito dos estudantes;
- Aprimorar a metodologia do monitoramento dos recursos executados, em especial dos recursos classificados como restos a pagar.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Dificuldade de alcançar 100% dos alunos pela caracterização socioeconômica, pois alunos que não se inscrevem nos programas da assistência estudantil, via de regra, não a fazem no SUAP;
- Afastamentos de servidores efetivos e falta de servidores especializados nos atendimentos de Psicologia, Nutrição, Assistente Social em alguns *campi*; dificuldades para contratação de terceirizados para preparo de refeições;
- Desencontro entre o calendário acadêmico de alguns *campi* e o calendário civil;
- Como aspecto positivo, a realização de reformas para adequação/ ampliação de refeitórios para alimentação estudantil (Almoço, Jantar, Merenda escolar).

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Desenvolvimento no SUAP de condicionamento da renovação da matrícula ao preenchimento/atualização do questionário socioeconômico;
- Priorização de estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica;
- Ações para acolhimento e acessibilidade de estudantes com deficiência visual (sinalização, inclusão no NAPNE, entre outros);
- Parcerias com a rede de assistência local a fim de proporcionar a oferta de serviços e minimizar as dificuldades existentes pelos alunos em diversas áreas;
- Reuniões com a gestão municipal para garantir o transporte escolar diário e adequado para os estudantes do IFRN.

Execução financeira: R\$ 138.550,47

METAS

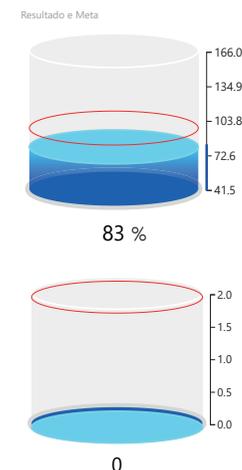
4.2.1. Ampliar o número de exames biomédicos em estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados

4.2.2. Ampliar o número de campanhas de saúde sistêmicas

INDICADORES

Percentual de estudantes ingressantes dos cursos técnicos integrados com registro de exame biomédico

Quantidade de campanhas de saúde sistêmicas para estudantes realizadas



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Principais resultados alcançados:

- Realização de eventos e campanhas temáticas, organizadas localmente nos *campi*, como Outubro Rosa, Setembro Amarelo, Semana da visibilidade Feminina, Esclarecimentos sobre transtornos mentais aos docentes do IFRN, Exposição sobre POP (Procedimento Operacional Padrão) de higienização dos reservatórios de água e limpeza de bebedouros, Campanha de Vacinação contra a gripe, Cine-debate sobre a valorização da vida;
- Realização de 2.519 avaliações biomédicas de estudantes ingressantes na modalidade Médio Integrado.

Impacto observado:

- Conscientização de estudantes, enquanto agentes multiplicadores da saúde em sua comunidade, contribuindo em parceria com o município para o cumprimento da meta do Ministério da Saúde de aumento de vacinados no país;
- Fatores como reestabelecimento da saúde de estudantes e mudança no estilo de vida que contribuem para a permanência, frequência regular e formação holística dos discentes;
- As oficinas realizadas pela Psicologia possibilitaram um auxílio associado à saúde mental dos alunos e abriram espaço para tratar de diferentes questões que envolvem as dimensões de ensino-aprendizagem.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Falta de pessoal qualificado para desenvolvimento de ações específicas, principalmente, aquelas relacionadas aos serviços de Psicologia, Nutrição, Medicina e Odontologia, visto que alguns *campi* não possuem esses profissionais em seus quadros de servidores;
- Dificuldade em comprar medicamentos e demais insumos; de realizar a manutenção e conserto dos equipamentos odontológicos e outros de uso específico ao serviço de saúde;
- O exame biomédico de 2018 foi realizado parcialmente em virtude de reformas em alguns setores de saúde;
- Absenteísmo dos alunos aos exames biomédicos, mesmo com notificação antecipada.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Parcerias com a Secretaria de Saúde dos Municípios;
- Cooperações entre *campi* do IFRN para viabilização de atendimentos específicos devido a ausência de profissional correspondente;
- Sugestão da avaliação biomédica ser inserida como critério para a obtenção do “Nada Consta” institucional.

Riscos identificados:

- Utilização dos recursos direcionados para a Assistência ao Educando da Educação Profissional para finalidades diversas, em alguns casos, como aquisição de material de consumo para o setor de saúde, bem como para contratação de serviços (auxiliar bucal e auxiliar de cozinha);
- Dificuldades para a permanência e êxito escolar de estudantes em decorrência de problemáticas de caráter psicossocial e/ou de questões de saúde e/ou deficiência/necessidades educacionais específicas.

Desafios futuros:

- Conseguir realizar 100% dos exames biomédicos em alunos ingressantes no Instituto;
- Identificar melhorias para melhor atender as demandas apresentadas pela comunidade acadêmica;
- Aumentar a oferta de atendimentos nos programas de assistência estudantil, contribuindo para ampliar a permanência e êxito de nossos alunos, equipar o setor de saúde com mobiliário aquedado, além da aquisição de bens para o centro de vivência para garantir aos alunos um ambiente escolar confortável e dinâmico, garantindo a permanência e o êxito de nossos alunos;
- Programar ações do setor de saúde em parcerias com outros órgãos públicos;
- Aprimoramento dos mecanismos de orientação/ monitoramento/ controle da execução dos recursos planejados ao longo do exercício.

Macroprocesso:
FORMAÇÃO INTEGRAL

Objetivos estratégico: Fortalecer as ações de apoio à formação integral dos estudantes (eventos e atividades artístico-culturais e esportivas)

Execução financeira: R\$ 522.380,39

METAS

4.3.1. Ampliar o número de discentes com apoio para participação em eventos e para o desenvolvimento de atividades artístico-culturais e desportivas

INDICADORES

Quantidade de apoios para eventos e atividades artístico-culturais e desportivas

■ Meta ■ Resultado



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO FORMAÇÃO INTEGRAL

Principais resultados alcançados:

- A Participação em eventos acadêmicos, culturais e desportivos proporcionam aos estudantes uma formação diferenciada, conforme diretrizes do Projeto Político Pedagógico institucional e são atividades de cunho universal.

Algumas atividades executadas:

- SECITEX – Evento promovido pela Instituição que promove também a participação da comunidade.
- Jogos Internos (Intercamp);
- Sede dos Jogos Estudantis / etapa Nordeste;
- Participação nos Jogos Estudantis Nacionais realizado em Fortaleza (CE) ;
- 49º Congresso Brasileiro de Geologia no Rio de Janeiro/RJ;
- 15º Congresso Nacional de Meio Ambiente em Poços de Caldas/MG;
- Congresso Nacional da Educação (CONEDU) em Recife/PE;
- A superação da meta planejada e do previsto para a execução financeira demonstram a expressiva demanda por esse tipo de atividade entre os estudantes.

Impacto observado:

- Os estudantes participantes desenvolvem novas habilidades em decorrência da experiência vivenciada, conforme defende o Projeto Político Pedagógico Institucional.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Não cumprimento de prazos anteriormente estabelecidos em resoluções internas para as solicitações de providências relacionadas a ajuda de custo para participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais e desportivos.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Intensificação da divulgação sobre os prazos para solicitações de providências, conforme resolução interna específica (Resolução 9/2014).

Riscos identificados:

- Não atendimento das providências solicitadas pelos estudantes para a participação em eventos acadêmicos, culturais e desportivos devido não cumprimento dos prazos necessários, inviabilizando a consequente participação do estudante.

Desafios futuros:

- Elaboração de cronogramas/calendários com os eventos institucionais de cunho interno e externo aliado a estratégias de intensa divulgação para que as providências necessárias para a participação dos estudantes sejam encaminhadas em tempo hábil.

Macroprocesso:
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Objetivos estratégico: Estimular a formação e o fortalecimento da organização política dos estudantes, por meio das representações estudantis

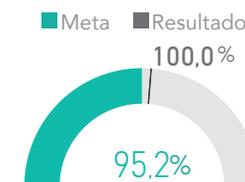
Execução financeira: R\$ 7.600,00

METAS

4.4.1. Fomentar a articulação política das entidades estudantis

INDICADORES

Percentual de *campi* com entidades ou organizações estudantis em funcionamento



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Principais resultados alcançados:

- EPOET – Encontro dos grêmios do IFRN;
- Participação do ENET (Encontro Nacional do Estudantes do Ensino Técnico) em Belo Horizonte – Minas Gerais;
- Reuniões periódicas dos conselhos institucionais com representação estudantil;
- Maior aproximação com o Grêmio estudantil, Centros Acadêmicos e Diretório Central de Estudantes no intuito de, estrategicamente, promover uma divulgação mais ampla dos programas de assistência estudantil e dos eventos relacionados à representação estudantil tanto a nível interno, como relacionados aos eventos regionais e nacionais;
- Em decorrência da atuação da REGIF (Rede de grêmios do IFRN) em 2018 todos os *campi* do IFRN estão com grêmios eleitos para os respectivos mandatos.

Impacto observado:

- Os estudantes participantes desenvolvem novas habilidades em decorrência da experiência vivenciada, conforme defende o Projeto Político Pedagógico Institucional.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Não cumprimento de prazos anteriormente estabelecidos em resoluções internas para as solicitações de providências relacionadas a ajuda de custo para participação dos estudantes em eventos acadêmicos, culturais, desportivos e político- estudantis.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Intensificação da divulgação sobre os prazos para solicitações de providências, conforme resolução interna específica (Resolução 9/2014).

Riscos identificados:

- Não atendimento das providências solicitadas pelos estudantes para a participação em eventos acadêmicos, culturais e desportivos devido não cumprimento dos prazos necessários, inviabilizando a consequente participação do estudante.

Desafios futuros:

- Elaboração de cronogramas/calendários com os eventos institucionais de cunho interno e externo aliado a estratégias de intensa divulgação para que as providências necessárias para a participação dos estudantes nos respectivos eventos sejam encaminhadas em tempo hábil.

4.5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ENSINO

Macroprocesso:
ACESSO DISCENTE

Objetivos estratégico: Realizar processos seletivos e diversificar as formas de acesso discente para promover a inclusão social e estender as oportunidades de formação profissional

Execução financeira: R\$ 862.783,92

METAS

5.1.1. Elevar o nível de aceitação e reconhecimento dos cursos, ampliando a demanda global na relação candidatos por vaga

INDICADORES

Relação Candidato/Vaga ou Índice de Efetividade (RC/V)

Resultado e Meta por Resultado

3,55!
Meta: 10,00 (-64.5%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ACESSO DISCENTE

Principais resultados alcançados:

- Processos seletivos: Programa de Iniciação Científica, Tecnológica e Cidadania - ProITEC (01), Técnico Integrado (01), Técnico Subsequente (03), Técnico ProEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) (02), Especialização (14), Aperfeiçoamento (1), Graduação SiSU (Sistema de Seleção Unificada) (02), Graduação ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) (03) e Mestrado (02), Formação de Professor (01);
- Vagas ofertadas: 17.036;
- Inscrições confirmadas: 60.657.

Impacto observado:

- Crescente ingresso de aluno com deficiência em cumprimento à Lei nº 13.409/2016 e à Resolução nº 05/2017-CONSUP/IFRN;
- Equívoco na confirmação de concorrência pela cota de Pessoa com Deficiência quando a condição de deficiência não pôde ser confirmada pela perícia médica no momento da matrícula.

Riscos identificados:

- Fragilidade na segurança dos editais com aplicação de provas escritas, em função de atividades descentralizadas aos campi;
- Inscrições de estudantes em reservas de vagas distintas da que têm direito a concorrência.

Desafios futuros:

- Centralização dos processos seletivos com aplicação de provas em cumprimento à recomendação da Auditoria para aumento do segurança desses processos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A ampliação da oferta de vagas para Pessoas com Deficiência - PcD ocasionou um crescente número de vagas ociosas para esse público, o que acarretou sucessivas chamadas de vagas remanescentes;
- O processo seletivo para ingresso no Curso de Especialização em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (pós-graduação *lato sensu*), na modalidade a distância, do IFRN em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), para o semestre letivo de 2018.2, regido pelo Edital 35/2018-PROEN/IFRN, com oferta de 1500 vagas, teve apenas 25% de preenchimento.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Melhorias no formulário de inscrição o candidato no Sistema Gestor de Concurso (SGC);
- Publicação de editais de vagas remanescentes para preenchimento de vagas ociosas.

Macroprocesso:
OFERTA EDUCACIONAL

Objetivos estratégico: Fortalecer a oferta educacional e acompanhar e aperfeiçoar os projetos de cursos, em ação integrada com a pesquisa e inovação, a extensão e as atividades estudantis e em sintonia com o desenvolvimento socioeconômico local e regional

Execução financeira: R\$ 93.338,20

METAS

5.2.1. Ampliar a oferta educacional em cursos e programas, de acordo com as condições de pessoal e infraestrutura física e tecnológica

5.2.2. Ampliar as ações de avaliação do currículo

INDICADORES

Relação Alunos/Docente em Tempo Integral (RA/DTI)
Alunos matriculados em relação à força de trabalho (RAM)
Relação Alunos por Professor = Alunos matriculados em relação à força de trabalho (RAP)
Relação Ingressos/Aluno (RI/A)
Percentual de vagas em cursos técnicos (PVTec)
Percentual de vagas em cursos de formação de professores (PVFor)
Percentual de vagas em cursos articulados com a educação de jovens e adultos (PVEja)
Quantidade de escolas apoiadas em programas de melhoria da qualidade da educação básica (PMEBas)
Quantidade de eixos de atuação em programas de formação inicial e continuada e certificação profissional (PFicCertific)
Índice Geral de Cursos de Graduação Contínuo (IGCc)
Quantidade de processos de autoavaliação de cursos realizados
Percentual cursos técnicos com autoavaliação in loco realizadas
Percentual cursos de graduação com autoavaliação in loco realizadas

■ Meta ■ Resultado



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO OFERTA EDUCACIONAL

Principais resultados alcançados:

- Em relação ao item 5.2.1, dos nove indicadores previstos, em sete foram obtidos resultados acima da meta prevista. Quanto ao PVFor, mesmo não sendo atingida a meta, percebe-se resultado superior ao de 2017, que foi de 6,32%;
- Quanto ao item 5.2.2, constata-se uma maior adesão e participação da comunidade com reflexos no planejamento da gestão.

Impacto observado:

- Os esforços empreendidos resultaram no crescimento de 11,16% das matrículas em 2018, ampliando o alcance das ofertas educacionais à sociedade para 40.178 alunos matriculados;
- Aumento nos conceitos dos processos avaliativos externos: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE e Atos Regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de graduação.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

Listamos como causas para o alcance das metas:

- Ampliação do quadro de professores nos diversos *campi*, com a contratação de 138 novos servidores;
- Aumento de vagas em 4,88% se comparado a 2017;
- Ampliação das bibliotecas dos *campi* Apodi, Parnamirim, Nova Cruz e João Câmara;
- O impedimento para o alcance da meta no indicador PVEja foi a não ampliação da oferta de vagas pelos *campi*.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Aprovação de diretriz no Colégio de Dirigentes comprometendo-se com as ofertas de vagas, no Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026, de pelo menos 10% em cursos na modalidade PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA) integrado e PROEJA FIC (Formação Inicial e Continuada) em cada um dos nossos *campi*;
- Capacitação das coordenações de cursos, reuniões periódicas com os responsáveis pelos diferentes setores nos *campi*;
- Visitas técnicas *in loco*.

Riscos identificados:

- O não preenchimento das vagas ofertadas para os candidatos com deficiência, conforme estabelecido na Lei 13.609/2016, em razão do número de vagas superior ao número de candidatos habilitados;
- O não preenchimento de vagas oriundas do Sistema de Seleção Unificada - Sisu.

Desafios futuros:

- Repor servidores docentes que venham a se aposentar;
- Contratar profissionais especializados para atendimento a Pessoas com Deficiência;
- Reformular os Projetos Pedagógicos de Curso;
- Superar restrições orçamentárias.

Macroprocesso:
PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Objetivos estratégico: Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo do processo ensino-aprendizagem que possibilitem a permanência e o êxito

METAS

5.3.1. Ampliar as taxas de conclusão e diminuir as taxas de retenção e desligamento de estudantes nos cursos

INDICADORES

Índice de Eficiência Acadêmica de Concluintes (IEAC)
OU Taxa de Média de Conclusão de Cursos

Quantidade de processos de autoavaliação do
processo ensino e aprendizagem realizados

Índice de Eficiência da Instituição = Taxa de Ocupação
de Vagas (IEI)

Índice de Eficácia da Instituição (IEIc)

Relação Concluintes/Aluno (RC/A)

Taxa de Saída com Êxito (TSE)

Índice de Efetividade Acadêmica (IEA)

Índice de Retenção de Fluxo Escolar (IRFE) = Taxa de
Retenção (TR)

Taxa de Reprovação (TRp)

Taxa de Matrícula Ativa Regular (TMARg)

Taxa de Matrícula Ativa Retida (TMARt)

Taxa de Conclusão (TC)

Taxa de Evasão (TE)

Execução financeira: R\$ 1.498.764,56

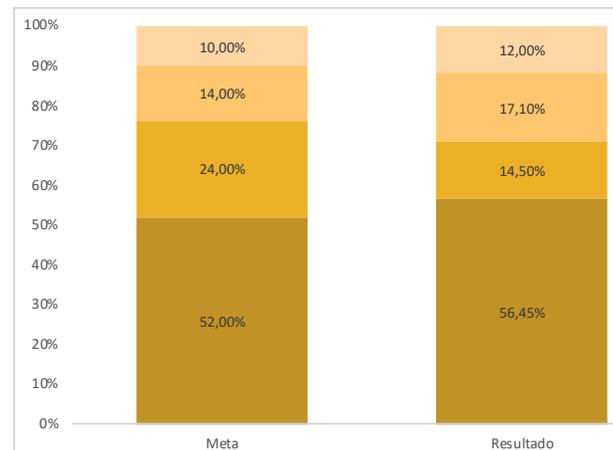
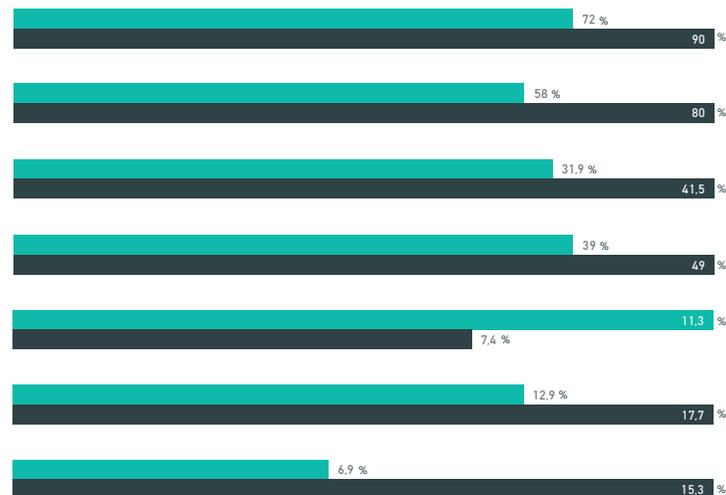
Meta e Resultado

58,30%
Meta: 75,00 (-22,27%)

5,00
Meta: 1,00 (+400%)

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



■ Indicador: Taxa de Evasão (TE)
■ Indicador: Taxa de Conclusão (TC)
■ Indicador: Taxa de Matrícula Ativa Retida (TMARt)
■ Indicador: Taxa de Matrícula Ativa Regular (TMARg)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Principais resultados alcançados:

- Embora as metas previstas no PDI 2014-2018, em sua maioria, não tenham sido atingidas, observamos que, em comparação ao ano de 2017, houve melhorias nos resultados dos seguintes indicadores: RC/A (de 31,1% para 31,9%); TSE (de 17,6% para 58,8%); IEA (de 6,8% para 33,1%); TRp (de 11,4% para 6,9%); TMARg (de 61,5% para 65,8%); TMARt (de 16,3% para 14,5%); TC (de 3,9% para 17,1%) e TE (de 18,5% para 12,0%);
- Foram superadas as metas do PDI nos indicadores: TSE; IEA; TR; IEA; TRp; TMARg; TMARt; TC.

Impacto observado:

- Os esforços empreendidos resultaram no crescimento da Taxa de Conclusão em 97,70%, quando comparado a 2017;
- O resultado alcançado quanto à Taxa de Retenção não foi dentro do previsto em razão do não fechamento do ano letivo em sete *campi* (Cidade Alta, Nova Cruz, Macau, Ipangaçu, Pau dos Ferros, João Câmara e Ceará Mirim).

Riscos identificados:

- Que os estudantes não obtenham êxito na conclusão do curso.

Desafios futuros:

- Equiparação do calendário acadêmico com o calendário civil;
- Revisão do PDI para o período 2018-2026;
- Revisão das ofertas educacionais.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Como uma das causas para o alcance da redução da Taxa de Reprovação atribui-se a ação institucional da PROEN em permitir o avanço do aluno para o período seguinte mesmo com reprovação em três disciplinas;
- Apesar da instituição ter conseguido avançar nos indicadores em relação ao ano anterior, não foi possível atingir todas as metas previstas, principalmente, em função da divergência entre o calendário acadêmico e o calendário civil em 33,33% dos *campi*;
- Alguns indicadores estabelecidos no PDI 2014-2018 não puderam ser atingidos por fatores externos à instituição, a exemplo da impossibilidade de utilização do Programa de Iniciação Científica, Tecnológica e Cidadania - ProITEC como fator de ingresso, o que reduziu pela metade a participação dos alunos da escola pública no Programa. Outro exemplo ocorreu com a certificação do ensino médio feita antecipadamente por exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Fortalecimento da Comissão Interna de Permanência e Êxito - CIPE na instituição;
- Acompanhamento bimestral da frequência e rendimento acadêmico dos alunos;
- Criação de estratégias para a superação das dificuldades de aprendizagem e a consequente melhoria do desempenho, tais como: incentivo a participação nos Centros de Aprendizagem, cursos de nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática, participação de alunos orientados por tutores, entre outros;
- Fortalecimento das Equipes Técnico-Pedagógicas - ETEP; garantia dos espaços de Reuniões Pedagógicas, reunião de pais, Conselho Escolar, Conselho de Classe e Colegiados de Cursos.

Macroprocesso:
ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Objetivos estratégico: Desenvolver ações de acompanhamento e aperfeiçoamento contínuo da administração acadêmica

Execução financeira: R\$ 2.151,00

METAS

5.4.1. Ampliar a consistência dos dados de matrículas nos sistemas institucionais e governamentais

INDICADORES

Relação de consistência de matrículas do censo da educação básica

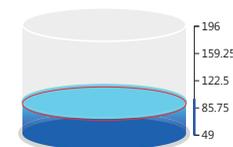
Relação de consistência de matrículas do censo da educação superior

Relação de consistência de bibliotecas do censo da educação superior

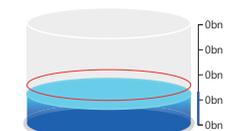
Relação de consistência de docentes do censo da educação superior

Relação de consistência de matrículas do SISTEC

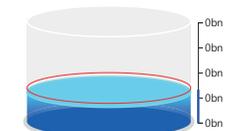
Resultado e Meta



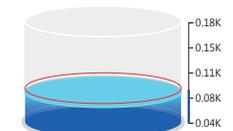
98 %



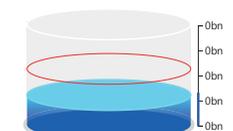
83,89%



89,60%



89,8 %



68,30%

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Principais resultados alcançados:

- Consistência dos dados do EDUCACENSO superior à meta;
- Fortalecimento do desenvolvimento do SUAP, responsável pelo gerenciamento dos dados acadêmicos, com interfaces para os Censos Governamentais.

Impacto observado:

- Cumprimento adequado da exigência legal de prestar informações aos Censos Educacionais;
- Ampliação e aperfeiçoamento dos dados acadêmicos institucionais e governamentais;
- Aumento na informatização de dados e conseqüente redução da operacionalização humana.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Cursos de capacitação e aperfeiçoamento do pessoal especializado no desenvolvimento e operação do SUAP e diversos censos;
- Situações extemporâneas na dinâmica de registro das matrículas no SUAP, que impossibilitaram a inserção parcial nos censos governamentais;
- A Pró-Reitoria de Ensino descentralizou aos *campi* R\$ 10.000,00 para a realização do Encontro do Apoio e Secretários Acadêmicos, o que daria um resultado acima do previsto, justificado pela necessidade de capacitação dos servidores que atuam com os Sistemas Acadêmicos. Por oportuno, avaliamos que a PROEN, após a descentralização, fica impossibilitada de tratar as informações próprias dos *campi* no relatório de gestão, o que ocasionou o resultado abaixo do previsto para a PROEN.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Promoção de capacitação de pessoal.

Riscos identificados:

- Remanejamento de servidores capacitados para outros setores e/ou *campi*;
- Servidores na função de secretários acadêmicos não capacitados para manipular os dados nas diversas plataformas.

Desafios futuros:

- Desenvolvimento de atividades de capacitação/orientação dos trabalhos da secretaria acadêmica;
- Otimizar e adequar as plataformas de registros de dados acadêmicos para melhor atendimento às demandas de auditoria.

Macroprocesso:
INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Objetivos estratégico: Fortalecer e consolidar as ações de inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas e de diversidade social, cultural, de gênero e de raça e cor

Execução financeira: R\$ 5.444,94

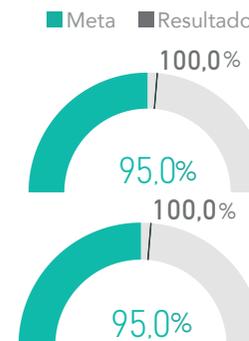
METAS

5.5.1. Ampliar as ações dos Núcleos de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

INDICADORES

Percentual de *campi* com NEABIs ativos

Percentual de *campi* com NAPNEs ativos



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Principais resultados alcançados:

- Superação das metas previstas;
- Realização do II Seminário de Direitos Humanos.

Impacto observado:

- Fortalecimento dos núcleos NEABI e NAPNE nos *campi*, favorecendo um melhor atendimento aos alunos;
- Maior sensibilização da comunidade acadêmica para compreensão e convívio com as temáticas específicas aos núcleos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Edital para submissão de projetos específicos e fomentados para o NEABI;
- Capacitação em adequação curricular para alunos com deficiência;
- Promoção de cinco cursos de capacitação para servidores nos seguimentos: Orientação e Mobilidade; Ledor, Transcritor e Audiodescritor e, Tecnologias Assistivas para pessoas com deficiência visual, através do software NonVisual Desktop Access - NVDA;
- A Pró-Reitoria de Ensino descentralizou aos *campi* R\$ 43.316,00, a fim de promover a participação de servidores no II Seminário de Educação em Direitos Humanos, e R\$ 17.700,00, para a participação de servidores na Jornada de Diálogos sobre Acessibilidade e Inclusão – IV JORDAI, o que já seria um resultado acima do previsto, justificado pela importância dos eventos diante da realidade de recebimento de Pessoas Com Deficiência como nossos alunos no ano de 2018. Por oportuno, avaliamos que a PROEN, após a descentralização, fica impossibilitada de tratar as informações próprias dos *campi* no relatório de gestão, o que ocasionou o resultado abaixo do previsto para a PROEN.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Promoção de capacitações e formações para manutenção dos resultados.

Riscos identificados:

- Ingresso de estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas sem o aporte orçamentário suficiente para a contratação de profissionais especializados para o atendimento desses alunos;
- Servidores não capacitados para a atuação nas diversas deficiências e necessidades educacionais específicas;
- Estruturas físicas que não permitam a acessibilidade adequada dos alunos, servidores e comunidade.

Desafios futuros:

- Contratação de profissionais terceirizados para atendimento aos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas com recursos do orçamento próprio da instituição;
- Cursos de formação e capacitação para os servidores atuantes nos diversos *campi*;
- Investimento em adequações arquitetônicas;
- Criação das coordenações sistêmicas para o NEABI e NAPNE.

METAS

5.6.1. Aumentar a relação de exemplares por título da bibliografia básica e da bibliografia complementar, em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, em todas as bibliotecas

INDICADORES

Relação de exemplares por título (RET)

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SISTEMA DE BIBLIOTECAS

Principais resultados alcançados:

- Ampliação do acervo com investimento de R\$ 800.000,00, proveniente de recursos próprios da Reitoria;
- Ampliação dos espaços físicos das bibliotecas dos *campi* Nova Cruz, Apodi, João Câmara, Parnamirim, Caicó e Ipangaçu.

Impacto observado:

- Atendimento aos requisitos das avaliações dos cursos superiores;
- Ampliação da capacidade de atendimento ao público;
- Melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Apesar de ter ocorrido investimentos para a aquisição de acervo, ressaltamos para o valor inferior ao aplicado em exercícios anteriores em razão do contingenciamento orçamentário.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Destinação de recursos próprios da reitoria para suprir a necessidade de ampliação do acervo.

Riscos identificados:

- Não disponibilização de recursos de capital para atendimento às demandas inerentes às bibliotecas, conforme orientação da matriz orçamentária.

Desafios futuros:

- Ampliação do acervo;
- Adequação e ampliação da estrutura física das bibliotecas dos *campi*;
- Implementação da Coordenação Sistêmica das Bibliotecas.

Macroprocesso:
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Objetivos estratégico: Redimensionar, estrutural e academicamente, as ações de educação à distância, ampliando a atuação sistêmica institucional

Execução financeira: R\$ 416.911,64

METAS

5.7.1. Ampliar a utilização de tecnologias educacionais nos cursos presenciais e consolidar a institucionalização da educação a distância

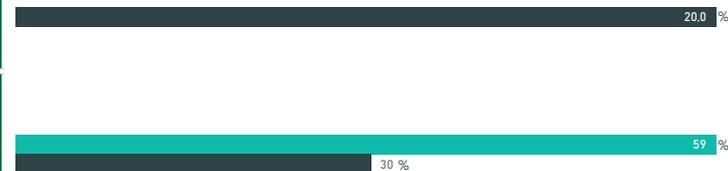
INDICADORES

Percentual de disciplinas de cursos presenciais que utilizam AVEA

Percentual de cursos de oferta ordinária na modalidade EaD (CEad)

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Principais resultados alcançados:

- Atendimento a um público que deseja formação, mas não tem disponibilidade para cursar presencialmente;
- Nos cursos na modalidade presencial, viabilizar a ampliação da carga horária de determinadas disciplinas, dada a oferta de até 20% na modalidade à distância;
- Otimização da equipe docente e técnica-administrativa.

Impacto observado:

- Um maior número de profissionais qualificados em localidades onde a instituição não tem *campi*.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Atualmente, não existe uma ferramenta que permita identificar em cada um dos cursos presenciais da instituição, quais disciplinas estão sendo ofertadas integralmente em Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem - AVEA;
- Execução financeira acima do previsto em razão da disponibilização de R\$ 240.000,00 ao *Campus Natal - Zona Leste* para impressão de material gráfico para atender às demandas das inscrições do Programa PROITEC 2018.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Proposta de ampliação das disciplinas que utilizam AVEA, em cursos presenciais, a partir da reformulação dos planos de cursos.

Riscos identificados:

- Falhas de rede podem comprometer a execução de aulas em EaD em momentos extemporâneos.

Desafios futuros:

- Criar ferramentas que possibilitem o registro e acompanhamento das disciplinas que utilizam AVEA em cursos presenciais;
- Ampliar a oferta de disciplinas que utilizam AVEA, em cursos presenciais;
- Estruturação do *Campus Natal - Zona Leste* (antigo *Campus de Educação à Distância*).

4.6 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO EXTENSÃO

Macroprocesso:
INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Objetivos estratégico: Fortalecer os programas e projetos de extensão, para uma maior interação institucional com a comunidade local e regional

Execução financeira: R\$ 1.135.004,46

METAS

6.1.1. Ampliar o alcance dos projetos de extensão executados com fomento institucional e o grau de envolvimento dos servidores

6.1.2. Ampliar o número de submissões de programas e/ou projetos com recursos em editais externos e em convênios

6.1.3 Ampliar o número de serviços tecnológicos desenvolvidos

INDICADORES

Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos com fomento institucional

Quantidade de projetos de ação social (PAS)

Grau de Envolvimento com Extensão (GEE)

Quantidade de projetos de extensão desenvolvidos com fomento externo

Percentual de recursos externos captados em projetos de extensão em relação ao recurso total de extensão

Quantidade de serviços tecnológicos desenvolvidos

Meta e Resultado

337,00✓

Meta: 140,00 (+140,71%)

218,00✓

Meta: 25,00 (+772%)

41,23%

Meta: 40,00 (+3,07%)

5,00!

Meta: 10,00 (-50%)

93,60%

Meta: 50,00 (+87,2%)

23,00✓

Meta: 20,00 (+15%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Principais resultados alcançados:

- Neste macroprocesso a PROEX atua por meio do fomento aos programas e projetos de extensão, os quais objetivam o desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, a realização de atividades artísticas e culturais e desportivas, bem como na realização de eventos científicos e tecnológicos. Os projetos executados atendem as oito áreas da extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho;
- Em 2018 foram executados 337 projetos, selecionados por meio dos editais: Apoio Institucional a Projetos de Extensão (29 projeto), Mulheres Mil (20 projetos), Terceira Idade (13 projetos), Núcleos de Extensão e Prática Profissional - NEPP (23 projetos), Núcleos de Arte e Cultura - NUARTE (18 projetos), Direitos Humanos (7 projetos), editais dos campi Natal Central, Cidade Alta e Nova Cruz (16 projetos), Edital de Fluxo Contínuo (211 projetos);
- **Elevação em 24% do Grau de Envolvimento em Extensão (GEE)**, por parte dos docentes em relação a 2017 (33,19%). O indicador reflete o esforço institucional no tocante a ampliação do apoio e fomento aos projetos de extensão, com envolvimento conjunto dos servidores e discentes;

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Em virtude dos cortes orçamentários em 2018, houve uma menor oferta de editais de fomento externo, o que diminui as possibilidades de submissão de projetos.

- **Aumento do número de projetos de extensão executados em 2018**, embora os recursos tenham permanecido no mesmo patamar de anos anteriores. Observa-se o crescimento em 15% do número de projetos executados em 2018 (337 projetos) em relação a 2017 (293 projetos);
- **Captação de recursos externos superou a meta em 87,3%**. Foram executados 5 projetos e captados R\$ 819.333,32, principalmente, em virtude do projeto intitulado "Planejamento Pedagógico e Tecnológico do Curso de Formação Inicial de Agentes de Inclusão Digital", Campus Natal - Zona Leste, com recursos da ordem de R\$ 784.933,32;
- **64% dos projetos foram classificados pelos responsáveis como Projetos de Ação Social (PAS)**, foram executados 218 projetos (64% do total) e, em 2017, já haviam 134 (48% do total) – logo, a meta foi subestimada.

Impacto observado:

- No Programa Mulheres Mil, observou-se a elevação da autoestima e da escolaridade, diminuição das condições de vulnerabilidade social e empoderamento;
- No Programa Terceira Idade, percebeu-se que os beneficiários melhoraram a qualidade de vida, autoestima e a interação social;
- No Programa NUARTE, verificou-se o resgate e a promoção da cultura local;
- No Programa NEPPs, propiciou-se aos alunos a prática profissional, por meio da prestação de serviços gratuitos para comunidades de baixa renda, ONGs e instituições que prestam serviços sociais (prefeituras, hospitais, instituições filantrópicas);
- No Programa Direitos Humanos, visa a promoção do respeito à diversidade, cultura da paz e direitos humanos, despertando a reflexão sobre si e os outros, a valorização da vida e o convívio com as diferenças e especificidades, assim como permitiu a articulação de ações entre os NUARTE, NAPNE e NEABI;
- Nos editais de fluxo contínuo, dos *campi* e do programa institucional de apoio à extensão, observou-se, assim como nos demais, que os projetos desenvolvidos contribuíram, social e economicamente, para resolução de problemas locais.

Riscos identificados:

- Não aquisição em tempo hábil dos materiais e/ou serviços necessários à execução dos projetos aprovados;
- Remanejamento de coordenadores dos projetos de extensão;
- Limitação de recursos (editais e chamadas públicas) por parte das instituições de fomento externo, potenciais parceiros (CNPq, Finep, Capes, Sebrae, etc.).

Desafios futuros:

- Implantação do cartão pesquisador/extensionista do Banco do Brasil em 2019;
- Capacitação de servidores em Elaboração e Gerenciamento de Projetos e captação de recursos externos;
- Incentivar a conversão dos projetos de ação social em empreendimentos sociais e/ou ambientais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Capacitação de servidores em elaboração e gerenciamento de projetos e divulgação de editais com fomento externo;
- Assessoramento na elaboração de projetos a serem submetidos em editais externos;
- Desenvolvimento de equipes.

Execução financeira: R\$ 9.504,60

METAS

6.2.1. Aumentar o número de instituições parceiras para a oferta de estágios e intercâmbio institucional

6.2.2. Aumentar o número de estudantes que realizam estágios como prática profissional

6.2.3. Ampliar as visitas de acompanhamento de estágios

6.2.4. Realizar estágios docentes em empresas para interação com mundo do trabalho e captação de estágios

6.2.5. Ampliar o número de egressos acompanhados

INDICADORES

Quantidade de instituições parceiras para oferta de estágios

Quantidade de visitas técnicas para captação de estágio realizadas

Grau de Envolvimento com Extensão (GEE)

Percentual de estudantes que realizaram estágio como prática profissional

Percentual de estágio com visitas de acompanhamento realizadas

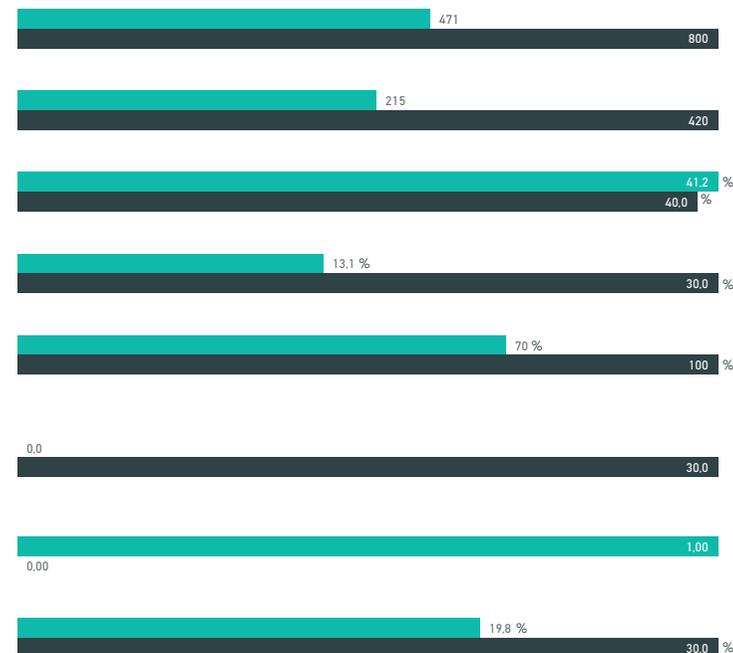
Quantidade de estágios técnicos docentes realizados

Quantidade de pesquisas de egressos realizadas

Percentual de egressos dos últimos cinco anos acompanhados

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO DIÁLOGO COM O MUNDO DO TRABALHO

Principais resultados alcançados:

- Neste macroprocesso a PROEX atua por meio da realização de parcerias institucionais direcionadas a inserção de discentes (estágio ou jovem aprendiz) e egressos no mercado de trabalho nos respectivos arranjos produtivos, sociais e culturais. Além disso, é realizada a pesquisa e ações de acompanhamento e relacionamento com egressos, cujo propósito é a avaliar os desdobramentos da educação profissional no ambiente socioeconômico, o perfil da inserção profissional e da continuidade nos estudos destes, retroalimento o processo decisório e o ensino-aprendizagem;
- Incremento em relação a 2017 em 21,75% no percentual de discentes inseridos no mercado de trabalho como estagiários (730) e aprendizes (227).

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A meta de ampliação do número de estágios e aprendizagens, além de sofrer impacto negativo em virtude da conjuntura econômica estagnada/recessiva nos últimos anos, que afeta o nível de emprego, depende da realização rotineira e persistente de visitas as organizações dos setores privado e público, tendo em vista a divulgação dos cursos e dos profissionais;
- Dificuldades operacionais por parte das coordenações/diretorias de extensão dos *campi*, inclusive, coordenações de curso, em realizar tais visitas para fins de divulgação e captação;
- Falta de recursos para fomentar a realização de estágios docentes em empresas. A ação exige o custeio de diárias e/ou passagens.

- Aumento de 21% nas parcerias com instituições, e de 5,9% no quantitativo de visitas realizadas, embora não tenha sido possível alcançar a meta em ambos casos;
- 13,1% dos discentes realizaram estágio (9,9%) ou aprendizagem (3,2%) como prática profissional;
- Pesquisa de Acompanhamento de Egressos em 2018, com elaboração do relatório até abril de 2019, na qual verificou-se aumento da população-alvo – egressos dos últimos 5 anos, de 13.337 (2012-2017) para 15.812 (2013-2018) e redução da taxa de amostragem de 27,7% (em 2017) para 20% no processo de coleta de dados.

Impacto observado:

- Incremento do número de parceiros para fins de estágio e aprendizagem, assim como, inserção de egressos;
- Aumento da procura, por parte das empresas, dos discentes e egressos do IFRN para fins de ingresso no mercado de trabalho.

Riscos identificados:

- Não acompanhamento efetivo dos estagiários e jovens aprendizes, por parte de alguns professores orientadores;
- Atendimento inadequado, em alguns *campi*, às instituições parceiras;
- Desconsideração dos indicadores coletados anualmente nas Pesquisas de Acompanhamento de Egressos sobre empregabilidade/inserção profissional no processo de redefinição/readequação das ofertas formativas dos *campi*;
- Fatores externos relacionados a conjuntura econômica estagnada ou recessiva, que afetam o nível de emprego e, portanto, a absorção de discentes e egressos do IFRN no mercado de trabalho, limitando as parcerias institucionais;
- Queda no nível de atividade econômica em determinados arranjos produtivos, sociais e culturais locais e/ou escassez de oportunidades no mercado de trabalho, especialmente, em municípios menores.

Desafios futuros:

- Ampliar e intensificar o número das visitas técnicas às organizações dos setores privado e público, em todos os territórios de abrangência do IFRN, tendo em vista a ampliação das parcerias e a prospecção de oportunidades;
- Melhorar a qualidade e eficiência no atendimento nas coordenações de extensão;
- Tornar ampla a discussão e a reflexão crítica, em todos os *campi*, tendo por base a análise dos indicadores coletados pela PAE, a respeito das expectativas dos egressos em relação ao êxito profissional a partir da formação obtida no IFRN, no tocante à empregabilidade e continuidade nos estudos na área de formação obtidas, emigração e pendularidade, entre outros aspectos.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Maior divulgação dos programas de estágio e jovem aprendiz em rádios, mídia impressa, TV, redes sociais e canais de comunicação institucional;
- Utilização dos contatos de parceiros, cadastrados no SUAP e Guia FIERN, por e-mail para prospecção de oportunidades;
- Participação em eventos externos;
- Levantamento e utilização do cadastro industrial FIERN tendo em vista o mapeamento das organizações produtivas, cuja atividade fim demanda os profissionais formados pelo IFRN, por municípios atendidos, tendo em vista a ampliação dos parceiros;
- Sensibilização de servidores, alunos e familiares para captação de oportunidades;
- Discussões sobre um novo formato de edital de estágio docentes;
- Desenvolvimento de equipes.

4.7 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO PESQUISA E INOVAÇÃO

Macroprocesso:
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Objetivo estratégico: Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada à inovação tecnológica e voltados à transferência de tecnologias para a sociedade

Execução financeira: R\$ 879.782,48

METAS

7.1.1. Ampliar o número de projetos de pesquisa aplicada com potencial de geração de ativos de propriedade industrial e o grau de envolvimento dos servidores em pesquisa

7.1.2. Incrementar o número de projetos de iniciação científica e tecnológica envolvendo estudantes

7.1.3. Ampliar o quantitativo de laboratórios multiusuários para fortalecimento das atividades de pesquisa aplicada

7.1.4. Ampliar o número de instrumentos jurídicos de licenciamento ou transferência de tecnologia para a sociedade

INDICADORES

Quantidade de registros de propriedade intelectual depositados ou registrados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Quantidade de Projetos de Pesquisa e Inovação desenvolvidos (PPI)

Quantidade de Programas de Inovação Tecnológica (PIT)

Percentual de recursos externos captados em Projetos de pesquisa e inovação em relação ao recurso total de pesquisa e inovação

Grau de Envolvimento com Pesquisa e Inovação (GEPI)

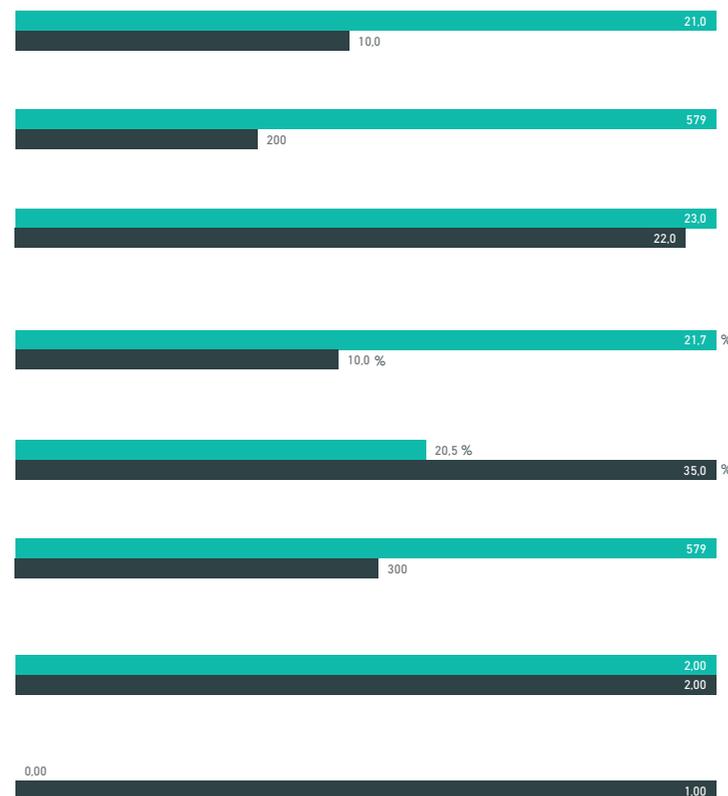
Quantidade de Projetos de iniciação científica e tecnológica desenvolvidos

Quantidade de laboratórios multiusuário implantados e em funcionamento

Quantidade de instrumentos jurídicos de licenciamento ou transferência de tecnologia celebrados

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Principais resultados alcançados:

- Execução de 579 Projetos de pesquisa e inovação, com envolvimento de 1.384 discentes, 506 docentes e 36 técnicos administrativos, superando a meta e o executado em 2017. A maioria dos discentes participantes dos projetos em 2018 é dos cursos técnicos integrados e de tecnologia. As principais áreas dos projetos executados são ciências da computação, engenharia elétrica e química;
- 21 registros de propriedade intelectual depositados ou registrados no INPI, sendo 4 solicitações de registros de patentes, 16 *softwares* e uma marca;
- Como consequência do número de Projetos de pesquisa e inovação executados entre os anos de 2015 e 2018, podemos citar o aumento expressivo no Grau de Envolvimento com Pesquisa e Inovação (GEPI) que contabilizou 20,5%;
- Crescimento dos Programas de Inovação Tecnológica (PIT), totalizando 23 programas (1 Núcleo de Inovação Tecnológica, 9 incubadoras tecnológicas e 10 hotéis de projetos implantados em diversos *campi*, 2 observatórios estruturados nos *campi* Natal-Central e Canguaretama (Observatório da Energia e Observatório da Diversidade) e 1 centro de pesquisa localizado no *Campus* Natal-Central (IFotovoltaica));
- Criação e estruturação de laboratórios multiusuário, a exemplo do Laboratório de Tecnologia Mineral (LTM) do *Campus* Parelhas, para uso de alunos e servidores utilizem e prestação de serviços tecnológicos;
- Centro de Tecnologia Mineral (CTM ou CT Mineral) em processo de implantação para desenvolvimento de Projetos de pesquisa e inovação, prestação de serviços tecnológicos e capacitação de mão de obra na área;
- Captação de R\$ 212.400,00 (duzentos e doze mil e quatrocentos reais) do CNPq, para a execução de Projetos de pesquisa e inovação de quatro editais, e R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) concernentes a dois projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos em parceria com a UFRN, totalizando 21,7% de captação de recursos externos.

Impacto observado:

- Elevação do IFRN no ranking de registros de propriedade intelectual entre os Institutos Federais, pelo aumento expressivo da quantidade de depósitos de patentes e *softwares*.

Riscos identificados:

- Insuficiência de recursos humanos no NIT para divulgar os ativos de propriedade intelectual registrados junto às empresas e instituições e para processar documentos jurídicos do setor;
- Baixa captação de recursos via parcerias de empresas do setor privado;
- Dificuldades no acompanhamento da execução, pois 12% dos recursos relacionados às atividades de pesquisa e inovação foram executados em outras dimensões.

Desafios futuros:

- Aportar maior quantidade de recursos financeiros para taxa de bancada e/ou bolsas para pesquisadores;
- Carga horária para dedicação às atividades da pesquisa;
- A captação de recursos externos para o desenvolvimento da pesquisa e inovação no IFRN;
- Realizar transferência de tecnologia para retroalimentação de capital para a pesquisa e inovação na instituição.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O aumento significativo do quantitativo de Projetos de pesquisa e inovação (14 ao todo) deve-se, principalmente, à diversidade de editais que a PROPI lançou no ano de 2018. Os *campi* Ipanguaçu, Macau, Nova Cruz, Natal - Cidade Alta, Natal-Central e Canguaretama também lançaram editais próprios;
- Envolvimento de servidores nas atividades de pesquisa, fomentados por editais de publicação de livros, tradução de artigos e participação em eventos, entre outros;
- Fomento para desenvolvimento de inovações tecnológicas e registro de propriedade intelectual;
- Aprovação da Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de Inovação e de Empreendedorismo do IFRN através da Resolução nº 31/2017-CONSUP/IFRN;
- Apesar do crescente aumento no número de registros de propriedade intelectual, o IFRN ainda não alcançou a meta de estabelecer parcerias com entidades públicas ou privadas, visando realizar transferência de tecnologia.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), no qual se buscará uma representação dos setores de inovação e empreendedorismo do Núcleo em cada *campus* do IFRN;
- Consolidação de *network* de parcerias do IFRN entidades públicas ou privadas para transferência de tecnologia;
- Elaboração da Política de Regulamentação de Bolsas e implementação do cartão pesquisador em 2019;
- Desenvolvimento de portfólio técnico científico disponível em: <http://parcerias.ifrn.edu.br/portfolio/>, para conectar pesquisadores e facilitar o estabelecimento de possíveis parcerias.

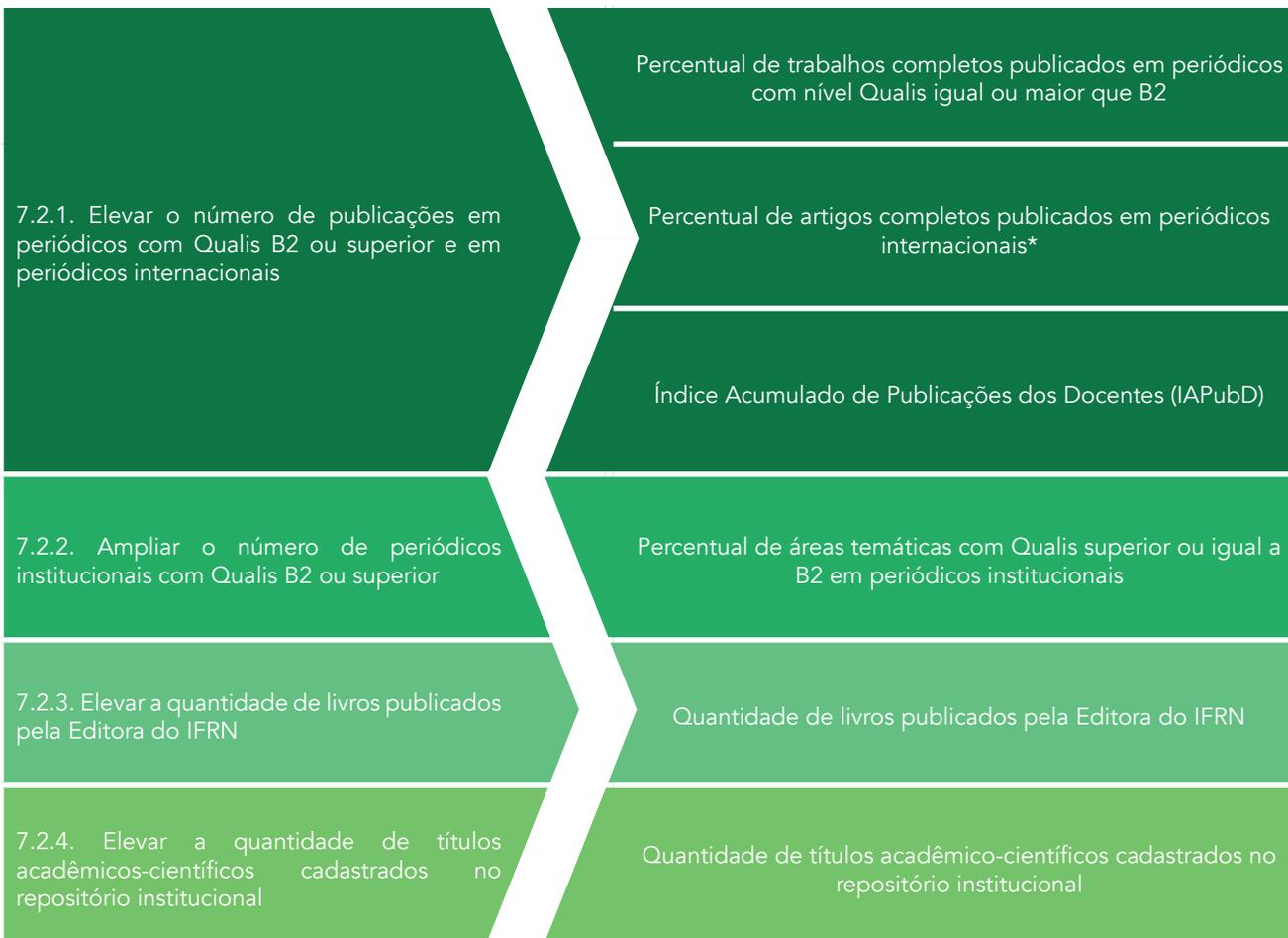
Macroprocesso:
PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Objetivos estratégico: Fortalecer a produção e a publicação de artigos científicos em periódicos e em anais de eventos e de livros impressos e em formato digital

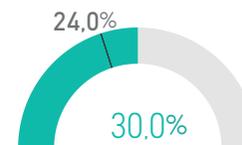
Execução financeira: R\$ 226.637,90

METAS

INDICADORES



■ Meta ■ Resultado



● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PUBLICAÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS

Principais resultados alcançados:

- Publicação de 269 artigos pelos pesquisadores do IFRN, com Qualis A1, A2, B1 e B2, num universo de 488 artigos em periódicos;
- 165 artigos publicados em anais de eventos internacionais, num universo de 599 artigos, que abrangem as demais naturezas (internacional, nacional, regional, local e não informado);
- Fortalecimento dos periódicos institucionais do IFRN, que contam com 7 áreas temáticas de Qualis igual ou superior a B2, dentre o total de 29 áreas temáticas;
- Aumento no índice de livros publicados em 2018, com 13 livros selecionados por meio do edital de seleção, 7 livros por meio de parcerias com instituições, como a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, a UERN e a FUNCERN; 1 livro em comemoração aos 10 anos do IFRN; e 2 das séries *Professus Literattus* e Manual de Processos Institucionais, recorrentes na Editora;
- 181 submissões no Repositório Institucional (*Memoria*), incluindo publicações como TCCs, dissertações, anais de eventos, artigos, livros e capítulos de livros, superando a meta estabelecida.

Impacto observado:

- Qualificação das publicações, com crescimento e gradativa descentralização das revistas que possuem áreas temáticas com Qualis igual ou superior a B2;
- Aumento da visibilidade institucional, em âmbito nacional e internacional, através das publicações fruto de parcerias interinstitucionais e aumento das publicações por parte dos servidores do Instituto;
- Reconhecimento institucional, através do crescimento de submissões das produções oriundas dos alunos e servidores do Instituto ao repositório institucional, disponíveis para toda a comunidade interna e externa, tendo em vista que todos os títulos estão disponíveis para download.

Riscos identificados:

- Eventual limitação do número de publicações, dado o reduzido contingente de servidores que trabalham efetivamente com a editoração de livros (um revisor e um diagramador);
- Dificuldades no acompanhamento da execução, pois 12% dos recursos relacionados às atividades de pesquisa e inovação foram executados em outras dimensões.

Desafios futuros:

- Acompanhamento da qualidade e da periodicidade das publicações dos periódicos do IFRN, com a finalidade de aumentar o percentual de áreas temáticas com Qualis superior ou igual a B2 em periódicos institucionais;
- Manter a quantidade de livros publicados pela Editora IFRN e aumentar a produção, mediante disposição de pessoal.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Editais de tradução de artigos para língua estrangeira e ampliação das assinaturas das bases de dados contribuíram para o montante de publicações alcançado em 2018. Contudo, a falta da atualização do currículo *lattes* por parte dos pesquisadores dificulta a quantificação exata das produções;
- Participação de 27 servidores e 50 discentes em eventos, totalizando o montante de R\$ 78.946,40 (setenta e oito mil, novecentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) para discentes e de R\$ 49.734,80 para servidores. Natal-Central, Pau dos Ferros e Mossoró foram os *campi* com maior quantidade de publicações no triênio;
- Recência das revistas do IFRN impede o atingimento da meta de percentual de áreas temáticas com Qualis superior ou igual a B2 em periódicos institucionais.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Para continuar obtendo bons resultados em relação ao IAPubD, a PROPI lança anualmente o edital para tradução de artigos. Além disso, busca meios para aumentar o acesso a uma maior quantidade de periódicos com assinatura de bases de dados externas, proporcionando habilitação para uma maior diversidade de áreas do conhecimento;
- Continuidade das ações de fomento às revistas científicas e ampliação da divulgação dos recursos disponíveis, continuando a publicar editais de descentralização de recursos para as revistas, a fim de promover capacitação dos editores e contratação de bolsistas; solicitando publicação de notícias quando um volume é publicado; promovendo a diagramação dos volumes; e fornecendo auxílio à manutenção do portal de periódicos do IFRN.

Macroprocesso:
EMPREENDEDORISMO INOVADOR

Objetivos estratégico: Expandir e fortalecer o programa de incubação de empresas

Execução financeira: R\$ 184.900,00

METAS

7.3.1. Aumentar a taxa de sucesso das empresas incubadas e incentivar o envolvimento dos servidores das unidades

7.3.2. Implantar hotéis de projetos para a pré-incubação de ideias de empreendimentos

INDICADORES

Taxa de sucesso das empresas incubadas

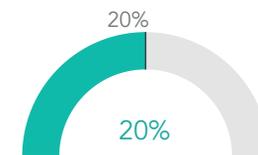
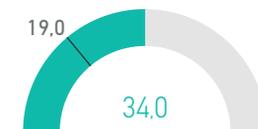
Quantidade de incubadoras implantadas e em funcionamento

Quantidade de empresas incubadas

Taxa de sucesso de empresas pré-incubadas

Quantidade de hotéis de projetos implantados e em funcionamento

■ Meta ■ Resultado



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

Principais resultados alcançados:

- Atualmente, o IFRN possui 9 incubadoras tecnológicas em funcionamento, 2 das quais possuem certificação CERNE ou encontram-se em processo para obtenção desse certificado;
- 13 empresas incubadas na ITNC e 6 na ITMO, totalizando 19 empresas. Graduação de 2 empresas, sendo uma na Incubadora Tecnológica Natal-Central (ITNC) e outra na Incubadora Tecnológica de Mossoró (ITMO);
- Programa de hotéis de projeto no *Campus* Ceará Mirim, que geraram 39 ideias (Projetos), das quais 5 foram implantadas em Incubadora com Certificação CERNE (ITNC), com condições de infraestrutura de funcionamento de empresas incubadas. Desses 5 projetos, 1 teve êxito e constituiu-se como uma empresa incubada, refletindo na taxa de sucesso de pré-incubação de 20%.

Impacto observado:

- Destaque para o IFRN como uma dentre poucas do Brasil com certificação CERNE;
- Nesse ano, a PROPI em parceria com as incubadoras aplicou nos *campi* o questionário *Guesss (Global University Entrepreneurial Spirit Students' Survey)* e obteve o resultado de destaque na coleta de dados sobre espírito empreendedor. O IFRN obteve o 1º lugar entre os Institutos Federais do Brasil. Também ficou em 4º lugar na coleta de dados entre as Instituições de Ensino Superior do Norte-Nordeste e entre os 12 melhores aplicadores do país. Mais de 200 instituições de ensino de todo o Brasil participaram do levantamento. A iniciativa tem como objetivo caracterizar o espírito, as atividades e intenções empreendedores dos discentes, de todos os níveis de estudo. O *Guesss* ainda avalia as condições de ensino e apoio a atividades empreendedoras dos estudantes.

Riscos identificados:

- Os riscos para a criação e funcionamento das incubadoras vão desde à falta de infraestrutura e de recursos humanos, até o perfil dos *campi* para a criação e/ou funcionamento das incubadoras;
- Dificuldades no acompanhamento da execução, pois 12% dos recursos relacionados às atividades de pesquisa e inovação foram executados em outras dimensões.

Desafios futuros:

- Aumento de hotéis de projetos em funcionamento e da taxa de sucesso na pré-incubação;
- Atingir os indicadores consolidados por unidade;
- Aumentar o número de empresas incubadas no âmbito do IFRN;
- Proporcionar um processo de incubação padronizado entre as unidades.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Dificuldades na criação e funcionamento das incubadoras em todos os *campi*, conforme inicialmente previsto no PDI, principalmente em função da falta de recursos humanos, infraestrutura (salas, móveis, equipamentos) para sua criação, padronização das atividades durante o seu funcionamento, e perfil do *campus* que as abrigam;
- Interrupção de alguns processos de incubação por inviabilidade financeira e/ou outros impedimentos;
- Instabilidade e incertezas na economia durante o ano de 2018 proporcionaram retração das atividades empreendedoras, mais especificamente na criação de empresas.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Padronização da metodologia de funcionamento das 9 incubadoras do IFRN conforme o modelo CERNE e atendimento aos *campi* com perfil para implantação de hotéis de projetos, com modelo vigente a partir de 2019;
- Lançamento do Manual das Incubadoras, disponível em <http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/incubadoras-tecnologicas-1/manual-das-incubadoras-novo>;
- Desenvolvimento de edital correspondente ao III Prêmio de Empreendedorismo Inovador, tendo como objetivo prospectar novas ideias e modelos de negócios, visando futura implementação e estimular o aprendizado sobre negócios, tomada de decisões, criação e gestão de empreendimentos.

4.8 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO DE PESSOAL

Macroprocesso:
SELEÇÃO E MOBILIDADE DE PESSOA

Objetivos estratégico: Aprimorar os processos de seleção e contratação e de mobilidade funcional dos servidores

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

8.1.1. Ampliar a satisfação em relação aos concursos públicos para contratação de quadro efetivo de servidores docentes e técnico-administrativos

8.1.2. Ampliar a satisfação em relação aos processos de remanejamento de servidores docentes e técnico-administrativos

INDICADORES

Índice de satisfação de concursos públicos

Meta e Resultado

3,42!
Meta: 4,00 (-14.5%)

Índice de satisfação de processos de remanejamento

3,42!
Meta: 4,00 (-14.5%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SELEÇÃO E MOBILIDADE DE PESSOAL

Principais resultados alcançados:

- Efetivação de cerca de 62 provimentos de candidatos oriundos dos Concursos regidos pelos editais 19/2016- Reitoria/IFRN, 21/2016- Reitoria/IFRN e 22/2016- Reitoria/IFRN;
- Consolidação das contratações de professor visitante em virtude da regulamentação ocorrida em novembro de 2017, através da Nota Técnica 06/2017-DIGPE/PROEN;
- Continuidade da política de remanejamento de forma a aumentar a satisfação dos servidores com o local de trabalho, contribuindo com a melhoria do seu desempenho profissional;
- Economicidade de recursos públicos com o aproveitamento de processos seletivos entre os *campi*, bem como a execução de processos conjuntos de forma a reduzir os gastos de execução do processo;
- Atendimento das especificidades dos *campi* do IFRN com a continuidade da descentralização do processo de contratação de profissionais regidos pela Lei 8745/93 (Substituto e visitante);
- Alta taxa de êxito nas redistribuições enviadas ao MEC para análise processual.

Impacto observado:

- Melhoria na qualidade e sustentabilidade das condições de trabalho em virtude do aumento do seu quadro de pessoal;
- Celeridade no processo de afastamento dos servidores para cursar pós-graduação em virtude da continuidade da descentralização do processo de contratação de substitutos;
- Diminuição de gastos com a realização de processos seletivos para contratação de profissionais regidos pela Lei 8745/93.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O processo de seleção e mobilidade de pessoal traz o risco constante de insatisfação por parte dos servidores e candidatos, tendo em vista que em geral a satisfação se dá quando o mesmo é contemplado no processo, seja com a lotação desejada, ou no caso dos concursos com a aprovação;
- O valor realizado nesse macroprocesso está quantificado na dimensão Gestão Administrativa;
- Apesar de não ter sido realizada pesquisa de satisfação em relação aos concursos, todas as demandas referentes aos certames foram atendidas pela CODEPE.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Já no tocante à ampliação da satisfação em relação aos processos de remanejamento de servidores docentes e técnico-administrativos, tal meta deve constar na Resolução de Remanejamento nº 07/2014. Do contrário, não há como garantir os resultados das comissões responsáveis pela execução do remanejamento;
- Atualização das metas e indicadores de gestão de pessoas para o próximo PDI.

Riscos identificados:

- Desmotivação por parte dos servidores e candidatos em função dos resultados dos processos de seleção e mobilidade de pessoal, tendo em vista que a lotação desejada nem sempre é contemplada;
- Contratação dificultada através da Lei 8745/93, em virtude de recomendação do Ministério Público Federal, e de judicialização nos respectivos processos seletivos;
- Não preenchimento das vagas de professor visitante com a titulação máxima prevista em Lei, em virtude de seleções desertas, tendo que ser contratados candidatos com titulação menor, dentro da excepcionalidade prevista em Lei;
- Judicialização dos processos de provimento via concurso público;
- Ausência de padronização dos processos de contratação de professores substitutos e visitantes.

Desafios futuros:

- Padronização dos processos de contratação de professores regidos pela Lei 8745/93 (substituto e visitante);
- Incluir nos termos de referência para contratação de empresas organizadoras de concurso a exigência de realização de pesquisa de satisfação.

Macroprocesso:
TITULAÇÃO DE SERVIDORES

Objetivos estratégico: Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas

Execução financeira: R\$ 619.618,75

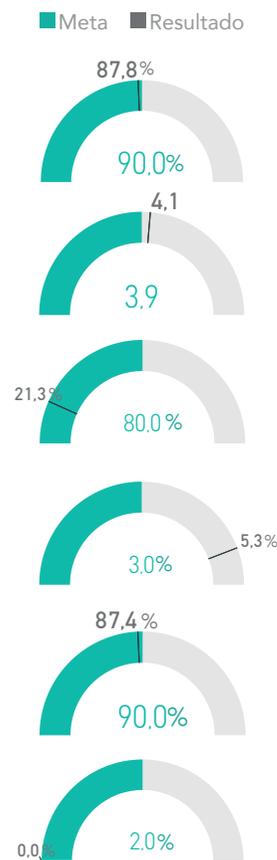
METAS

INDICADORES

8.2.1. Elevar o percentual de docentes e técnicos-administrativos com titulação máxima em pós-graduação

8.2.2. Elevar o percentual de técnicos-administrativos com titulação mínima em graduação

Percentual de docentes com titulação máxima de mestrado ou doutorado
Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)
Percentual de técnicos-administrativos com titulação máxima em mestrado e doutorado
Percentual de docentes e técnicos-administrativos atendidos em cursos de pós-graduação
Percentual de técnicos-administrativos com titulação mínima em graduação
Percentual de técnicos-administrativos atendidos em cursos de graduação



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO TITULAÇÃO DE SERVIDORES

Principais resultados alcançados:

- Formalização do convênio nº 01/2016- IFRN, para a oferta de vagas no Mestrado Profissional em Gestão Pública – UFRN, no total de 12 vagas distribuídos em 3 anos, sendo 4 a cada ano, com início em 2019;
- Melhor acompanhamento das parcerias já estabelecidas com intuito de elevar o percentual de docentes e técnicos-administrativos com titulação máxima em pós-graduação, quais sejam com a UFRN, no Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de Software e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática; UFPE, no Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado nas áreas de Linguística e Teoria da Literatura; UERN- Universidade Estadual do Rio grande do Norte, nos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Ensino, em Letras, em Ciências Sociais e Humanas e em Serviço Social e Direitos Sociais; UMinho para oferta de Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências) e Mestrado (Educação);
- Realização de ajustes nos convênios através de termos aditivos;
- Em relação ao Índice de Titulação do Corpo Docente e no percentual de servidores atendidos com pós-graduação as metas foram atingidas com um incremento de cerca de 6%.

Impacto observado:

- Elaboração de relatório diagnóstico para subsidiar a execução do recurso em 2019, destinado a qualificação;
- Planejamento executado com critérios mais consistentes para o ano de 2019, no que concerne aos recursos destinados a dimensão qualificação.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Equipe reduzida para a atuação na efetivação da execução do recurso de capacitação destinado a dimensão qualificação;
- Não preenchimento das vagas ofertadas nos convênios por parte dos servidores;
- Morosidade na formalização de convênios em virtude de análises jurídicas por parte das instituições envolvidas;
- Impossibilidade de ofertar vagas exclusivas em cursos de graduação aos servidores nos processos seletivos de instituições públicas que utilizam o ENEM como referência.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Criação do Grupo de Trabalho de capacitação para execução do recurso de capacitação 2019, que é responsável pela criação de diretrizes, validados pelo Colégio de Dirigentes (CODIR) para a execução plena do recurso;
- Consulta ao Diretores Gerais dos *Campi* sobre as demandas de qualificação que atendessem as especificidades de cada *Campi*, e posterior encaminhamento aos gestores sistêmicos para alinhamento aos interesses institucionais. Esses apontamentos foram compilados em uma enquête destinada aos servidores para definir as prioridades de oferta de qualificação.

Riscos identificados:

- Ociosidade de vagas ofertadas nos convênios para qualificação e conseqüente comprometimento do recurso destinado a essa finalidade;
- Possível impacto na qualidade do ensino e atividades administrativas por afastamento de servidores;
- Reduzida equipe para atuação na área de formalização e acompanhamento de parcerias, comprometendo o cumprimento das atividades ligadas às parcerias;
- Dificuldade para fechamento de parcerias em virtude da necessidade de análises jurídicas prévias;
- Dificuldade de alinhamento entre os interesses institucionais e o dos servidores para definição das parcerias estabelecidas.

Desafios futuros:

- Fortalecimento da equipe da CODEPE para atuação na consolidação de parcerias e convênios para oferta de qualificação;
- Criação de GT para acompanhamento das ações criadas e elaboradas pelo Grupo de Trabalho que sistematizou as diretrizes para a execução do recurso;
- Levantamento de necessidades de qualificação que alinhem o interesse institucional e o dos servidores.

Macroprocesso:
DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Objetivos estratégico: Fortalecer e ampliar as ações de formação continuada e de integração das equipes técnicas em articulação com as demandas acadêmicas e administrativas

Execução financeira: R\$ 2.215.667,24

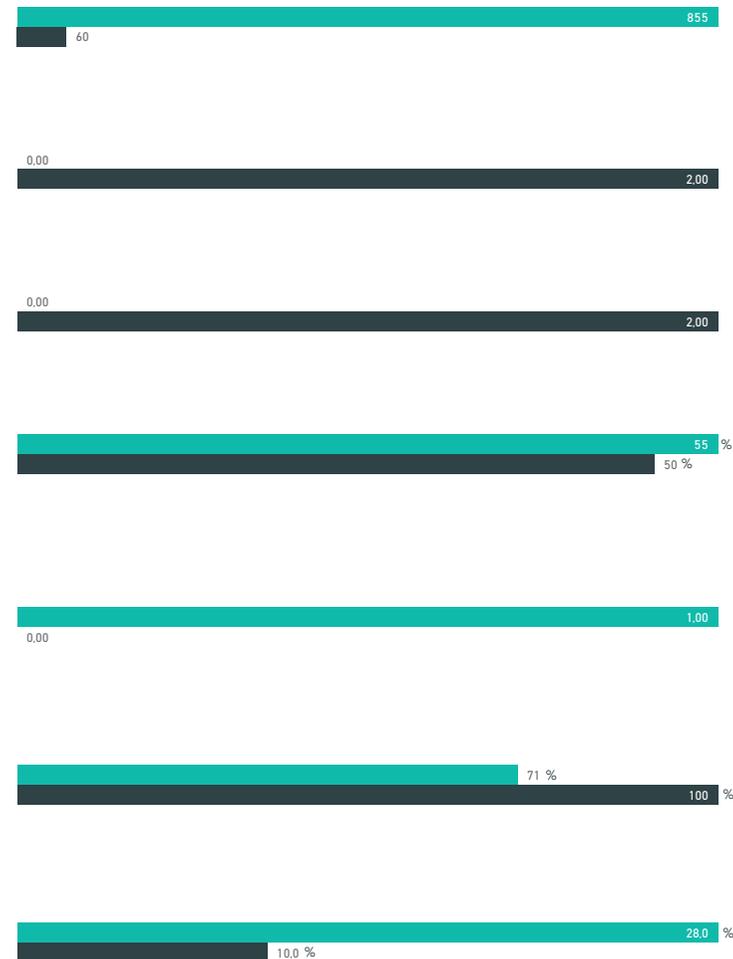
METAS

INDICADORES



Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO DESENVOLVIMENTO DE EQUIPES

Principais resultados alcançados:

- Aumento na execução do recurso de capacitação, destinado ao desenvolvimento de equipes, em relação ao valor previsto para o ano. Tal aumento se deu considerando que parte do valor planejado para o macroprocesso titulação de servidores foi realocado para o macroprocesso desenvolvimento de equipes;
- 855 cursos desenvolvidos para capacitação para servidores desenvolvidos (carga horária inferior a 180 horas), superando a meta estabelecida;
- 55% dos servidores capacitados, representando superação de 5% na meta proposta.

Impacto observado:

- Valorização dos investimentos em capacitação como meio para qualificar os serviços prestados, confirmando-se a utilização dos recursos para essa finalidade;
- Ganho institucional direto em relação a qualidade dos serviços ofertados com a promoção de aperfeiçoamentos no fazer diário dos servidores;
- Reconhecimento por parte dos servidores em relação ao valor agregado pelos investimentos em capacitação;
- Perspectivas de melhorias para o acompanhamento e execução do recurso em 2019.

Riscos identificados:

- Dificuldades de acompanhamento da execução do recurso descentralizado aos *campi* pelo não desenvolvimento de módulo SUAP para essa finalidade, bem como para cadastro de informações qualitativas referentes a execução do recurso;
- Dificuldades das Coordenações de Gestão de Pessoas em acompanhar a execução do recurso destinado a capacitação, planejar e realizar aperfeiçoamentos locais e de participação em eventos promovidos pelos setores sistêmicos;
- Diversidade de demandas em virtude da característica *multicampi* do IFRN;
- Inadequação na promoção de eventos locais que atendam concomitantemente as demandas acadêmicas e administrativas.

Desafios futuros:

- Efetivação das diretrizes estabelecidas pelo grupo de trabalho de recurso de capacitação;
- Lançamento de Edital para seleção de aperfeiçoamento com exigência de apresentação de ao menos 1 evento local.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- A criação de Grupo de Trabalho para monitoramento periódico da execução do recurso destinado a capacitação, cujo diagnóstico propiciou o remanejamento de recursos para atender a uma maior demanda de servidores em capacitações no macroprocesso desenvolvimento de equipes, resultando no incremento de 27,2% do realizado em relação ao previsto;
- Ausência de demanda para estágios técnicos nos editais de 2016 e 2017 inibiram o lançamento de novo edital em 2018;
- As visitas técnicas ainda não foram desenvolvidas na atuação da DIGPE.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Na intenção de manter o controle e a efetividade dos investimentos do recurso de capacitação, bem como garantia sua melhor aplicação e a qualidade dos resultados alcançados, o GT continuará com ações no ano de 2019;
- Consolidação de planilha para controle do recurso de capacitação descentralizado aos *Campi*.

Macroprocesso:
CARREIRA DOS SERVIDORES

Objetivos estratégico: Promover ações de avaliação e desenvolvimento de servidores na carreira

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

8.4.1. Ampliar o alcance das ações de desenvolvimento na carreira

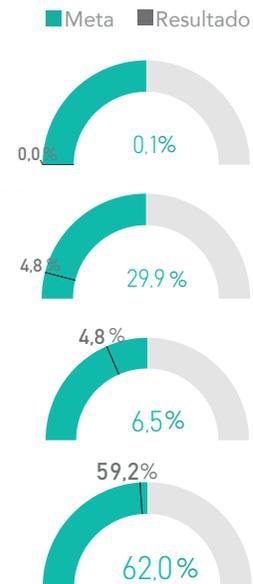
INDICADORES

Percentual de técnicos-administrativos posicionados no nível D-101 há mais de 18 meses

Percentual de docentes doutores posicionados no nível titular

Percentual de docentes posicionados no nível titular

Percentual de docentes com retribuição de titulação por reconhecimento de saberes e competências



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO CARREIRA DOS SERVIDORES

Principais resultados alcançados:

- Cumprimento da grande maioria dos prazos para realização das avaliações, contribuindo para o não atraso nos marcos temporais para progressão funcional do servidor;
- Melhor compreensão por parte dos docentes da necessidade de envolvimento institucional para alcance dos requisitos fundamentais para um resultado positivo nas avaliações previstas na resolução 06/2014- CONSUP;
- A totalidade de servidores técnicos administrativos ingressantes progrediram na carreira ao alcançar os 18 meses na instituição.

Impacto observado:

- Celeridade dos processos de progressões e estágio probatório em virtude da implantação do processo eletrônico;
- Fluência nos processos de progressão para alcance dos requisitos fundamentais para um resultado positivo nas avaliações previstas na resolução 06/2014- CONSUP;
- Reflexos dos investimentos em capacitação na efetividade das progressões por capacitação dos servidores técnicos administrativos;
- Os investimentos no macroprocesso de titulação de servidores (convênios para especialização, mestrado, doutorado) contribuem para o alcance da meta relacionada a docentes titulares, por ser a titulação um dos requisitos para alcançar esse nível na carreira.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Falta de engajamento dos servidores para atendimento dos requisitos necessários para a progressão por capacitação e incentivo a qualificação, no caso dos técnicos administrativos, e para a promoção e aceleração de promoção, no caso dos docentes;
- A promoção a classe titular segue regras específicas estabelecidas na resolução 52/2014- CONSUP e que dependem do cumprimento de requisitos por parte do servidor;

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Maior investimento em aperfeiçoamento e qualificações;
- Alteração nos processos decisórios para fechamento de parcerias para oferta de qualificação de forma a contemplar conjuntamente o interesse institucional e o do servidor;
- Promoção de aperfeiçoamentos sistêmicos e locais, com objetivo de contemplar o maior número de servidores e conseqüentemente torna-los aptos a progredir na carreira;
- Implantação do processo eletrônico;
- Solicitação de ajuste no módulo SUAP de progressão.

Riscos identificados:

- Não acompanhamento por parte do servidor de seu desenvolvimento na carreira;
- Atraso nas concessões de progressão, e respectivos efeitos financeiros, por morosidade no preenchimento das avaliações funcionais realizadas via SUAP por parte da equipe e chefia imediata;
- Subjetividade nas avaliações funcionais, comprometendo a isonomia;
- Excepcionalidades nos normativos de avaliação de desempenho dos servidores do IFRN;
- Judicialização dos processos de progressão, em especial os decorrentes da revisão de progressão ocasionadas pelo Relatório de Auditoria nº 201502694-CGU-R/RN reiteradas por meio do Ofício nº 25404/2015/CGU-R/RN/CGU-PR;
- Divergência de interpretação na definição de correlação direta ou indireta na concessão do incentivo a qualificação;
- Atraso nas concessões de incentivo a qualificação e progressão por capacitação em virtude do calendário de reuniões da comissão interna de supervisão do PCCTAE-CIS/PCCTAE.

Desafios futuros:

- Melhoria nos modelos de avaliação das progressões e de estágio probatório;
- Aumento do número de reuniões mensais da CIS/PCCTAE ou a implantação de análise processual via distribuição de processos entre os membros da comissão.

Macroprocesso:

SEGURANÇA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Objetivos estratégico: Ampliar as ações de promoção à segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho

Execução financeira: R\$ 494.406,29

METAS

8.5.1. Ampliar o percentual de unidades (*campi* e Reitoria) com projetos locais de promoção à saúde e/ou qualidade de vida no trabalho

8.5.2. Ampliar a participação dos servidores nas ações de acompanhamento da saúde e nos Exames Médicos Periódicos (EMP)

8.5.3. Ampliar o percentual de unidades (*campi* e Reitoria) com Comissões de Saúde e Segurança

8.5.4. Ampliar a participação de servidores aposentados em ações pós-carreira e de integração

INDICADORES

Percentual de unidades com projetos de promoção à saúde ou QVT executados

Percentual de servidores participantes do EMP

Percentual de unidades com CISSP implantada

Percentual de servidores aposentados participantes em ações pós-carreira e de integração

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SEGURANÇA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Principais resultados alcançados:

- Praticamente todas as unidades do IFRN conseguiram implementar ações dos projetos de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, apesar de não o fazer na sua totalidade prevista;
- Desenvolvimento de eventos esportivos, com organização sistêmica, Jogos *intercampi* dos Servidores (650 participantes), 2ª edição do Aberto de Tênis do IFRN (15 servidores);
- Desenvolvimento de capacitações nas áreas de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho: Brigada de Incêndio (37 servidores), Saúde Mental e Trabalho (15 servidores), Educação Financeira (90 servidores) e os seguintes eventos: I Encontro da Unidade SIASS/IFRN (40 servidores) e III Fórum de Qualidade de Vida no Trabalho (53 servidores);
- Programa de Educação para Aposentadoria – Aposentação;
- Migração de 100% dos laudos de insalubridade e periculosidade do sistema SIAPE para o SIASS;
- Desenvolvimento de inúmeras ações, nas diversas unidades da instituição, possibilitando a participação de servidores, estagiários e terceirizados nos eixos de estilo de vida (3592 participantes), saúde integral (1619 participantes) e política organizacional (1401);
- 175 servidores de 18 diferentes unidades do IFRN participaram do projeto sistêmicos Sorriso Prevenido;
- 33 servidores e colaboradores, de 16 diferentes unidades da instituição, foram atendidos no Plantão Psicológico gerando 86 atendimentos e 20 servidores participaram de grupos terapêuticos de enfrentamento à ansiedade;
- 14 *campi* foram contemplados com oficinas de saúde vocal possibilitando que 409 docentes recebessem orientações sobre essa área da saúde. Além disso, 7 docentes receberam orientações individuais com a fonoaudióloga, totalizando 27 atendimentos e 26 servidores tiveram atendimento com a enfermeira do trabalho;
- 1486 perícias singulares na unidade e extensões SIASS, 196 juntas realizadas na unidade SIASS e 09 pareceres psicossociais emitidos pela unidade SIASS.

Impacto observado:

- Servidores e colaboradores com maior consciência da importância da participação e auto responsabilidade para melhoria da qualidade de vida no trabalho;
- Continuidade do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores do IFRN.

Riscos identificados:

- Atraso na contratação dos serviços por dificuldade nos processos licitatórios;
- Dificuldade de estabelecimento denexo causal de adoecimentos com o trabalho devido à ausência do médico do trabalho na equipe.

Desafios futuros:

- Aprimorar os indicadores dos projetos de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Dificuldade na gestão do recurso financeiro por parte das Comissões de Projetos dos *campi*, principalmente, em relação ao trâmite para aquisição de serviços;
- Comissões de Projetos ainda centralizada em poucos servidores e com pouca participação dos docentes;
- Falta de apoio de gestores para o estímulo do desenvolvimento dos projetos nos *campi*;
- Não realização dos Exames Médicos Periódicos por dificuldade de contratação que atendesse os requisitos do Termo de Referência;
- O projeto de educação para Aposentadoria do IFRN foi lançado apenas no mês de novembro de 2018 e a primeira turma do curso de orientação e planejamento para aposentadoria iniciará em março de 2019.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Apresentação dos resultados 2018, dos projetos locais de promoção da saúde e qualidade de vida no trabalho, aos membros do Conselho de Dirigentes;
- Planejamento de capacitações na área de gestão de recursos financeiros para o ano de 2019.

Macroprocesso:
GESTÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES

Objetivos estratégico: Garantir a realização de procedimentos administrativos e funcionais de pessoal

Execução financeira: R\$ 417.008.458,96

METAS

8.6.1. Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para atendimento de servidores ativos

8.6.2. Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para atendimento de aposentados e pensionistas

8.6.3. Realizar procedimentos administrativos e funcionais de pessoal para contratação de estagiários

INDICADORES

Quantidade de servidores ativos com procedimentos administrativos de pessoal realizados

Quantidade de aposentados e pensionistas com procedimentos administrativos de pessoal realizados

Quantidade de estagiários com procedimentos administrativos de pessoal realizados

Meta e Resultado

2,65 Mil ✓
Meta: 2,55 Mil (+4.08%)

524,00 ✓
Meta: 524,00 (+0%)

244,00! ✗
Meta: 246,00 (-0.81%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES

Principais resultados alcançados:

- Resultados alcançados com menor utilização de recurso, em relação ao previsto;
- Aumento na quantidade de aposentados com procedimentos administrativos de pessoal realizados.

Impacto observado:

- Redução, no âmbito geral, dos gastos com a gestão funcional de servidores;
- Aumento no número de aposentados da instituição, gerando perda do conhecimento tácito e necessidade de reposição de pessoal, a qual nem sempre é possível, devido a vacância de alguns cargos extintos.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Aumento de vacâncias e exonerações;
- Iminente aprovação da Reforma da Previdência ampliou os pedidos de aposentadoria.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Implantação do curso de preparação para aposentadoria 'Aposentação', para promover reflexões sobre pós-carreira nos servidores, de modo a minimizar o impacto da aposentadoria na vida destes e tornar o ciclo da transição da atividade para a inatividade mais consciente e planejado.

Riscos identificados:

- Aumento contingencial no número de vacâncias por motivo de aposentadoria dos servidores que recebem abono de permanência, em razão da reforma da Previdência.

Desafios futuros:

- Previsão de aumento considerável no quantitativo de aposentadorias, transferindo a execução financeira realizada de ativos para a de aposentados.

4.9 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO GESTÃO ADMINISTRATIVA

Macroprocesso:
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Objetivos estratégico: Desenvolver a implementação de gestão de processos e melhoria de fluxos institucionais

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

9.1.1. Fomentar a manualização de fluxos e rotinas dos setores sistêmicos

INDICADORES

Percentual de setores sistêmicos com rotinas registradas em manuais

Percentual de setores sistêmicos com fluxogramas de processos desenvolvidos

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Principais resultados alcançados:

Em 2018 foi dada continuidade às rotinas administrativas já mapeadas e implantadas no ano anterior, sendo 4 tipos de processos:

- 1º - Processo para contratação na modalidade de Pregão Eletrônico;
- 2º - Processo para contratação na modalidade de Concorrência;
- 3º - Processo para contratação na modalidade de RDC;
- 4º - Processo para contratação na modalidade Direta.

Impacto observado:

- Facilidade de tramitação dos processos mapeados;
- Agilidade nas tomadas de decisão relativas aos processos mapeados.

Riscos identificados:

- Eventual descumprimento da legislação vigente. O mapeamento permite o cumprimento da legislação vigente e devida identificação dos responsáveis pela elaboração, execução, fiscalização e arquivamento dos processos;
- Excessiva burocratização na tramitação dos processos.

Desafios futuros:

- Mapeamento e implantação eletrônica da tramitação de processos, que irá viabilizar a padronização e permitir levantamentos de dados estatísticos de forma mais rápida e confiável.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Falta de pessoal o/ou equipe para proceder estudos de manualização de rotina administrativa ligadas a administração.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Constituição de novos grupos de trabalho para capacitar, e logo em seguida realizamos novas manualizações de rotina de ações ligadas à administração.

Execução financeira: R\$ 0,00

METAS

9.2.1. Aperfeiçoar a metodologia de planejamento e acompanhamento dos gastos correntes e outros custeios, com pessoal e com investimentos e inversões financeiras

INDICADORES

Gastos Correntes por Aluno (GCA)

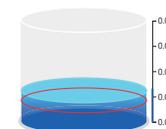
Percentual de Gastos com Pessoal (PGP)

Percentual de Gastos com Outros Custeios (PGOC)

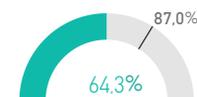
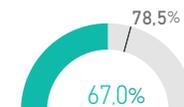
Percentual de Gastos com Investimentos (PGI)

Relação de gastos com outros custeios e investimentos

■ Meta ■ Resultado



R\$ 14077,95



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Principais resultados alcançados:

- Custo médio por aluno de R\$ 14.077,95 ao ano, resultando num valor mensal de R\$ 1.173,16, bastante razoável perante o atendimento educacional de excelência recebido, mesmo estando acima da meta estabelecida (subestimada);
- Crescimento dos gastos com pessoal e outros custeios.

Impacto observado:

- Apesar das restrições orçamentárias para utilização de recursos de custeio, que não aumentam há 4 anos, o valor investido por aluno está sendo garantido.

Riscos identificados:

- Gastos com pessoal em tendência de crescimento.

Desafios futuros:

- Crescer o número de alunos matriculados, mantendo-se o quantitativo de profissionais e atual, para manter proximidade desse indicador com sua meta.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Meta subestimada no PDI 2015-2018 para o gasto por aluno, considerando que os custos levantados a época não representam o cenário econômico na realidade atual;
- Percentual de gastos com investimentos abaixo da meta é compatível com os resultados dos outros indicadores de gastos (pessoal e outros custeios), e com a fase final de expansão dos Institutos Federais e consequente redução do investimento em obras.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Constituição de grupo de trabalho para definir os custos de referência a serem buscados.

Macroprocesso:
FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

Objetivos estratégico: Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades

Execução financeira: R\$ 49.628.616,44

METAS

9.3.1. Garantir a manutenção das unidades e aperfeiçoar o acompanhamento e a contratação de serviços

INDICADORES

Percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados com locação de mão de obra

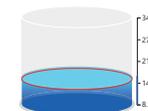
Percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados sem locação de mão de obra

Percentual de gastos de outros custeios com contratos não continuados

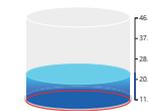
Resultado e Meta



25



17



23

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

Principais resultados alcançados:

- Em 2018, o percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados com locação de mão de obra foi de 25%, percentual abaixo do percentual previsto no PDI 2015-2018, que foi de 27%;
- Em 2018, o percentual de gastos de outros custeios com contratos continuados sem locação de mão de obra foi de 17%, percentual igual ao previsto no PDI 2015-2018, que foi de 17%;
- Em 2018, o percentual de gastos de outros custeios com contratos não continuados de 23%, percentual superior ao previsto no PDI 2015-2018, que foi de 12%.

Impacto observado:

- Os percentuais encontrados mostra que dos 03 (três) indicadores previstos no PDI 2015-2018, 02 (dois) primeiros indicadores foram positivos, enquanto último indicador foi negativo.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O percentual de gastos de outros custeios com contratos não continuados de 23%, percentual superior ao previsto no PDI 2015-2018, que foi de 12%, não foi alcançado em função de crescimento nesse grupo despesa acima do que havia sido projetado.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Com o aumento do número de alunos matriculados, e com a revisão nos contratos que constituem esse indicador, pretende-se igualar o percentual, ou mesmo reduzi-lo.

Riscos identificados:

- Não alcance da sustentabilidade financeira desejada em função da elevação de gastos com contratos;
- Falta de aderência ao planejamento, com possíveis impactos na qualidade do ensino ofertado aos nossos alunos.

Desafios futuros:

- Crescer o número de alunos matriculados, como a mesma infraestrutura e números de servidores atuais;
- Propor racionalização nas despesas institucionais, sem perder a qualidade na prestação dos serviços ofertados;
- Planejar despesas buscando a sustentabilidade financeira.

METAS

9.4.1. Aperfeiçoar o acompanhamento patrimonial e a aquisição de materiais das unidades

INDICADORES

Percentual de unidades com acompanhamento patrimonial realizado

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO DE MATERIAIS E COMPRAS

Principais resultados alcançados:

- Em 2018 não foi possível construir um indicador para contabilizar o acompanhamento patrimonial.

Impacto observado:

- Não se aplica.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Os objetivos são cumpridos com a utilização do SUAP e colaboração dos servidores responsáveis pelo os setores de patrimônio de cada unidade administrativa.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Investir mais no desenvolvimento, revisão e atualização o SUAP, para atender ainda mais as necessidades institucionais;
- Todos os bens patrimoniais estão devidamente tombados e registrado no SUAP, com todas as condições para acompanhar e fiscalizar toda a carga patrimonial do IFRN de forma segura, rápida e apropriada;
- Temos o controle de todos bens registrados no SIAFI e SUAP.

Riscos identificados:

- Dificuldades de atualização dos registros no SUAP, ocasionando prejuízos ao controle de bens públicos da instituição.

Desafios futuros:

- Implementar avanço tecnológico no tombamento de bens atuais, substituindo as placas atuais por outras que permitam a leitura de forma mais atualizada tecnologicamente e com menos atuação manual.

4.10 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

Macroprocesso:
GESTÃO DE OBRAS CIVIS

Objetivos estratégico: Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física

Execução financeira: R\$ 12.028.362,17

METAS

10.1.1. Aperfeiçoar o planejamento e o acompanhamento de obras para ampliação e manutenção da infraestrutura física

INDICADORES

Quantidade de unidades atendidas com ampliação ou manutenção da infraestrutura física

Resultado e Meta por Resultado

22,00✓
Meta: 22,00 (+0%)

Percentual de unidades com projetos arquitetônicos e complementares atualizados

80,00%
Meta: 20,00 (+300%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO GESTÃO DE OBRAS CIVIS

Principais resultados alcançados:

- Serviços de engenharia para reforma e manutenção da estrutura metálica de ginásios em vários *campi* do IFRN;
- Serviços de manutenção predial preventivos e corretivos em diversos *campi*, que contaram com: pintura de paredes internas e externas, pisos e estruturas metálicas; substituição e manutenção de instalações, dispositivos e equipamentos elétricos; manutenção e substituição de instalações e equipamentos hidráulicos e de combate a incêndio; reforço de impermeabilização de calhas e coberturas; recuperação de fissuras em paredes, tetos e pisos; entre outros;
- Adequação da cozinha e de refeitórios às normas e condicionantes sanitárias, possibilitado saúde e conforto durante as refeições;
- Reforma e adequação dos ambientes externos, passeios e calçadas em diversos *campi*;
- Reforma de laboratórios e de bibliotecas, a fim de tornar mais acessível e seguro aos usuários, proporcionando um melhor aproveitamento dos espaços;
- No tocante às necessidades estruturais, foram realizadas reformas e ampliação de salas administrativas em diversos *campi* para conforto dos servidores e melhor atender as demandas externas.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Embora as metas tenham sido alcançadas, resultados mais satisfatórios são limitados por fatores como: o excesso de trâmites e exigências para a realização de processos licitatórios;
- As restrições orçamentárias representam outro fator de impedimento para atingir as metas planejadas e tornam inviável o planejamento de novas obras;
- Ausência de engenheiro civil no quadro de servidores de alguns *campi* para acompanhamento diário dos serviços e fiscalização da obra que estão em execução também reduzem a ampliação ou manutenção da infraestrutura no IFRN.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Captação de recursos públicos e criação de reserva técnica contra contingenciamentos financeiros, que foi em parte utilizada para execução de obras. Além disso, foram captados recursos via TED e de Emendas Parlamentares.

Impacto observado:

- A construção de áreas para prática desportiva gerou consequente melhoria na qualidade dos resultados esportivos e qualidade de vida de alunos e servidores;
 - Através dos serviços de manutenção predial foi possível garantir a utilização de todos os ambientes e instalações do *campus* pela comunidade acadêmica, de forma eficiente e segura;
 - A readequação e melhoria dos espaços físicos, como também do refeitório, proporcionou aumento da capacidade de produção e oferta de alimentos e melhoria de espaço para refeições;
 - A adequação dos laboratórios permitiu a melhoria na qualidade do ensino propiciando aulas práticas em espaços adequados de diversas disciplinas.
- Planejamento de processos licitatórios que atendam totalmente a demanda existente;
 - Contato direto com a Procuradoria Jurídica e a Diretoria de Licitações para agilizar os processos;
 - Solicitação de cooperação técnica de servidor Engenheiro Civil, de um *campus* próximo, para fazer as visitas de forma constante e regular aos *campi* próximos que não possuem esse profissional no seu quadro de servidores.

Riscos identificados:

- Obras e serviços de engenharia envolvem riscos no momento de sua execução, mas que podem ser minimizados se forem realizados de forma planejada;
- Cortes orçamentários nos recursos de reestruturação dos *campi*;
- Demora nos processos licitatórios;
- Atrasos na prestação dos serviços pelas empresas contratadas.

Desafios futuros:

- Obtenção de recursos orçamentários para continuar a executar Projetos de melhorias e ampliação do espaço dos *campi*;
- Elaboração de projetos por equipe multidisciplinar, para que resulte numa boa e completa concepção do projeto, visando garantir o máximo de qualidade técnica no desenvolver das atividades. Garantindo-se um bom planejamento e projeto, fica mais fácil alcançar um resultado final que supra as necessidades técnicas de segurança e qualidade;
- Buscar propostas mais econômicas para a administração, de modo que a porcentagem do recurso de funcionamento destinada aos contratos diminua cada vez nos próximos exercícios, e que, consequentemente, essa economia seja investida na ampliação e desenvolvimento institucional.

Macroprocesso:
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Objetivos estratégico: Desenvolver e fortalecer ações de infraestrutura para promoção da sustentabilidade ambiental (preservação ambiental e eficiência energética), em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão

Execução financeira: R\$ 612.826,00

METAS

10.2.1. Planejar e executar projeto de reuso de águas pluviais e tratamento de efluentes nas unidades

10.2.2. Criar ou adequar estações de coleta de resíduos nas unidades

10.2.3. Implantar programa de eficiência energética nas unidades

INDICADORES

Percentual de unidades com tratamento de efluentes implantado

Percentual de unidades adequadas para reuso de águas pluviais

Percentual de unidades com estações de coleta de resíduos criadas ou adequadas

Percentual de unidades com programa de eficiência energética implantado

Meta e Resultado

67,00%
Meta: 33,00 (+103.03%)

38,00%
Meta: 48,00 (-20.83%)

81,00%
Meta: 48,00 (+68.75%)

100,00%
Meta: 100,00 (+0%)

ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Principais resultados alcançados:

- Alguns *campi* e a Reitoria contam com a atuação da Comissão do *campus* Verde que promoveu campanhas de uso racional de água e eficiência energética, além de planejar ações em outras vertentes como a educação ambiental e recuperação da mata e arborização;
- Construção e manutenção de sistema de captação e armazenamento de águas pluviais em São Paulo do Potengi/IFRN e manutenção dos *campi* que já possuem sistema de reservatório de águas pluviais;
- Construção e manutenção de estação de tratamento de águas e afluentes para se adequar às normas sanitárias e atender a legislação vigente, de forma eficaz e sustentável, possibilitando ainda o reuso do resultado final dos líquidos tratados.

Impacto observado:

- A conscientização dos alunos, dos servidores e dos empregados terceirizados fizeram com que as ações de sustentabilidade se tornassem práticas habituais e rotineiras, gerando economia significativa de energia e copos descartáveis;
- Embora não tenhamos conseguido atingir a meta de unidades adequadas para o reuso de água pluviais, no ano de 2018 foram construídos reservatórios nos *campi* de Caicó e São Paulo do Potengi.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- O déficit orçamentário é um dos fatores que inviabiliza o alcance das metas planejadas com relação a sustentabilidade, tendo em vista que dispor de tratamento de efluentes correto, apresentar o reuso adequado de águas pluviais e deter estações de coletas de resíduos adequadas necessita da disponibilidade de orçamento para execução das obras;
- Falta de maior envolvimento dos todos servidores dos *campi* com relação às práticas de sustentabilidade.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Para que mais *campi* conseguissem promover a sustentabilidade, foram usados recursos de TED e de Emendas Parlamentares, assim como das reservas técnicas, o que provocou um impacto maior do que o previsto na maioria das metas;
- Os projetos estão sendo realizados e apresentados a Reitoria, para buscar novas formas de financiamento;
- Contínuas ações de conscientização de consumo racional de energia elétrica, redução da utilização de copos descartáveis, diminuição da impressão de papéis, entre outras medidas;
- Aquisição de novas lixeiras para coleta seletiva dos resíduos sólidos.

Riscos identificados:

- Não dar continuidade aos projetos como reuso de águas pluviais e tratamento de efluentes nas unidades devido à falta de servidores para atuar com essa demanda específica, dando prioridade a outras ações;
- Também não é percebido pela gestão sistêmica do IFRN como atuação coletiva, devendo ser definido a prioridade de acordo com o corpo técnico de cada *campus*.

Desafios futuros:

- Expansão das estruturas de captação de recursos hídricos e de geração e economia de energia;
- A promoção de ações de sustentabilidade ambiental como a construção da casa de resíduos corretamente segmentada;
- A promoção de eficiência energética nos *campi* dos IFRN;
- A implantação de sistema de coleta e reuso de água dos aparelhos de ar-condicionado nas edificações de todos os *campi* do IFRN;
- A ampliação do sistema de coleta, reserva e reutilização de águas pluviais nas edificações de todos os *campi* do IFRN.

Macroprocesso:
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Objetivos estratégico: Estabelecer as diretrizes gerais para atendimento da legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica

Execução financeira: R\$ 325.552,91

METAS

10.3.1. Planejar e executar plano de acessibilidade arquitetônica nas unidades

INDICADORES

Percentual de unidades com plano de acessibilidade arquitetônica implantado

Resultado e Meta

● Resultado ● Meta



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Em geral, os *campi* e a Reitoria do IFRN dispõem de estruturas acessíveis, necessitando de adequações pontuais. Algumas dessas adequações foram realizadas através das obras e reformas constantes no objetivo estratégico 10.1 (Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física);
- No *campus* São Gonçalo do Amarante foi realizada obra específica para melhoramento da acessibilidade, através da confecção, montagem e instalação completa de sistema modular de sinalização visual, bem como de logomarca e letreiros tipo caixa e piso tátil;
- Foram realizadas diversas adequações na infraestrutura existente, dentre as quais a construção de rampas acessíveis, plataformas, adaptação de vagas de estacionamento para cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção.

Impacto observado:

- As reformas para melhoramento da acessibilidade dos *campi*, de forma a atender de forma mais confortável os usuários, contribui para a qualidade de vida no ambiente dos *campi*.

Riscos identificados:

- Não manutenção das obras e adequações de acessibilidade já realizadas, o que pode ocasionar acidentes;
- Não dar continuidade aos projetos de acessibilidade, devido à falta de servidores para atuar com essa demanda específica, dando prioridade a outras ações.

Desafios futuros:

- Implantar o plano de acessibilidade arquitetônica em todos os *campi* do IFRN;
- Pleitear ações sistêmicas e recursos para continuação da adequação de acessibilidade (rampas, pisos táteis de alerta e direcionamento, corrimão e identificações visuais) nos *campi* do IFRN.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Embora tenhamos realizados adequações para melhoria de acessibilidade na infraestrutura de diversos *campi*, não foi elaborado o plano de acessibilidade arquitetônica em nenhum *campus* do IFRN, pois foi dada prioridade a outras obras consideradas mais urgentes pelo setor.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Recorreu-se a recursos de TED e de Emendas Parlamentares, já que adaptações em itens de acessibilidade foram executadas dentro de obras maiores realizadas, avançando no quesito acessibilidade nos *campi* como um todo;
- Para execução do trabalho desenvolvido se faz necessário, principalmente, planejamento. De forma que se tenha a concepção correta do que precisa ser executado, atendendo as normas vigentes e garantindo a qualidade dos serviços executados;
- Os projetos estão sendo realizados e apresentados à Reitoria, para buscar novas formas de financiamento.

4.11 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA DIMENSÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Macroprocesso:
INFRAESTRUTURA LÓGICA E REDES

Objetivos estratégico: Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias da informação

Execução financeira: R\$ 5.176.482,95

METAS

11.1.1. Melhorar a infraestrutura de tecnologia de informação das unidades

INDICADORES

Índice de continuidade de serviço de internet (ICSI)

Relação Alunos/Computador (RA/C)

■ Meta ■ Resultado



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO INFRAESTRUTURA LÓGICA E REDES

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Com relação índice de continuidade de serviço de Internet, o resultado de 99,98% foi possibilitado pela existência de dois links de Internet, sendo o principal provido pela RNP e o segundo através do contrato 112/2016, com a empresa SITECNET Informática. A existência de link redundante permite a manutenção da conectividade, uma vez na ruptura de conectividade de um dos links o sobressalente é ativado de forma automática;
- Em relação ao Indicador RA/C, ao final do ano de 2017 foram adquiridos 833 computadores, com investimento total de 3.894.100,00 reais, que permitiu a atualização de mais de 20 laboratórios do IFRN.

Impacto observado:

- Manutenção dos serviços de ensino, pesquisa, extensão e administração que necessitam de conectividade;
- Melhoria nas condições de ensino nos laboratórios de informática dos *campi* do IFRN.

Riscos identificados:

- Ruptura de conectividade de forma simultânea, gerando indisponibilidade total dos serviços de Internet na Instituição de uma forma geral;
- Ausência de orçamento aliado ao envelhecimento do parque, reduzindo a qualidade dos equipamentos e conseqüentemente prejudicando o processo ensino-aprendizagem.

Desafios futuros:

- Buscar alternativas de financiamento para prolongar a vida útil do parque computacional;
- Aumentar a capacidade dos links de Internet centrais, bem como os de conectividade dos *campi*;
- Implementar o projeto Computador Virtual, para reduzir a necessidade de investimento na atualização do parque computacional.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Com relação ao indicador RA/C, o principal impedimento a limitação orçamentária, frente ao crescimento de matrículas e o natural envelhecimento do parque computacional, bem como da abertura de novos espaços acadêmicos.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Considerando que a reversão de quadro econômico para aumentar o investimento na atualização e expansão do parque computacional estão fora da autonomia da instituição, a principal alternativa é dimensionar melhor o processo de abertura de novos espaços e de cursos de tecnologia;
- Para além desse elemento, está sendo desenhado o Projeto Computador Virtual, para reduzir a necessidade de investimento e aumentando a mobilidade do recurso computacional.

Execução financeira: R\$ 340.800,55

METAS

11.2.1. Ampliar o desenvolvimento do SUAP e reduzir a utilização de *softwares* de terceiros

INDICADORES

Percentual de módulos SUAP requisitados e desenvolvidos

Quantidade de instituições conveniadas para utilização do SUAP

Quantidade de módulos experimentais desenvolvidos

■ Meta ■ Resultado



ANÁLISE DE RESULTADO – MACROPROCESSO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Principais resultados alcançados (fundamentar com dados):

- Em 2016 foi iniciado o processo de gestão de demandas para desenvolvimento de módulos do SUAP. Esse processo de gestão permitiu um maior acompanhamento das demandas posta e análise das solicitações colocadas;
- Em 2018 o SUAP chegou a marca de 32 instituições conveniadas, incluindo nesse número 02 prefeituras;
- Em 2018 foi firmado o segundo convênio com captação de recursos para desenvolvimento de projetos com SUAP, além da renovação do projeto com a ENAP;
- Com relação aos módulos experimentais, não foi possível a abertura do código de forma generalizada, tendo sido desenvolvido apenas soluções utilizando a API do SUAP.

Impacto observado:

- A superação da meta de instituições conveniadas mostra o potencial da solução, colaborando com o processo de informatização da administração pública federal;
- Melhor acompanhamento do processo de demandas provenientes das áreas sistêmicas.

Riscos identificados:

- Alterações no escopo das demandas e projetos ao longo do processo de desenvolvimento;
- Estouro de prazo devido a erros de desenvolvimento;
- Falta de dispositivos de segurança no processo de desenvolvimento.

Desafios futuros:

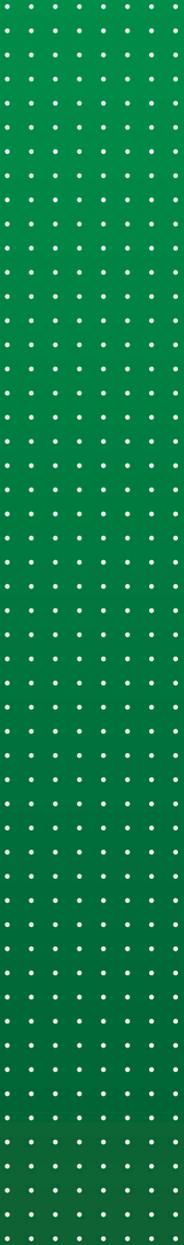
- Adotar metodologia concisa e ágil para o desenvolvimento de módulos do SUAP;
- Viabilizar um ecossistema de co-criação ao redor do SUAP, envolvendo a comunidade acadêmica;
- Desburocratizar o acesso do SUAP por parte de órgãos públicos;
- Implantar módulo de gestão de projetos no SUAP para dimensionamento das atividades.

Causas ou impedimentos para alcance das metas:

- Falta de definição de prioridade das metas em determinadas áreas sistêmicas, bem como um aumento número de requisições que não necessariamente são demandas, o que gera um percentual a menor do que o previsto;
- Falta de uma política mais clara sobre como deveria ser o processo de colaboração por parte da comunidade acadêmica e que garanta a confiabilidade e segurança do SUAP.

Medidas tomadas para enfrentamento:

- Redimensionar o processo de abertura e acompanhamento de demandas, com definição de projetos para aglutinar demandas;
- Conceber normativo para definir de que forma a comunidade acadêmica poderá colaborar com o ecossistema do SUAP.



ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

5.1 DECLARAÇÃO DO PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO



PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Marcos Antônio de Oliveira

Função: PROFESSOR

Tempo de Instituição: 22 ANOS

Em 2018 a instituição viveu um dos mais importantes processos rumo à gestão pública estratégica: a construção do novo Plano de Desenvolvimento Institucional, que passará a vigorar em 2019. Durante a elaboração do Plano, o IFRN foi agraciado com o recredenciamento institucional por 8 anos, o que colocou a instituição numa posição ímpar, estando entre as poucas credenciadas pelo MEC com permissão de planejar sua atuação a médio/longo prazo. A grande maioria das instituições necessita ser recredenciada a cada 5 anos.

Num cenário de grandes desafios para a manutenção da qualidade dos serviços prestados, considerando que o orçamento para funcionamento básico do IFRN vem caindo desde 2016, tornou-se essencial a adoção de uma metodologia referenciada para gestão estratégica, no intuito de torna-la mais eficiente: o Balanced Scorecard. Além disso, a equipe própria de desenvolvedores do SUAP está construindo aquilo que vem a sanar uma importante

vulnerabilidade - uma ferramenta de acompanhamento da execução do planejamento, com controle orçamentário, físico e de indicadores de desempenho.

Para a elaboração deste Relatório, cujos resultados foram planejados sob a égide do atual PDI 2014-2018, foram apresentados os 43 objetivos estratégicos que orientaram a atuação do IFRN em 2018, divididos em 11 dimensões estratégicas. Dentre essas, 5 dimensões estão representadas com maior nível de detalhe neste capítulo, por afinidade com as áreas especiais de gestão definidas pelo TCU para este Relatório.

Em relação à conformidade, declaro que o IFRN atua na estreita observância da legislação pertinente a cada uma das áreas abordadas neste capítulo, e apresenta seus resultados prioritariamente com base nos sistemas governamentais (SIAFI, Tesouro Gerencial, SIAPE, SIASS) e de administração integrada, como é o caso do SUAP.



PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Juscelino Cardoso de Medeiros

Função: CONTADOR

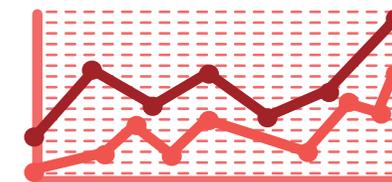
Tempo de Instituição: 31 ANOS

O IFRN, no escopo de sua realidade orçamentária, adota o princípio de sustentabilidade financeira, ou seja, planeja e executa seus recursos totalmente dentro da disponibilidade, tendo todos os contratos com recursos orçamentários até a conclusão de cada exercício fiscal.

Esse planejamento, com foco realista, tem permitido ao IFRN executar 100% de todos os recursos aprovados na LOA e dos limites orçamentários disponibilizados pelo MEC; permitiu, inclusive, a construção de uma pequena reserva para investimentos em manutenção e ampliação da infraestrutura, a exemplo da construção de 22 salas de aulas e ambientes administrativos no *Campus Natal-Cidade Alta*, no valor aproximado de R\$ 4.000.000,00. Em suma, o exercício de 2018 foi muito positivo, considerando a manutenção de todos os contratos vigentes e os investimentos previstos.

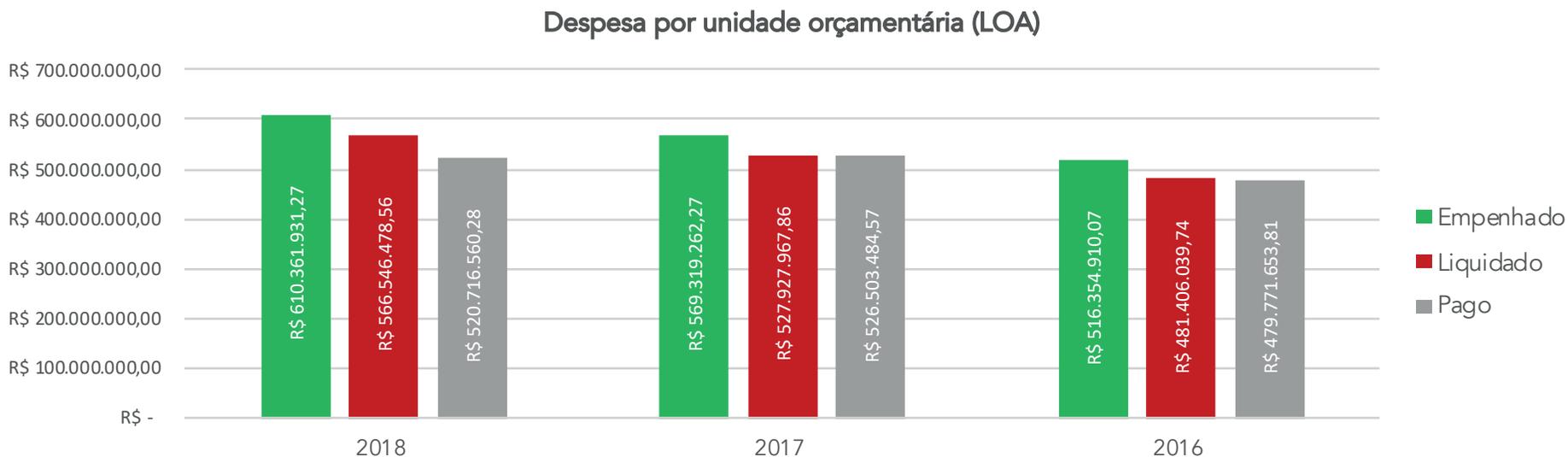
A gestão dos recursos de orçamento para custeio e capital,

que são aqueles que o IFRN detém responsabilidade e autonomia para planejar e executar orçamento, é elemento diferencial e indispensável para garantir o funcionamento e a manutenção de todas as atividades necessárias ao adequado desenvolvimento da função social do IFRN, de oferecer educação profissional e tecnológica pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.



5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PERFIL DO GASTO DO IFRN



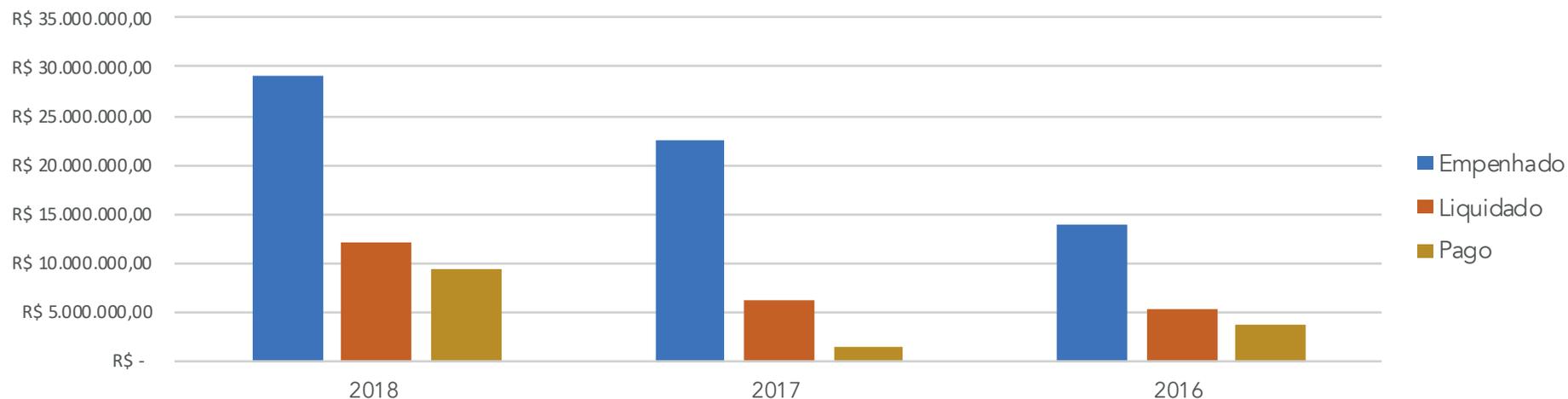
Na análise dos valores empenhados, liquidados e pagos, referente à série histórica do período 2016-2018, referente a recursos da Lei Orçamentária Anual – LOA, constata-se que as execuções orçamentárias quanto às liquidações das despesas representam os seguintes percentuais:

- Em 2016 o percentual encontrado foi de 93,23%
- Em 2017 o percentual encontrado foi de 92,73% e
- Em 2018 o percentual encontrado foi de 92,82%

Em relação as execuções orçamentárias, quanto aos pagamentos das despesas, encontram-se os seguintes percentuais:

- Em 2016 o percentual encontrado foi de 92,92%
- Em 2017 o percentual encontrado foi de 92,48% e
- Em 2018 o percentual encontrado foi de 85,31%

Despesa por unidade orçamentária (Extraorçamentário)



Em relação aos valores empenhados, liquidados e pagos, referente a série histórica do período 2016-2018, referente a recursos extraorçamentários, constata-se que as execuções orçamentárias quanto às liquidações das despesas representam os seguintes percentuais:

Em 2016 o percentual encontrado foi de 38,86%

Em 2017 o percentual encontrado foi de 27,48% e

Em 2018 o percentual encontrado foi de 41,87%

Já em relação as execuções orçamentárias, quanto aos pagamentos das despesas encontramos os seguintes percentuais:

Em 2016 o percentual encontrado foi de 26,41%

Em 2017 o percentual encontrado foi de 6,87% e

Em 2018 o percentual encontrado foi de 32,08%

**DESPESA
POR GRUPO
E ELEMENTO
DE DESPESA
(LOA)**

2018

2017

2016

	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
1 – Pessoal e encargos sociais	477.834.797,5	477.834.797,55	437.097.438,18	439.877.892,11	439.877.892,11	439.875.831,33	389.125.981,53	389.125.981,39	389.125.981,39
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	340.224.838,37	340.224.838,37	302.321.534,31	309.857.833,04	309.857.833,04	309.857.833,04	274.128.038,60	274.128.038,60	274.128.038,60
Obrigações patronais	64.210.819,37	64.210.819,37	64.210.819,37	58.949.207,06	58.949.207,06	58.949.207,06	54.915.115,67	54.915.115,67	54.915.115,67
Aposentadoria RPPS	49.825.131,57	49.825.131,57	48.810.555,43	44.309.375,81	44.309.375,81	44.309.375,81	35.388.994,05	35.388.994,05	35.388.994,05
Outros	23.574.008,24	23.574.008,24	21.754.529,07	26.761.476,20	26.761.476,20	26.759.415,42	24.693.833,21	4.693.833,07	24.693.833,07
3 - Outras despesas correntes	120.818.586,32	85.347.132,93	80.717.216,18	112.854.715,86	85.519.977,34	84.180.576,87	106.448.785,23	85.991.760,87	84.463.735,44
Outros serviços de terceiros PJ	28.908.742,56	12.548.327,67	12.356.967,70	27.737.499,06	13.996.403,27	13.777.098,38	26.490.500,26	15.603.791,73	15.599.678,00
Locação de mão-de-obra	26.523.122,90	17.458.633,84	16.991.495,70	27.988.952,28	20.420.396,67	20.290.225,67	24.812.300,88	20.418.761,55	20.320.905,24
Auxílio-alimentação	14.312.479,39	14.312.479,39	13.114.574,63	13.713.920,21	13.713.920,21	13.713.920,21	13.574.383,26	13.574.383,26	13.574.383,26
Outros	51.074.241,47	41.027.692,03	38.254.178,15	43.414.344,31	37.389.257,19	36.399.332,61	41.571.600,83	36.394.824,33	34.968.768,94
4 - Investimentos	11.708.547,40	3.364.548,08	2.901.905,92	16.586.654,30	2.530.098,41	2.447.076,37	20.780.143,31	6.288.297,48	6.181.936,98
Equipamentos e material permanente	7.860.698,39	2.353.766,53	2.019.974,79	10.465.099,11	2.373.142,87	2.345.002,89	18.210.018,27	3.954.356,03	3.847.995,53
Obras e instalações	3.834.745,01	997.677,55	868.827,13	6.109.055,19	144.455,54	89.573,48	401.378,14	401.378,14	401.378,14
Serviços de TI e comunicação - PJ	7.900,00	7.900,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	5.204,00	5.204,00	5.204,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	2.168.746,90	1.932.563,31	1.932.563,31

**DESPESA POR
GRUPO E
ELEMENTO DE
DESPESA (EXTRA
ORÇAMENTÁRIO)**

2018

2017

2016

	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
3 - Outras despesas correntes	19.638.391,84	12.071.217,61	9.215.872,78	18.346.026,56	6.218.256,21	1.555.245,01	6.036.922,68	3.153.669,09	2.952.278,31
Outros serviços de terceiros PJ	16.309.706,42	10.442.835,82	7.760.508,20	15.027.981,65	4.826.559,50	361.251,50	3.806.366,94	2.432.539,24	2.413.661,31
Material, bem ou serviço para dist. gratuita	1.109.168,17	7.518,20	0,00	1.031.387,40	69.264,90	69.264,90	821.199,97	9.131,45	9.131,45
Outros serviços de terceiros PF	776.314,46	646.104,46	598.940,75	1.000.683,69	636.749,19	551.752,19	120.031,12	73.531,12	67.131,12
Outros	1.443.202,79	974.759,13	856.423,83	1.285.973,82	685.682,62	572.976,42	1.289.324,65	638.467,28	462.354,43
4 - Investimentos	9.515.590,41	136.700,00	136.700,00	4.283.753,42	0,00	0,00	7.914.563,27	2.267.695,40	732.216,40
Obras e instalações	7.583.289,90	0,00	0,00	4.283.753,42	0,00	0,00	2.084.116,97	732.216,40	732.216,40
Equipamentos e material permanente	1.932.300,51	136.700,00	136.700,00		0,00	0,00	5.830.446,30	1.535.479,00	0,00

**DESPESA POR
PROGRAMA
E AÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
(LOA)**

2018

2017

2016

	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADADO	PAGO
20TP	356.588.392,78	356.588.392,78	317.490.620,10	326.395.657,19	326.395.657,19	326.393.596,41	291.986.184,26	291.986.184,26	291.986.184,26
20RL	74.609.591,97	40.680.266,75	39.562.213,39	73.577.272,41	44.158.190,98	43.744.803,95	77.219.272,25	49.358.616,66	49.051.385,26
09HB	61.882.320,16	61.882.320,16	61.882.320,16	57.132.894,00	57.132.894,00	57.132.894,00	53.273.083,36	53.273.083,36	53.273.083,36
0181	58.897.494,04	58.897.494,04	57.257.907,35	52.966.654,88	52.966.654,88	52.966.654,88	43.617.271,52	43.617.271,52	43.617.271,52
212B	23.871.493,63	23.871.493,63	21.853.035,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2994	20.199.652,51	14.019.371,59	13.086.461,00	18.589.427,54	13.272.733,11	12.539.245,86	16.254.190,98	12.409.843,79	11.202.096,02
2004	7.159.148,19	6.909.148,79	6.307.364,24	6.728.929,38	6.728.929,38	6.728.929,38	6.551.752,04	6.551.752,04	6.551.752,04
20RG	3.709.514,82	1.046.930,25	744.453,29	6.411.028,04	208.482,44	153.600,38	3.479.950,74	587.940,34	484.319,84
4572	2.899.412,60	2.106.150,00	1.988.374,75	1.932.477,07	1.479.504,12	1.258.837,95	1.784.853,24	1.432.996,23	1.417.209,97
0005	466.590,57	466.590,57	466.590,57	3.548.486,83	3.548.486,83	3.548.486,83	232.367,39	232.367,39	232.367,39
00PW	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	0,00	0,00	0,00
216H	21.600,00	21.600,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00G5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.075,00	17.074,86	17.074,86
00M1	0,00	0,00	0,00	133.587,77	133.587,77	133.587,77	130.715,50	130.715,50	130.715,50
00OL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.480,00	66.480,00	66.480,00
2010	0,00	0,00	0,00	2.357.757,04	2.357.757,04	2.357.757,04	2.295.977,23	2.295.977,23	2.295.977,23
2011	0,00	0,00	0,00	4.884.586,31	4.884.586,31	4.884.586,31	4.942.469,30	4.942.469,30	4.942.469,30
2012	0,00	0,00	0,00	14.603.783,81	14.603.783,81	14.603.783,81	14.503.267,26	14.503.267,26	14.503.267,26

**DESPESA POR
GRUPO E AÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
(EXTRA
ORÇAMENTÁRIO)**

2018

2017

2016

	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
8636	9.620.608,90	5.400.000,00	3.700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20RG	9.515.590,41	136.700,00	136.700,00	3.270.287,44	0,00	0,00	5.830.446,30	1.535.479,00	0,00
20K7	2.779.391,10	2.700.000,00	2.700.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20RW	2.038.788,49	1.693.709,31	1.512.628,67	1.914.867,75	1.098.420,14	900.716,94	907.951,50	377.557,91	248.184,31
00PI	1.109.168,17	7.518,20	0,00	1.031.387,40	69.264,90	69.264,90	821.199,97	9.131,45	9.131,45
20RJ	1.095.024,99	998.107,05	995.219,65	11.856.677,49	4.559.332,95	94.024,95	1.066.954,87	282.032,81	278.003,90
2E79	950.599,20	950.599,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20UG	332.029,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20V8	327.736,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2000	302.914,38	0,00	0,00	430.555,02	301.388,51	301.388,51	0,00	0,00	0,00
20VB	244.272,45	0,00	0,00	205.506,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4572	209.407,96	84.421,69	83.324,17	3.018,18	3.018,18	3.018,18	1.200,00	1.200,00	1.200,00
20UI	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6380	120.247,58	38.670,92	38.670,92	1.087.239,31	47.074,23	47.074,23	2.084.116,97	732.216,40	732.216,40
2994	119.988,69	107.060,81	107.060,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	118.683,33	9.600,00	9.600,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20RL	63.163,49	63.163,49	56.667,06	20.512,76	19.940,54	19.940,54	40.771,64	26.219,68	26.219,68
20V6	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0487	15.300,86	7.300,86	1.771,68	19.202,92	4.402,92	4.402,92	919,72	919,72	919,72
20RK	11.066,08	11.066,08	10.929,82	59.557,20	59.557,20	59.557,20	22.064,27	22.064,27	22.064,27
2011	0,00	0,00	0,00	33.062,54	33.062,54	33.062,54	0,00	0,00	0,00
20GK	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.514,63	242.645,40	174.657,13
20JP	0,00	0,00	0,00	440.066,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20JQ	0,00	0,00	0,00	56.985,26	22.340,00	22.340,00	266.394,08	199.945,85	199.945,85
20RI	0,00	0,00	0,00	454,10	454,10	454,10	0,00	0,00	0,00
20YJ	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	660.000,00	0,00	0,00
215F	0,00	0,00	0,00	497.000,00	0,00	0,00	1.991.952,00	1.991.952,00	1.991.952,00

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Despesa por grupo e elemento de despesa (LOA)

Em relação aos valores empenhados referentes à Lei Orçamentária Anual – LOA, constata-se que houve crescimento ano a ano:

De 2016 para 2017, o percentual de crescimento do orçamento empenhado foi de 10,26%;

De 2017 para 2018, o percentual de crescimento do orçamento empenhado foi de 7,21%.

No detalhamento dos valores empenhados segundo grupo de despesa, elencam-se os seguintes resultados:

De 2016 para 2017, o crescimento do orçamento empenhado das despesas com **Pessoal e Encargos Sociais** foi de 13,04%; acima, portanto, do encontrado na soma de todos os demais recursos empenhados, cujo crescimento foi de apenas 10,26%. Conclui-se, dessa forma, que os valores empenhados com despesas de pessoal protagonizaram o crescimento no orçamento total. Fenômeno semelhante ocorre de 2017 para 2018. O crescimento do orçamento empenhado das despesas com **Pessoal e Encargos Sociais** foi de 8,63%; acima, portanto dos 7,21% de crescimento apresentado pelo total de recursos empenhados.

DESAFIOS:

Sustentabilidade da instituição perante o não crescimento de recursos orçamentários em custeio e capital, para acompanhar o crescimento das despesas de caráter continuados e novos investimentos;

Aumento do número de alunos matriculados, com a mesma infraestrutura física e a mesma força de trabalho.

Grupo de despesa **Outras Despesas Correntes**: em 2017, crescimento do orçamento empenhado de 6,02%, em relação a 2016. De 2017 para 2018, o percentual de crescimento do orçamento empenhado com esse grupo foi de 7,06%.

Grupo de despesa **Investimentos**: de 2016 para 2017, o percentual demonstra que não houve crescimento do orçamento empenhado das despesas com esse grupo, ao contrário, o índice foi negativo (-20,18%), percentual esse, se comparado com o encontrado na soma de todos os recursos empenhos com todos os tipos de despesas foram de apenas 10,26%, o que significa os valores empenhados com Investimentos não contribuíram para o crescimento do orçamento anual, ao contrário esse percentual baixou o crescimento anual do orçamento. De 2016 para 2017, ocorre efeito semelhante, com índice negativo de -29,41%.

Despesa por grupo e elemento de despesa (Extraorçamentário)

Em relação aos recursos extraorçamentários, os valores empenhados apresentam o seguinte desempenho;

De 2016 para 2017, o percentual de crescimento do orçamento empenhado foi de 62,22%;

De 2017 para 2018, o percentual de crescimento do orçamento empenhado foi de 28,83%.

AÇÕES FUTURAS:

Aperfeiçoar a gestão orçamentária para financiar o seu funcionamento minimizando os seus custos dos contratos de caráter continuado;

Subsidiar, no que diz respeito às perspectivas de financiamento da instituição, as discussões com o propósito de revisar os planos de cursos, demonstrando os atuais cenários de remuneração de acordo com as cargas horárias previstas nos catálogos dos cursos estabelecidos pelo MEC.

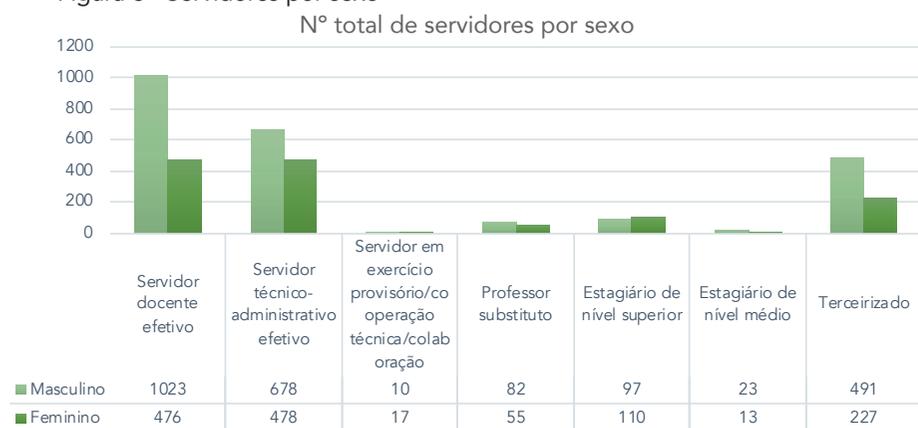
5.3 GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL

A Gestão de Pessoas do IFRN é órgão seccional, subordinada ao órgão setorial na área de pessoal no MEC, que é a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP/MEC, a qual é subordinada ao órgão central do SIPEC, que é atualmente a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. A legislação que trata do regime jurídico único dos servidores é a Lei nº 8.112/90, e todas as demais legislações expostas na área do CONLEGIS, que é de competência do órgão central do SIPEC. No que se refere as formas de atendimento aos requisitos legais da Instituição, em matéria de gestão de pessoas, são utilizadas as Resoluções do CONSUP, Deliberações do CODIR e a regulamentação interna específica segue as Notas Técnicas, Notas Informativas e Orientações Normativas, as quais estão disponíveis no site institucional.

FORÇA DE TRABALHO

Figura 6 - Servidores por sexo



Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

Nº de ocupantes de funções comissionadas por sexo

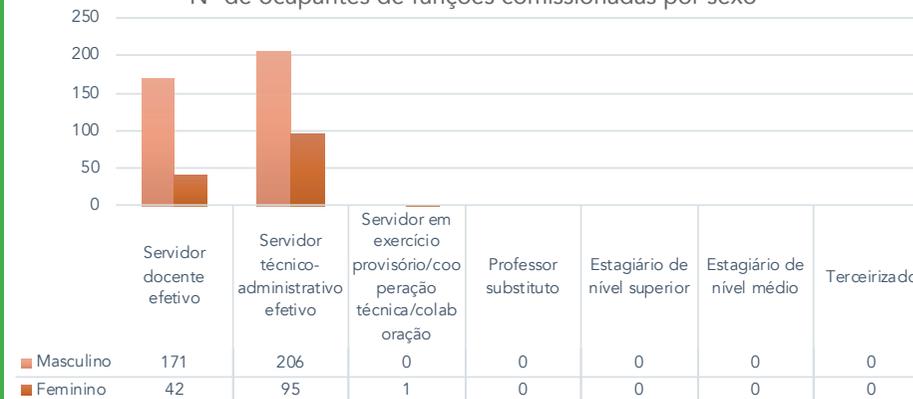
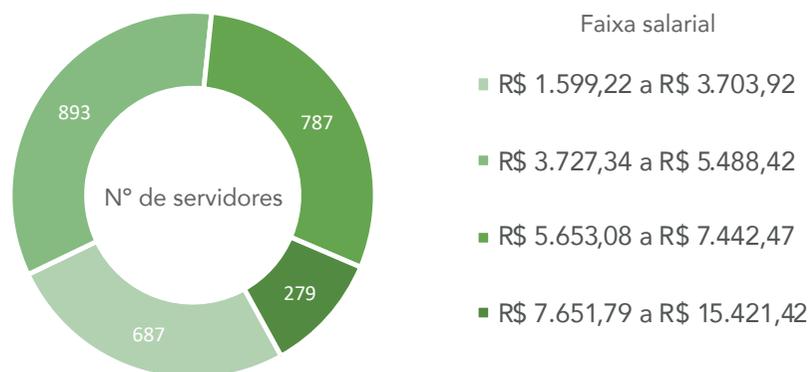
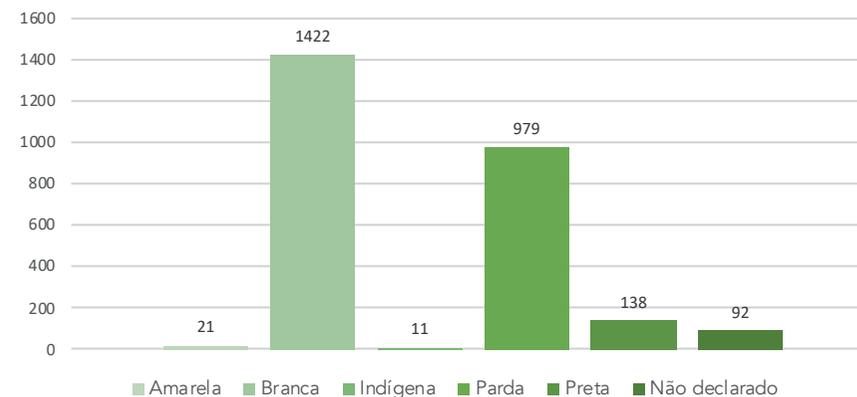


Figura 7 - Servidores por faixa salarial - ativo permanente (vencimento básico)



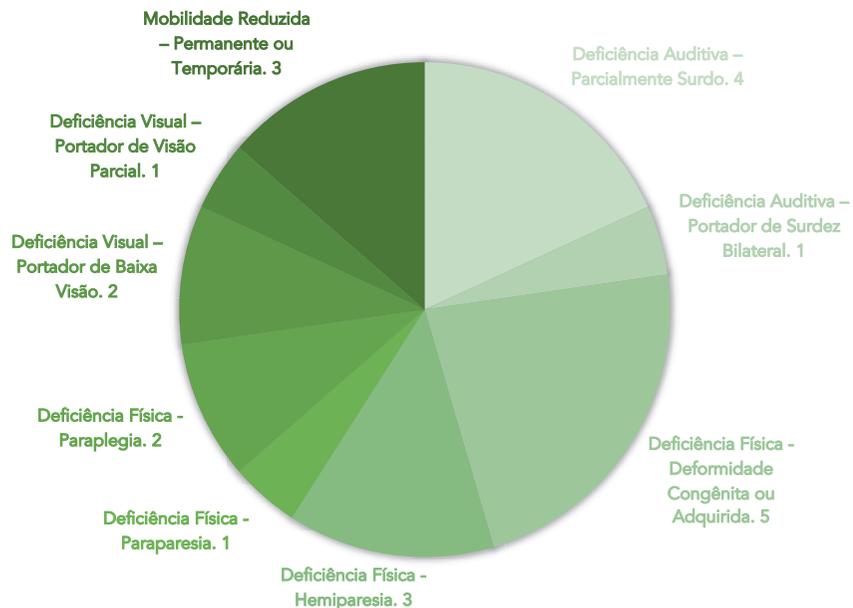
Fonte: SIAPE

Figura 8 - Servidores por etnia - ativo permanente



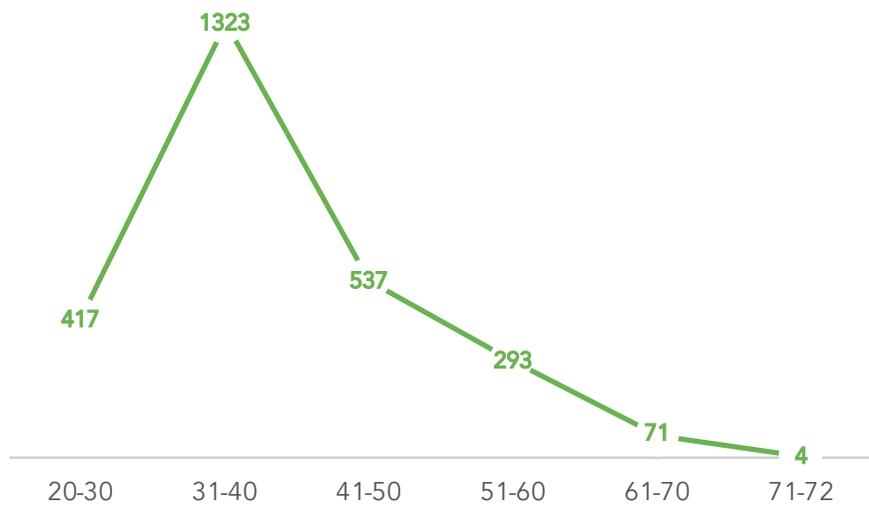
Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

Figura 9 - Servidores por deficiência - ativo permanente



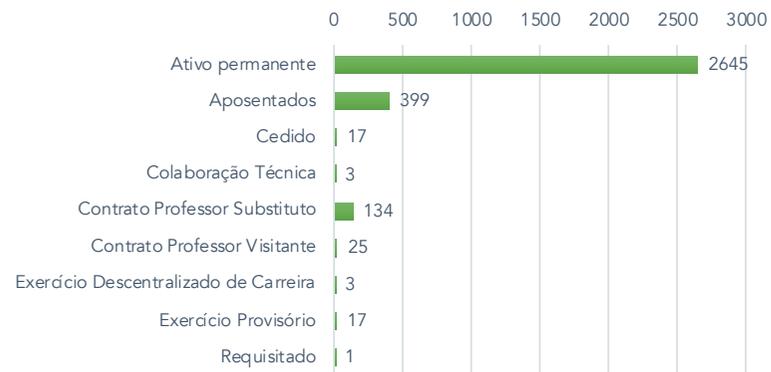
Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

Figura 10 - Servidores por faixa etária - ativo permanente



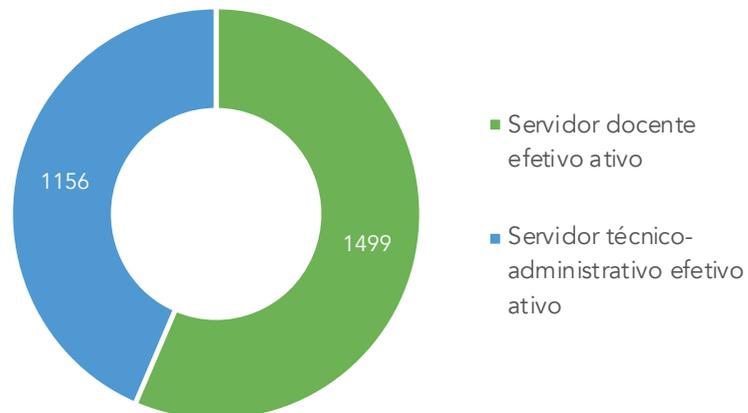
Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

Figura 11 - Servidores por situação funcional



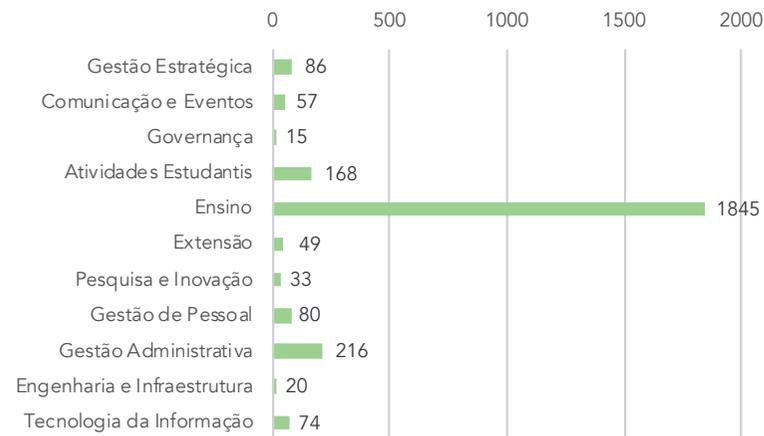
Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

Figura 12 - Servidores por carreira



Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

Figura 13 - Servidores por área de trabalho (Dimensão Estratégica)



Fonte: SUAP Gestão de Pessoas

ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

O recrutamento e alocação de pessoas no IFRN é realizado através de concurso público, remanejamento e processos seletivos simplificados. O concurso público é regido pela legislação federal pertinente a área, em especial o Decreto 6944/2009 e a Portaria 450/2002 do Ministério do Planejamento, o processo de remanejamento é normatizado internamente pela Resolução 07/2014-CONSUP e posteriores alterações. Os processos seletivos para contratação de profissionais regidos pela Lei 8745/93 (substituto e visitante) são normatizados pela própria Lei e por notas Técnicas da DIGPE. No ano de 2018 foram realizados 11 processos seletivos.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

DESPESA COM PESSOAL	2016	2017	2018
Ativo	R\$ 291.986.184,00	R\$ 326.395.657,00	R\$ 356.588.393,00
Inativo	R\$ 35.969.529,17	R\$ 44.485.521,80	R\$ 49.875.752,72
Pensionista	R\$ 7.647.742,35	R\$ 8.481.133,08	R\$ 9.021.741,32

JUSTIFICATIVA PARA O AUMENTO/DIMINUIÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

Alteração na remuneração de servidores por motivo de progressões, incentivos à qualificação, entre outros, impactam no aumento da despesa de pessoal ativo;

O crescente número de aposentadorias, motivado especialmente pelas prováveis mudanças nas regras de aposentadoria trazidas pela Reforma da Previdência, a qual está na iminência de ser aprovada, impacta no aumento de despesa de pessoal inativo.

SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

A avaliação de desempenho dos servidores técnicos administrativos é regida pela Lei nº 11.091/2005, que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, regulamentada pelo Decreto nº 5.825/2006, com nova redação dada pela Lei 11.784/2008, e a Resolução nº 15/2007-CD/CEFET-RN, de 27/06/2007, que regulamenta a Avaliação de Desempenho. A avaliação de desempenho dos Técnicos-Administrativos é realizada no SUAP.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei nº 12.772, de 29 de dezembro de 2013, a avaliação de desempenho é regida pela Resolução 06/2014-CONSUP, de 21 de março de 2014. Tal norma foi atualizada durante o ano de 2018, devendo a atualização ter vigência para 2019.

A avaliação do estágio probatório é realizada em conformidade com o Art.172, da Lei no 11.784/2008, o qual dá nova redação ao Art. 20, da Lei no 8.112/1990, e com a Resolução no 08/1992-CONSUP/ETFRN. Atualmente é realizada através do SUAP.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM NÚMEROS

Quantidade de servidores avaliados em 2018	635
Quantidade de aprovados e reprovados em 2018	635 aprovados / 0 reprovados
Quantidade de servidores que concluíram o estágio probatório	120
Principais Programas	Avaliação de desempenho de técnicos administrativos em Educação Avaliação de desempenho de Docentes Avaliação de estágio probatório

REMUNERAÇÃO

A remuneração das carreiras do IFRN é regida pela Lei nº 12.772/2012, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e, altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Sendo assim, a remuneração inicial das categorias ocorre como descrita a seguir:

Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico

- o Dedicção Exclusiva: R\$ 4.463,93
- o 40 horas: R\$ 3.126,31
- o 20 horas: R\$ 2.236,31

Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação

- o Nível A:1.326,72
- o Nível B: 1.606,41
- o Nível C:1.945,07
- o Nível D:2.446,96
- o Nível E: 2.744,57

OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

99,65% dos cargos gerenciais do IFRN são ocupados por servidores efetivos da própria instituição, sendo dada prioridade a estes a ocupação desses cargos, considerando-se a vivência e experiência em educação profissional. A rotatividade de servidores entre os *campi* também afeta a mobilidade dos ocupantes dos cargos de gestão, havendo sempre a necessidade de substituições e consequente formação de novos gestores; para tal fim, foram ofertadas turmas do curso de formação de gestores para titulares e para servidores que nunca ocuparam cargos de gestão na instituição.

No que diz respeito à igualdade de oportunidades para o desenvolvimento do servidor através de aperfeiçoamentos e qualificações, a Resolução 67/2011-CONSUP prevê que seja dada prioridade aos servidores com menor titulação vista a elevação desta. Um fator que causa desigualdades entre a categoria profissional dos técnicos administrativos e docentes é a impossibilidade de contratação de substituto no caso de afastamento dos técnicos administrativos para cursar pós-graduação.

PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA QVT

AÇÕES EMPREENDIDAS

Nº de servidores/estagiários/
terceirizados participantes

Eixo Estilo de Vida

Atividades Físicas, Prática Esportiva, Atividades Integrativas e Comemorativas, Terapias complementares (atividades de relaxamento, massagem, yoga, shiatsu, meditação, etc.), Atividades recreativas / lazer (Jogos de tabuleiros, jogos de mesa, gincanas, jogos eletrônicos, etc.), Avaliação Física / Antropométrica, Ginástica Laboral, Palestras/cursos de capacitação/oficinas diversas (Alimentação Saudável; Importância do Exercício Físico; Educação Financeira; Inteligência Emocional e Criatividade; Gerenciamento do Tempo; Solução de Problemas; Educação no Trânsito; Efeitos do alcoolismo e tabagismo; entre outras temáticas que podem ser abordadas), Feirinha semanal com a comercialização de frutas e verduras orgânicas (alimentação saudável), Ações de voluntariado. Atividades beneficentes destinadas à arrecadação e doação de itens à grupos menos favorecidos socialmente, Life Skills – Desenvolvendo Habilidades da Vida, Promoção de Eventos Esportivos

3592 participações

Eixo Saúde Integral

Campanhas de conscientização - meses coloridos (janeiro branco, setembro amarelo, outubro rosa e novembro azul), palestras, oficinas ou cursos de capacitação (Saúde Mental; Saúde Bucal; Doenças Crônicas e Degenerativas; Doenças Osteomusculares; Primeiros Socorros), Campanhas de vacinação, Projeto Sorriso Prevenido, Projeto de Saúde Mental, Projeto de Saúde Vocal, Capacitações em Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho

1619 participações

Eixo Política Organizacional

Seminário de Integração, Reuniões Administrativas, Realização de Workshops, Pesquisa de Clima Organizacional, Organização e Estruturação de Espaços de Convivência nos *campi*, Fornecimento de apoio à eventos promovidos pelas Comissões Internas de Saúde e Segurança do Trabalho (CISSPs) e Brigadas de Incêndio nos *campi*, Curso de Automação de Rotinas com Excel, Palestras, oficinas ou cursos de capacitação (Atendimento com Qualidade no Serviço Público; Ética no Serviço Público; Assédio Moral no Serviço Público; Organização do tempo no trabalho; Satisfação no Ambiente de Trabalho; Mediação de relações interpessoais no trabalho; Gerenciamento de pessoas; Gestão de conflitos; Importância do crescimento e reconhecimento profissional; Trabalho em Equipe; Relações entre o trabalho e a vida social; Gerenciamento da rotina com análise e solução de problemas), Ações de reflexão sobre o ambiente de trabalho

1401 participações

Pelo quantitativo de ações expressos acima, nota-se a grande diversidade das ações e adesão dos servidores aos projetos de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho das diversas unidades do IFRN, desde o lançamento do mesmo através da Resolução nº 16/2014 - CONSUP.

ESTRATÉGIAS DE CAPACITAÇÃO

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (2014-2018), proporcionar o desenvolvimento de pessoal através de processos de capacitação, educação continuada e qualificação profissional é um dos paradigmas modernos da administração com foco na melhoria das atividades desempenhadas pelas organizações. Ciente dessa realidade, o Poder Executivo Federal instituiu a Política e as Diretrizes para Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, regulamentada por meio do Decreto nº 5.707/2006.

O IFRN, por sua vez, já instituiu sua Política de Qualificação e Capacitação de Servidores, no ano de 2005, por meio da Resolução nº 20 do antigo Conselho Diretor do então CEFET-RN. A Instituição promoveu a atualização de sua Política de Desenvolvimento de Pessoal por meio da Resolução nº 67/2011-CONSUP.

Ressalta-se que esta norma norteia as principais ações e programas de treinamentos e capacitação de servidores, estabelecendo percentual do orçamento de custeio da Instituição destinado às ações de capacitação, como a previsão de participação de servidores em congressos, cursos e seminários, bem como requisitos de afastamento para estudo, sobretudo realização de pós-graduações, além da previsão de capacitação para gestores da instituição. Essa normativa, em breve, passará por uma nova atualização.

Verificou-se aumento de execução do recurso total de capacitação em 2018 (R\$ 2.835.285,99), comparado ao ano de 2017 (R\$ 1.905.986), como fruto do maior acompanhamento das ações.

CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS

Número de servidores capacitados	1600						
Total de horas de capacitação	20.611						
Custos de capacitação	R\$ 2.835.285,99						
Principais programas	<table><tbody><tr><td>Convênio com UFRN: Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de <i>Software</i> Convênio no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática;</td><td>Convênio com a Universidade do Minho: Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências); Mestrado (Educação).</td></tr><tr><td>Convênio UFPE: Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado nas áreas de Linguística e Teoria da Literatura;</td><td>Ações de aperfeiçoamento com a oferta de cursos externos.</td></tr><tr><td>Convênio com a UERN- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte: Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Ensino; Programa de Pós-Graduação em Letras; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais.</td><td>Ações de aperfeiçoamento através da promoção de cursos ofertados pela própria instituição.</td></tr></tbody></table>	Convênio com UFRN: Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de <i>Software</i> Convênio no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática;	Convênio com a Universidade do Minho: Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências); Mestrado (Educação).	Convênio UFPE: Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado nas áreas de Linguística e Teoria da Literatura;	Ações de aperfeiçoamento com a oferta de cursos externos.	Convênio com a UERN- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte: Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Ensino; Programa de Pós-Graduação em Letras; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais.	Ações de aperfeiçoamento através da promoção de cursos ofertados pela própria instituição.
Convênio com UFRN: Programa de Mestrado Profissional em Engenharia de <i>Software</i> Convênio no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática;	Convênio com a Universidade do Minho: Doutorado (Escolas de Educação, Ciências Sociais, Engenharias e Ciências); Mestrado (Educação).						
Convênio UFPE: Programa de Pós-Graduação em Letras – Doutorado nas áreas de Linguística e Teoria da Literatura;	Ações de aperfeiçoamento com a oferta de cursos externos.						
Convênio com a UERN- Universidade Estadual do Rio Grande do Norte: Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Ensino; Programa de Pós-Graduação em Letras; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas; Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais.	Ações de aperfeiçoamento através da promoção de cursos ofertados pela própria instituição.						

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

PRINCIPAIS DESAFIOS

Implantar o Mapeamento de Competências em toda a Instituição;

Ofertar, anualmente, os Exames Médicos Periódicos para os servidores do IFRN;

Criar uma Assessoria de Gestão de Riscos;

Retomar o Programa de Preparação para Aposentadoria, denominado "Aposentação";

Aprimorar progressivamente a utilização do recurso de capacitação.

AÇÕES FUTURAS

Implementar o plano anual de capacitação e adequá-lo aos gaps apresentados no mapeamento de competências;

Implementar as ações previstas no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais de cada unidade;

Aprimorar os indicadores para as diversas ações dos projetos sistêmicos e locais de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho;

Para 2019 uma das grandes novidades é a distribuição do recurso de capacitação, o qual será atrelado à submissão de projetos pelos *campi*, objetivando a melhoria quanto ao uso do recurso;

Desenvolver o 'Prêmio de Gestão de Pessoas', cujo edital tem previsão de lançamento em 2019. O prêmio consiste na apresentação de projetos e de trabalhos voltados para a área de gestão de pessoas, com avaliadores externos para julgar e para eleger essas ações;

Desenvolvimento de um site exclusivo para a Gestão de Pessoas. A proposta vem sendo discutida com a Direção de Gestão de Tecnologia da Informação (DIGTI), com o objetivo de fazer constar na página todas as bases legais e formulários da gestão de pessoas, visando orientar melhor o servidor quanto a sua vida funcional, direitos e deveres na instituição.

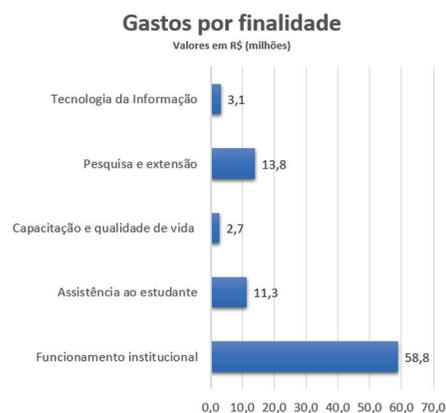


5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

O IFRN atende aos requisitos legais para execução de suas licitações e contratos, sendo os principais normativos os que seguem: Leis n.ºs. 8.666/93, 10.520/2002 e 12.462/2011; Lei Complementar n.º 123/2006; Decretos n.ºs. 7.892/2013; diversas Instruções Normativas editadas pela SLTi, a exemplo da mais recente, que trata das contratações de serviços continuados, ou seja, IN n.º 05/2017. Quanto aos órgãos de controle, são editados normativos, a exemplo de Acordãos (TCU) e Portarias (AGU), muitas vezes no sentido de esclarecer dúvidas a respeito das interpretações legais.

PERFIL DOS GASTOS COM LICITAÇÕES E CONTRATOS



PRINCIPAIS CONTRATOS DE FUNCIONAMENTO

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2018 (R\$)
Funcionamento / unidade administrativa	Apoio administrativo, técnico e operacional	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	13.611.039,06
	Manutenção e conservação de bens imóveis		9.680.859,33
	Limpeza e conservação		6.736.060,57
Assistência ao estudante	Fornecimento de alimentação	Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes	5.688.798,68

Funcionamento / unidade administrativa	Aquisição de material de consumo	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	5.675.794,21
	Vigilância ostensiva		3.986.528,62
	Manutenção e conservação de bens imóveis		1.850.439,26
	Aquisição de combustíveis		1.266.306,57
Capacitação de servidores	Passagens aéreas	Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas	1.128.944,60
Tecnologia da Informação	Locação de <i>softwares</i>	Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)	907.387,92
Funcionamento / unidade administrativa	Passagens aéreas	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	828.770,66
	Manutenção e conservação de veículos		828.657,82
	Locação de maquinas e equipamentos		754.681,61
	Serviços gráficos e editoriais		751.295,70
	Serviços de copa e cozinha		705.126,55
	Serviços técnicos profissionais		676.077,79
	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos		523.838,80
	Produção industrial		517.861,34
	Serviços de telecomunicações		450.011,52
	Seguros em geral		376.768,66
	Comunicação de dados e redes em geral		349.520,59
Serviços de áudio, vídeo e foto	297.221,00		
Tecnologia da Informação	Comunicação de dados e redes em geral	Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)	180.000,00

CONTRATAÇÕES DIRETAS

FINALIDADE DO CONTRATO	TIPO(S) DE SERVIÇO CONTRATADO	OBJETIVO(S) ESTRATÉGICO(S) ASSOCIADO(S)	VALOR GASTO EM 2018 (R\$)
Funcionamento / unidade administrativa	Serviços técnicos profissionais	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	15.236.375,60
	Aquisição de material de consumo		7.708.051,91
	Serviços de publicidade legal		1.417.649,21
	Serviços de copa e cozinha		671.813,17
Capacitação de servidores	Passagens aéreas	Fomentar programas de capacitação em pós-graduação servidores e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, em vinculação com o desenvolvimento institucional e com as demandas acadêmicas e administrativas	618.682,30
Funcionamento / unidade administrativa	Locação de máquinas e equipamentos	Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades	586.352,38
	Apoio administrativo, técnico e operacional		387.782,00
	Assinaturas de periódicos e anuidades		300.479,09
	Aquisição de combustíveis		246.703,61
Assistência ao estudante	Fornecimento de alimentação	Ampliar e fortalecer as ações de assistência social para os estudantes	134.284,00



PRINCIPAIS DESAFIOS

LICITAÇÕES

Orientar e acompanhar os demais *campi* em seus procedimentos licitatórios (Pregão Eletrônico);

Dar vazão à análise dos editais e contratos, uma vez que todos são elaborados centralmente pela equipe da DILIC;

Atender as recomendações contidas nos pareceres emitidos pela ENALIC. Praticamente todos os processos são devolvidos aos demandantes para complementarem a instrução (pesquisas de preços, termo de referência, dentre outras), implicando demora na conclusão das contratações;

Atuar dentro da legalidade num cenário de constantes atualizações na legislação pertinente às licitações, além da observação às recomendações dos órgãos de controle (interno ou externo);

Lentidão nas contratações por limitações no uso da ferramenta governamental Comprasnet; a necessidade de criação de subitens pra aplicar uma cota que beneficia, conforme a legislação, as Micro e Pequenas Empresas, burocratiza o cadastro na plataforma; catálogo bastante restrito;

A descentralização das contratações diretas para realização nos *campi*, visando maior celeridade dos procedimentos, requer supervisão central da DILIC, para garantir o cumprimento à legislação, dadas às especificidades desse tipo de contratação.

CONTRATOS

Ausência de estrutura administrativa sistêmica na Reitoria, por falta de pessoal, para efetivar a gestão de contratos, garantindo sua padronização;

Atuar na gestão de contratos num cenário de rotatividade de servidores entre os *campi* (remanejamento interno) e a autonomia administrativa e orçamentário-financeira dos *campi* sem o amadurecimento necessário;

Fragilidade na fiscalização dos contratos nos aspectos técnicos, administrativos e de pessoal;

Desatualização no regimento interno dos *campi* em relação as atribuições no âmbito de contratações públicas e gestão de contratos;

Fragilidade no planejamento anual das compras e contratações com uma estrutura que concentra a força de trabalho da PROAD e Cargo de Direção para a fase de “Seleção de fornecedores”, em detrimento das fases de “Planejamento de contratação” e “Gestão de Contratos”;

Eventuais situações de falta de pertencimento ao processo de contratação por parte de servidores de outros setores quando estes formalizam a demanda (requisição do serviço) e/ou quando são integrados a equipe de planejamento de contratação;

Dificuldades na conciliação do acompanhamento da execução do plano de ação institucional com a execução orçamentário-financeira.

AÇÕES FUTURAS

Ampliar os já aplicados esforços de capacitação dos servidores atuantes em compras licitações, especialmente os lotados em *campi*; manter atualizado o acervo bibliográfico de apoio às atividades;

Elaboração e divulgação do documento Orientações Normativas para melhor orientação nas contratações;

Realizar o 2º EnconPre – Encontro de Pregoeiros do IFRN, além de outras capacitações como a formação de novos pregoeiros e curso a respeito da legislação pertinente às contratações.

Para 2019 será proposta a criação de grupo de trabalho para definição de calendário-referência de contratações para toda a instituição;

Para 2019 será proposta a criação de um grupo de trabalho para elaborar o planejamento de contratações definindo a melhor estratégia para as situações previstas - contratação direta, contratação conjunta, contratação centralizada ou adesão a ata de registro de preço;

Restruuturação da Diretoria de licitação para que contemple, além da seleção de fornecedores, o planejamento da contratação e gestão de contrato;

Maior integração com a PRODES para que a execução orçamentário-financeira esteja cada vez mais relacionada ao plano de ação institucional.

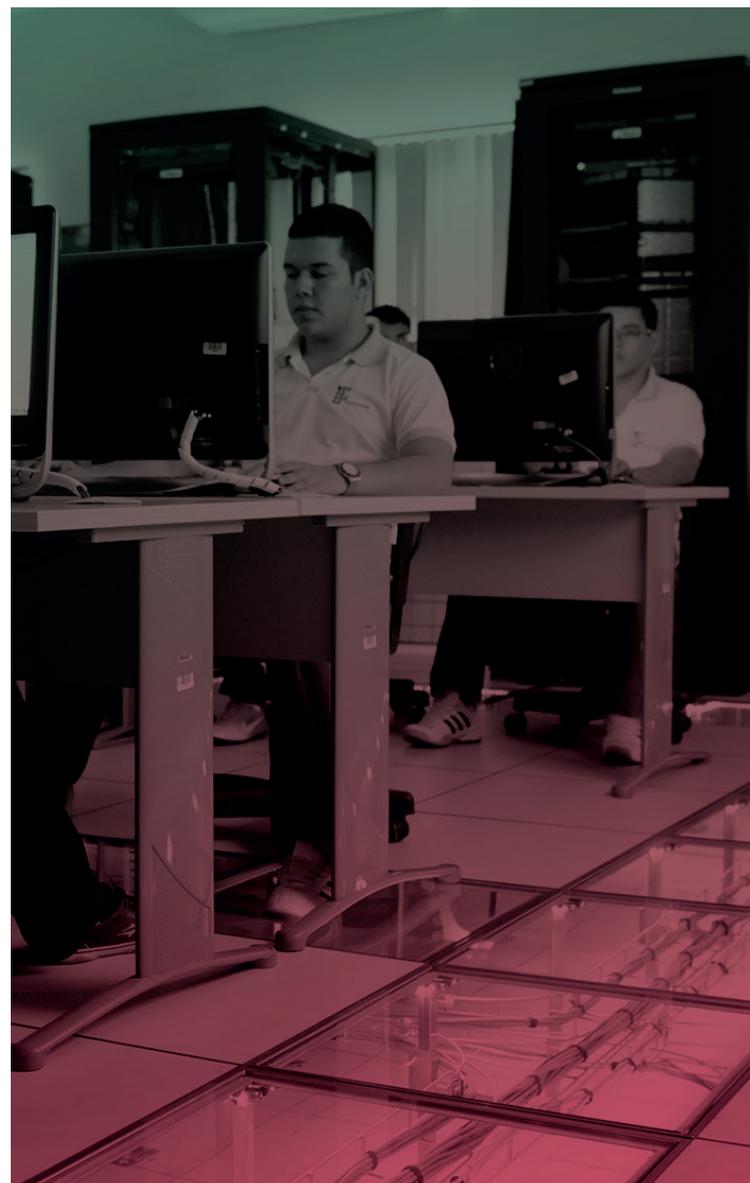
5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

CONFORMIDADE LEGAL

Com relação à gestão do patrimônio institucional, o IFRN cumpre toda a legislação vigente quanto a aquisição via certames licitatórios, em cumprimento à Lei nº 8.666/76 e demais normativos. Para efetivar o controle patrimonial, a instituição dispõe de módulo no SUAP que acolhe o registro de todos os itens com os respectivos tombamentos, depreciações, transferências e baixas. A conciliação desses registros é realizada mensalmente, com os saldos registrados no SIAFI.

Em relação à gestão de infraestrutura, o IFRN, ao desenvolver seus projetos arquitetônicos, adota critérios de sustentabilidade, baseando-se na Lei nº 12.349/2010, que tem a finalidade protecionista e de desenvolvimento nacional, incluindo o desenvolvimento sustentável como diretriz governamental. Segue priorizando as contratações públicas sustentáveis, conforme Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Fundamenta-se ainda nas diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais normas vigentes.

Com relação aos orçamentos dos projetos, estes são preparados de acordo com o disposto no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. No tocante à gestão da infraestrutura, o IFRN visa garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, normatizada pelo Decreto 5.296/2004. Além disso, todos os projetos devem estar de acordo com as normas técnicas da ABNT aplicáveis, reunidas na NBR 5090, que tem como foco a acessibilidade em um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Descrição	Benefício esperado
Tipo de investimento: OBRA - Valor investido em 2018: R\$ 4.647.869,32	
<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Casa de Reagente do <i>Campus</i> Apodi; • Ampliação de instalações elétricas de laboratórios do <i>Campus</i> Canguaretama; • Construção de subestação no CT Mineral do <i>Campus</i> Currais Novos; • Recuperação do piso do ginásio e deck da piscina do <i>Campus</i> Macau; • Reforma e ampliação de salas administrativas do <i>Campus</i> Mossoró; • Adaptação de área de paisagismo do <i>Campus</i> Nova Cruz; • Construção de fábrica de sabão no <i>Campus</i> Nova Cruz; • Recuperação da estrutura metálica da área de vivência do <i>Campus</i> Pau dos Ferros; • Construção de reservatórios de águas pluviais do <i>Campus</i> São Paulo do Potengi; • Recuperação de piscina do <i>Campus</i> São Paulo do Potengi; • Construção do parque esportivo do <i>Campus</i> Natal-Cidade Alta; • Instalações provisórias do <i>Campus</i> Jucurutu; • Construção de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE do <i>Campus</i> Ipangaçu. 	<ul style="list-style-type: none"> • Armazenagem adequada de reagentes químicos necessários ao bom andamento das aulas práticas dos cursos de química; • Proporcionar o desenvolvimento de projetos de pesquisa; • Atender a demanda elétrica decorrente da ativação do CT Mineral; • Espaço seguro para prática de esportes; • Proporcionar melhores condições de trabalho e atendimento ao público interno e externo; • Construção de uma área de vivência para os alunos; • Aumento nas pesquisas realizadas nos <i>campi</i>, na área; • Melhoria significativa na iluminação do ambiente, na limpeza e proteção da estrutura; • Amenizar os impactos provocados pela descontinuidade do abastecimento de água por parte da empresa concessionária; • Segurança dos usuários nas atividades esportivas e eventos do <i>campus</i>; • Promover a prática de diversas modalidades esportivas, proporcionando bem-estar físico, mental e social do público acadêmico; • Visa melhorar as condições dos ambientes, das instalações e de segurança para atender satisfatoriamente aos cursos técnicos do IFRN que serão ministrados provisoriamente na escola Municipal Wagner Lopes; • Atender a legislação vigente, de forma eficaz e sustentável, possibilitando ainda o reuso do resultado final dos líquidos tratados.
Tipo de investimento: EQUIPAMENTOS - Valor investido em 2018: R\$ 8.979.098,90	
<p>Para os diversos <i>campi</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de aparelhos de medição e orientações; • Aquisição de aparelhos e utensílios médico odontológicos e para laboratórios; • Aquisição de aparelhos e equipamentos esportivos; • Aquisição de aparelhos e utensílios domésticos; • Aquisição de acervo bibliográfico; • Aquisição de máquinas e equipamentos energéticos; • Aquisição de materiais de TIC; • Aquisição de computadores para a Reitoria e os diversos <i>campi</i> do IFRN; • Aquisição de mobiliário para a Reitoria e os diversos <i>campi</i> do IFRN. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conforto e melhor qualidade na oferta educacional com uma infraestrutura física mais moderna; • Renovar parte dos equipamentos de informática (computadores e impressoras, por exemplo); • Melhor estruturar para os serviços médicos odontológicos ofertados aos discentes; • Preparar a rede elétrica dos <i>campi</i> para suportar oscilações e quedas de energia.
Tipo de investimento: VEÍCULOS - Valor investido em 2018: R\$ 813.900,00	
<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de caminhonete para a Reitoria; • Aquisição de caminhonete para o <i>Campus</i> Avançado de Jucurutu; • Aquisição de caminhonete para o <i>Campus</i> Apodi; • Aquisição de caminhonete para o <i>Campus</i> Natal Central; • Aquisição de micro-ônibus para o <i>Campus</i> Mossoró. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a disponibilidade de aulas de campo e visitas técnicas aos discentes do <i>Campus</i> Mossoró; • Renovar e/ou repor a frota de veículos da reitoria e de alguns <i>campi</i> em virtude de sinistros ou de carros antigos com problemas mecânicos.

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	<p>Promover o planejamento, a execução e o controle de construções e reformas para ampliação e manutenção da infraestrutura física</p> <p>Macroprocesso: Gestão de obras civis</p>	<p>Desenvolver e fortalecer ações de infraestrutura para promoção da sustentabilidade ambiental (preservação ambiental e eficiência energética), em articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão</p> <p>Macroprocesso: Sustentabilidade socioambiental</p>	<p>Estabelecer as diretrizes gerais para atendimento da legislação relacionada à acessibilidade arquitetônica</p> <p>Macroprocesso: Acessibilidade arquitetônica</p>	<p>Garantir o funcionamento e a manutenção acadêmico-administrativo das unidades</p> <p>Macroprocesso: Gestão orçamentário-financeira</p>	<p>Promover o planejamento, adequação e atualização material e tecnológica para atividades acadêmicas e administrativas</p> <p>Macroprocesso: Gestão de materiais e compras</p>
IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço seguro para promoção de práticas esportivas; • Melhoria significativa na iluminação, na limpeza e proteção da estrutura da área de vivência; • Ambiente estruturado para atender satisfatoriamente aos cursos técnicos; • Melhoramento das condições dos laboratórios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Captação da água das chuvas; • Tratamento de esgoto e águas servidas de forma adequada, atendendo a legislação vigente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia do atendimento às normas de acessibilidade realizadas dentro das obras executadas nos <i>campi</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Uso da reserva técnica para atender parte da demanda dos <i>campi</i> com aquisição de material permanente. 	
AVALIAÇÃO DO CUSTO-BENEFÍCIO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria na qualidade dos resultados esportivos e qualidade de vida de alunos; • Promoção da socialização e maior interação entre os alunos; • Boas condições para capacitação de novos alunos do IFRN; • Bom andamento das aulas práticas e desenvolvimento de projetos de pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantia do abastecimento contínuo de água; • A legislação vigente foi cumprida e os líquidos tratados foram usados na irrigação de plantas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a Lei nº 10.098/2000 e a NBR 5090. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mais conforto e melhor qualidade na oferta educacional com uma infraestrutura física mais moderna; • Renovar parte dos equipamentos de informática (computadores e impressoras, por exemplo); • Melhor estruturar para os serviços médicos odontológicos ofertados aos discentes. 	

LOCAÇÕES DE IMÓVEIS E EQUIPAMENTOS

O IFRN não realizou locação de imóveis em 2018. Quanto a equipamentos, houve a contratação de locação de máquinas para impressão de xerox e documentos institucionais, suprimindo a necessidade desse serviço na instituição.

MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES E DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Em 2018, o IFRN não precisou realizar mudanças e desmobilização relevante no tocante à parte patrimonial, nem houve desfazimento de ativos imobilizados.

PRINCIPAIS DESAFIOS

PATRIMÔNIO

Conciliação entre o valor nos sistemas SUAP e SIAFI de todas as unidades gestoras vinculadas ao IFRN;

Contratações conjunta de novos materiais permanentes sem uma atuação sistêmica da PROAD junto aos *campi* e sem estrutura administrativa para a gestão de compras e contratações;

Padronização da gestão patrimonial sem uma atuação sistêmica da PROAD junto aos *campi* e sem estrutura administrativa;

Lidar com a falta de controle interno de outros setores em relação ao afastamento, cessão e aposentadoria de servidor com carga patrimonial ativa.

INFRAESTRUTURA

Disponibilidade reduzida de recursos de Capital para investir em obras (reformas, ampliações e novas construções);

Falta de manutenções preventivas, sendo realizadas apenas as manutenções corretivas;

Falta de engenheiro no quadro de servidores em diversos *campi*, para acompanhamento diário das obras e auxílio na manutenção dos mesmos;

Os prazos para conclusão dos processos licitatórios estão mais longos devido à novas exigências de trâmites processuais;

Alguns *campi* não contam com setor específico para aquisições e contratações.

AÇÕES FUTURAS

Adequação da estrutura administrativa e atribuições da PROAD para uma atuação sistêmica na gestão patrimonial coordenando as ações com as coordenações nos *campi* do IFRN.

Elaborar projetos para a captação de recursos externos para a realização de ações de investimento;

Buscar parcerias para fomento externo de recursos de modo a viabilizar obras que não possam ser comportadas pelo orçamento já previsto;

Realizar um planejamento de forma mais eficiente e eficaz com vistas à realização de aquisições estratégicas;

Captar recursos humanos para auxiliar nas demandas dos projetos de infraestrutura;

Necessidade de capacitações dos servidores envolvidos nos processos de licitatórios para atender as novas exigências da legislação vigente, a fim de dar mais celeridade aos trâmites;

Estruturar um calendário de licitações para contratação de bens e serviços.



5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL

A área de gestão de tecnologia da informação possui diversos mecanismos de conformidade legal, especialmente no que diz respeito ao processo de contratação de tecnologia da informação. Ainda cabe destacar leis e decretos específicos que não são diretamente relacionados a tecnologia da informação, mas que ensejam o desenvolvimento de soluções tecnológicas que deem suporte aos processos meio e fim da instituição.

Em 2018, cabe o destaque a implantação do processo eletrônico, para atendimento ao disposto no Decreto 8.539/2015. Em fevereiro de 2018 foi implantado de forma geral a utilização do processo eletrônico no âmbito do IFRN. Com um total de 76.375 processos eletrônicos existentes, o IFRN passou a atender aos elementos dispostos no âmbito do referido decreto, além de ganho de produção e eficiência na tramitação dos processos.

Em relação ao Decreto 8.777/2016, que estabelece a política de dados abertos do Governo Federal, cabe destaque a efetiva implantação do portal de dados abertos do IFRN (dados.ifrn.edu.br), em uma ação de transparência ativa por parte da instituição. Nesse contexto, foi desenvolvida ferramenta para atualização automática do portal, o que reduz a necessidade de intervenção humana e garante acesso contínuo e atualizado aos dados definidos no Plano de Dados Abertos da Instituição.

Por fim, no que diz respeito a processos de licitação, fazemos destaque a realização dos processos de aquisição utilizando a Instrução Normativa 04/2014, que dispõe sobre os processos de aquisição de ativos e serviços de TIC no âmbito do Executivo Federal. Depois de ações de capacitação e organização dos processos, o IFRN agora atende integralmente os dispostos na respectiva normativa.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

O PDTI do IFRN foi construído para atender ao período de 2011 até 2015. A sua construção se deu com base em um diagnóstico realizado com a participação de todas as coordenações de TI dos *campi* e de levantamento de necessidades apontadas pelos usuários através de requisições enviadas diretamente a DIGTI ou através dos Planos Anuais de Ações, documento esse que faz parte do modelo de planejamento do IFRN. O Plano de Desenvolvimento Institucional também foi tomado como base para a construção do PDTI, uma vez que foram estudadas as implicações para a infraestrutura de TI de novas demandas que estavam colocadas no PDI. No ano de 2018 foi dada continuidade à análise situacional do PDTI, em relação as ações desenvolvidas para permitir o processo de revisão, considerando o PDI vigente e as demandas de governança em tecnologia da informação.

Em 2017 e 2018 foi iniciado o processo de revisão do PDTI, tomando como base o momento institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de

Ação 2016-2020. O PDTI será todo informatizado, para acompanhamento via o sistema de gestão de instituição, além de permitir de forma mais transparente o acompanhamento dos investimentos em tecnologia da Informação. Além disso, o PDTI possuirá todos os elementos constantes do PETI. Após análise inicial por parte do Conselho Superior, o PDTI foi retornado para análise após considerações, passando por nova revisão para inclusão de seção específica para tratar do Plano de Capacitação de Servidores de TI do IFRN.

Em 2018 foi realizada apenas uma reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), mais precisamente no mês de Julho. Na reunião do mês de Julho foi feita uma reunião do CGTI a criação do Plano de Contratação de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCTIC), que atende o disposto na Portaria 40/2016 da SLTI. O PCTIC do ano de 2019 foi enviado a SISF para fins de instrução do processo de definição da matriz orçamentária dos respectivos anos. Cabe destacar também a dificuldade na realização das reuniões dado o caráter e a composição do Comitê, uma vez que as ações planejadas ao longo do ano sofrem da incerteza com relação a disponibilidade financeira.

No que diz respeito a força de trabalho, a TI do IFRN conta com um total de 104 pessoas, das quais temos 83 servidores divididos entre analistas, professores, técnicos e assistente em administração, e 21 estagiários. Essas pessoas estão distribuídas entre as Coordenações/Diretoria de Tecnologia da Informação dos *campi* e a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação na Reitoria.

Em média, cada *campus* possui entre 2 a 3 pessoas, na maioria técnicos da área de TI, excetuando-se o *Campus* Natal-Zona Leste, que possui 4 pessoas lotadas na Coordenação de TI; e o *Campus* Natal-Central, que possui 6 pessoas lotadas na Diretoria de Tecnologia da Informação. Na Reitoria, dentro de suas duas coordenações, temos um total de 31 pessoas. Destacamos ainda que existe situações de *campus* que possuem apenas um servidor efetivo na área de Tecnologia da Informação, como por exemplo os *campi* de Macau, São Paulo do Potengi e Canguaretama. Essa falta decorre da não composição dos quadros de alguns *campi*, bem como de exonerações que ainda não foram respostas com concurso público. Portanto, todos os servidores que compõem a força de trabalho de TI do IFRN são servidores da casa. O IFRN não possui nenhum contrato de prestação de serviço na área de TI que contenha fornecimento de mão de obra.

É importante ressaltar que, por ter toda sua força de trabalho composta por servidores da casa e por ter a cultura de implementar os serviços de TI com a sua própria mão de obra, o IFRN conta com pouquíssima dependência de empresas externas para manter os serviços de TI em funcionamento. Evidentemente, existe a dependência em virtude de utilizar equipamentos que possuem garantia e suporte apenas do fabricante. Nesses casos, como se trata de serviços altamente especializados, nos quais os próprios fabricantes detêm a tecnologia, não é possível mitigar essa dependência pois, pela própria característica e complexidade dos equipamentos de TI, qualquer que seja o fabricante contratado, essa dependência vai continuar existindo.

O IFRN tem-se utilizado principalmente das capacitações oferecidas pela Escola Superior de Redes da RNP. Em virtude de um contrato negociado entre o FORTI, contando com aporte financeiro da SETEC, todos os Institutos Federais recebem uma cota de vagas nos cursos da RNP que podem ser pagos totalmente ou parcialmente por esse referido contrato. Dessa forma, anualmente aguardamos a liberação do quantitativo de vagas e distribuímos entre os técnicos dos *campi*, utilizando como critério principal o equilíbrio de conhecimento técnico e de participação em cursos. Em 2018, foi mantido o trabalho desenvolvido pela Coordenação de Infraestrutura e Rede, e estabelecidos critérios para ocupação das vagas oferecidas nesse tipo de convênio. Depois de dois anos, foram retomadas a oferta de vagas para os cursos RNP-SETEC (modalidade PAC), que preveem o custeio dos custos de inscrição e estadia. Em 2018 foram ofertadas 9 vagas para o curso da modalidade gestão, tendo a DIGTI custeado as diárias para os participantes dos *campi* e mais 9 vagas para a modalidade PAC.

Em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, foi executado no final do ano de 2018 a segunda oferta do programa de capacitação fomentado pela própria DIGTI, sendo ofertadas 23 vagas prioritariamente para técnicos que atuam com TI e em seguida para professores que atuam em TI. Foram ofertados os módulos de Monitoramento de Redes com Zabbix, Virtualização Básica com VmWare, Proxmox e Backup Free. Em 2019, o programa de capacitação continuará oferecendo mais módulos voltados para a qualificação dos técnicos de TI da instituição. Cabe ainda ressaltar, que foram realizados dois encontros entre os coordenadores de TI, com objetivo de socializar experiências e discutir soluções para os problemas hoje existentes na instituição, no que diz respeito a dimensão sistêmica de Tecnologia da Informação.

Os serviços de TI no IFRN são gerenciados em dois níveis: locais e sistêmicos. Os serviços de TI locais são aqueles oferecidos e gerenciados pelas coordenações de TI de cada unidade (*Campus* e Reitoria) para seus usuários locais. Englobamos nesses serviços aqueles de perfil eminente local, tais como, serviço de armazenamento de arquivos institucionais, serviço de impressão, serviço de monitoramento por câmeras de vigilância, etc. Por outro lado, os serviços de TI sistêmicos são aqueles oferecidos a todos usuários indistintamente, independentemente da lotação. Esses serviços são gerenciados pela Diretoria de Gestão de TI, através de sua Coordenação de Infraestrutura e Redes e através de sua Coordenação de Sistemas de Informação. São exemplos de serviços sistêmicos o Serviço de E-mail institucional, o SUAP, o Portal do IFRN, a disponibilização de servidores para projetos acadêmicos ou sites de projetos e eventos institucionais, entre outros.

Todo o gerenciamento e manutenção desses serviços é feito pelos equipamentos de TI dos *campi* e da Reitoria, utilizando como ferramenta de contato com todos os usuários a Central de Serviço de TI do IFRN. Nela é possível que os atendimentos sejam iniciados por equipes locais e, dependendo do nível ou da complexidade do atendimento, possam ser escalados para nível superior. Todos os atendimentos são rastreados e contam com medição de tempo máximo de atendimento, classificação e com a avaliação final do usuário.

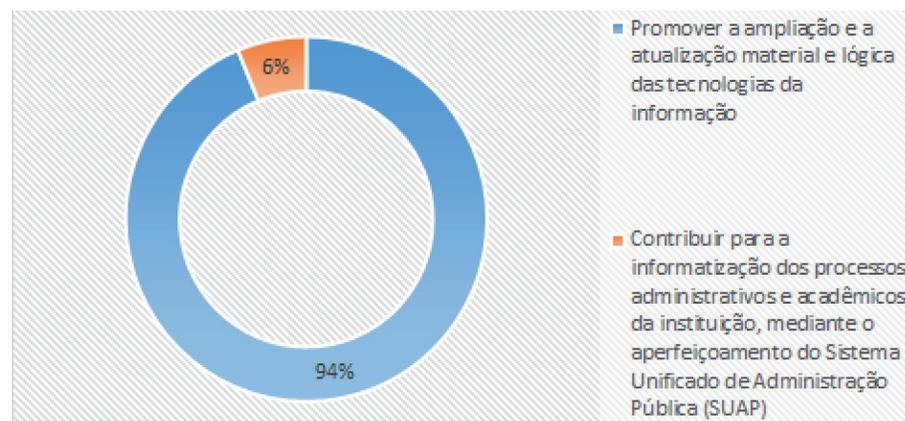
A gestão do processo de desenvolvimento de módulos do SUAP foi ainda mais aperfeiçoada, com a consolidação do módulo de Demandas, sendo agora todas as solicitações de desenvolvimento controladas e acompanhadas via Sistema, que inclui o debate com os clientes das áreas de negócio, liberação de versões de teste e controle das funcionalidades desenvolvidas e implementadas.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI - 2018			
Grupo de Despesa	Despesas empenhadas	Despesas pagas	Valor pago de RP em 2018
Investimento	2.686.529,51	-	2.686.529,51
Custeio	2.830.753,99	395.102,41	2.435.651,58
Total	5.517.283,50	395.102,41	5.122.181,09

Fonte: Tesouro Gerencial.

GASTOS DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO



CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES DE RECURSOS DE TI

Nº Contrato	Objeto do contrato (detalhar)	Valores pagos em 2018
059/2017	Fornecimento de licença de uso de softwares Microsoft na modalidade Enrollment for Education Solutions (EES) para atendimento das necessidades do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN.	340.800,55
112/2016	Serviço de link secundário de Internet	180.000,00
158/2017	Contratação da SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL para a prestação de serviços de manutenção dos datacenters da Instituição, com fornecimento de peças e serviços.	535.800,00
111/2015	Serviço ampliação e manutenção de rede de cabeamento	1.809.887,81

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS)	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
<p>Promover a ampliação e a atualização material e lógica das tecnologias da informação</p> <p>(Macroprocesso: Infraestrutura lógica e redes)</p>	<p>Desenvolvimento do Projeto Piloto do Computador Virtual (VDI). Foram atendidos mais de 60 alunos de 02 <i>campis</i> de diferentes, com a participação de 8 professores para validação da solução.</p> <p>Investimento de projetos de cabeamento estruturado da ordem de 1.809.887,81, que permitiu a concepção de novos laboratórios e estruturação do cabeamento nos <i>Campis</i> de Lajes e Parelhas, permitindo a ocupação de novos prédios, bem como melhorar o atendimento das demandas acadêmicas.</p> <p>Atendimento de chamados em Central de Serviço, com mais de 35.000 chamados abertos ao longo de 2018 e atendidos pelos diversos <i>campi</i> do IFRN.</p> <p>Manutenção e sustentação dos serviços de TIC do IFRN, variando da rede sem fio aos laboratórios didáticos</p>	<p>Melhoria nos serviços prestados pela área de Tecnologia da Informação, com resultados de satisfação dos chamados classificado como excelente em 90,15% dos casos.</p> <p>Índice de disponibilidade de rede mantido no patamar de 99% com o uso do link redundante.</p>
<p>Contribuir para a informatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, mediante o aperfeiçoamento do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)</p> <p>(Macroprocesso: Sistemas de informação)</p>	<p>Implantação do módulo de Processos e documentos Eletrônicos do SUAP, em atendimento ao Decreto 8.539/2015</p> <p>Para evitar problemas de indisponibilidade e lentidão foi implantado o SUAP-HA(High Availability) que dimensiona dinamicamente a capacidade de infraestrutura necessária para dar suporte ao funcionamento do SUAP, garantindo manutenção da estabilidade e desempenho do sistema.</p> <p>Em 2018 foram abertas 177 demandas para os diversos módulos do SUAP, com destaque para demandas da Extensão (34), Ensino (21) e Gestão de Processos Seletivos (18)</p>	<p>Geração de mais de 82.764 documentos internos, 261.184 documentos externos(PDF). Com uma estimativa de 3 páginas por documento, teríamos um total de 1.031.844 páginas que não precisaram ser impressas. Isso equivale a aproximadamente de 42 árvores de eucaliptos preservadas.</p> <p>Otimização das rotinas administrativas e acadêmicas do IFRN, com evolução dos módulos existentes</p>
<p>Fortalecer a política de governança em tecnologia da informação</p> <p>(Macroprocesso: Governança em tecnologia da informação)</p>	<p>Continuidade do processo da política de capacitação, com oferta de cursos internos e integrados a RNP e a Escola Nacional de Administração Pública, com público alvo atingido de mais 40 servidores</p> <p>Submissão da revisão do PDTI ao CONSUP, que aguarda ajustes para publicação da versão final</p> <p>Realização do II Encontro de Coordenadores de TIC, com aplicação de metodologia Design Thinking, resultando em 4 projetos definidos para serem desenvolvidos em 2019</p>	<p>Diretrizes mais claras para o processo de investimento e delineação de ações para a área de gestão de tecnologia da informação</p>

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Com intuito de manter mecanismos e controles que possibilitem a efetiva proteção dos dados, informações e conhecimentos produzidos no IFRN, a DIGTI executa atividades em cooperação com a RNP e instituições da Rede Federal para tratar e responder ameaças no contexto de segurança da informação.

Os incidentes e vulnerabilidades detectados pela RNP na rede acadêmica são registrados em um sistema denominado SGIS (Sistema de Gestão de Incidentes de Segurança), e notificações envolvendo a rede do IFRN são tratados e respondidos por meio deste sistema. No ano de 2018 a DIGTI tratou e respondeu 205 incidentes e 10 vulnerabilidades via SGIS, sendo os principais incidentes relacionados a comprometimento de máquinas para lançar ataques de *brute-force* contra terceiros, mineração de criptomoedas, e *hosts* comprometidos tornando-se “zumbis” em redes de *botnet*.

Em colaboração com a RNP, a DIGTI faz parte de um projeto piloto que tem por objetivo a formalização de um Centro de Tratamento e Respostas a Incidentes de Segurança da Informação (CTIR ou CSIRT-Computer Security Incident Response Team). O CTIR/CSIRT é responsável por receber, analisar e responder as notificações relacionadas a incidentes de segurança em computação. A formalização do CTIR tem por objetivo dar respaldo para as atividades realizadas pelo CTIR, como a desativação de máquinas virtuais comprometidas, bloqueio de contas de e-mail, etc.

Por fim, em 2018 a DIGTI investiu na capacitação dos seus servidores de TI fornecendo um curso de operação do *firewall* Palo Alto, para que as equipes de TI que estão alocadas nos *campi* possam auxiliar na rápida detecção e resposta aos abusos na rede acadêmica. Um outro investimento realizado foi o envio de um dos membros da Coordenação de Infraestrutura e Redes (COINRE) para capacitação em teste de invasão de aplicações web (pentest) na ESR/RNP (Escola Superior de Redes/RNP), para que os conhecimentos adquiridos possam ser utilizados para auxiliar o funcionamento seguro dos sistemas institucionais.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Superar as restrições orçamentárias para manutenção do parque de ativos de TIC do IFRN;

Aumentar a capacidade dos links de Internet centrais, bem como os de conectividade dos *campi*;

Viabilizar um ecossistema de co-criação ao redor do SUAP, envolvendo a comunidade acadêmica e órgãos participantes da rede SUAP;

Administrar o aumento da demanda por novos módulos versus a força de trabalho existente;

Conceber modelo de gestão do processo de desenvolvimento compartilhado do SUAP;

Elevar a qualificação e capacitação dos servidores de TIC.

AÇÕES FUTURAS

Concluir o processo de revisão do PDTI;

Retomar o processo de revisão do Plano de Segurança da Informação (PSI);

Desenvolver o Plano Anual de Compras de TI, atrelado ao PGC;

Buscar alternativas de financiamento para a gestão das atividades;

Elaborar normas atreladas ao PSI para sustentação dos direitos decisórios;

Ampliar as ações de captação de recursos com SUAP para reforço da equipe de desenvolvimento e de infraestrutura;

Reavaliar o Plano de Dados Abertos e adotar ferramenta automatizada para tal;

Implementar o projeto Computador Virtual, para reduzir a necessidade de investimento na atualização do parque computacional;

Adotar metodologia concisa e ágil para o desenvolvimento de módulos do SUAP;

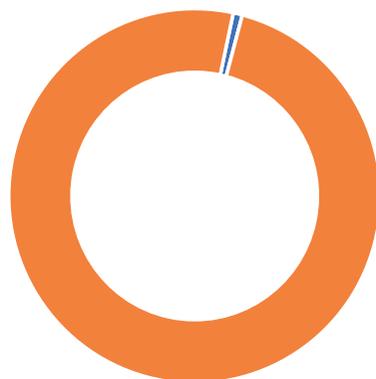
Desburocratizar o acesso do SUAP por parte de órgãos públicos;

Implantar módulo de gestão de projetos no SUAP para dimensionamento das atividades.



5.7 GESTÃO DE CUSTOS

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO



■ Áreas finalísticas (Ensino, pesquisa e extensão)
R\$ 4.868.522,35

■ Áreas de apoio
(Gestão estratégica, Comunicação e Eventos, Governança, Gestão administrativa, Engenharia e Infraestrutura, Atividades estudantis, Gestão de pessoal, Tecnologia da informação)
R\$ 605.105.196,18

Fonte: Tesouro Gerencial.

ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL

Programa	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total		557.294.808,00	560.994.808,00	615.002.493,00	610.361.931,27	566.546.478,56	520.716.560,28
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	50.100.089,00	50.100.089,00	58.997.992,00	58.897.494,04	58.897.494,04	57.257.907,35
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	479.218,00	479.218,00	466.591,00	466.590,57	466.590,57	466.590,57
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00	56.720,00

Programa	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2080 - Educação de qualidade para todos	20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	10.000,00	3.710.000,00	3.710.000,00	3.709.514,82	1.046.930,25	744.453,29

	20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	75.395.710,00	75.395.710,00	75.395.710,00	74.609.591,97	40.680.266,75	39.562.213,39
	2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	20.212.878,00	20.212.878,00	20.212.878,00	20.199.652,51	14.019.371,59	13.086.461,00

Programa	Ação	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	62.881.897,00	62.881.897,00	63.359.413,00	61.882.320,16	61.882.320,16	61.882.320,16
	20TP - Pessoal Ativo da União	317.139.867,00	317.139.867,00	358.619.313,00	356.588.392,78	356.588.392,78	317.490.620,10
	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	21.460.913,00	21.460.913,00	24.049.975,00	23.871.493,63	23.871.493,63	21.853.035,43
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	21.600,00	20.500,00
	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6.635.916,00	6.635.916,00	7.212.301,00	7.159.148,19	6.909.148,79	6.307.364,24
	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2.900.000,00	2.900.000,00	2.900.000,00	2.899.412,60	2.106.150,00	1.988.374,75

RELACIONAMENTO ENTRE OS PROGRAMAS E RELEVÂNCIA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os programas governamentais apresentados anteriormente, através dos quais o IFRN obteve os recursos utilizados no ano de 2018, estão originalmente previstos na Lei nº 13.249/2016, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) do período de 2016 a 2019. Deste modo, eles estão apresentados também na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018. Os programas dividem-se em dois grandes grupos: 1 - programas de gestão e manutenção e operações especiais; e 2 - programas temáticos. A cada programa, correspondem uma ou mais ações.

Programas de gestão e manutenção e operações especiais:

Programas de gestão e manutenção são descritos no art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental”. Já as operações especiais são definidas no art. 4, inciso XII como “as despesas que não contribuem para a manutenção, a expansão ou o aperfeiçoamento das ações do Governo Federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços”. Os programas utilizados pelo IFRN já foram citados acima:

0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União;

0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais;

0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais;

2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação.

Embora os recursos oriundos desses programas não sejam aplicados nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles relacionados ao atendimento das finalidades legais do Instituto), eles são fundamentais à manutenção da Instituição, uma vez que funcionam como suporte para a execução do programa temático (aquele que atende aos macroprocessos finalísticos). Dentro destes programas, estão incluídas as ações de pagamento de servidores ativos e inativos, bem como de auxílios e benefícios previstos em lei, atendendo ao princípio da legalidade. Essas ações ocupam a maior fatia do orçamento institucional e têm influência indireta no cumprimento dos objetivos institucionais, por exemplo, ao subsidiar a força de trabalho que realiza atividades necessárias ao alcance dessas metas. Como exemplos de objetivos alcançados com o apoio indireto desses programas, pode-se citar: ministrar educação profissional, ministrar cursos de formação inicial e continuada, fomentar a pesquisa, desenvolver atividades de extensão e ofertar cursos superiores de tecnologia e bacharelado. Dentre as atividades com recursos oriundos dos programas supramencionados, podem ser citadas, por exemplo: o pagamento dos docentes que ministram as aulas, o pagamento dos servidores que trabalham no gerenciamento das ofertas de cursos, no desenvolvimento de ferramentas no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) que auxiliam a gestão de bolsas de pesquisa e extensão.

Além disso, dentro dos programas de gestão e manutenção está incluída a ação “4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação

e Requalificação”, sendo reconhecidamente uma das forças da instituição possuir professores e técnicos administrativos bem capacitados. A capacitação permite um melhor conhecimento do seu fazer, por parte dos servidores, garantindo melhores caminhos para a resolução dos problemas, culminando no alcance dos objetivos e finalidades e atendimento do princípio da eficiência.

Programas temáticos:

São descritos no Art. 5º, inciso I, da Lei nº 13.249 (Plano Plurianual) como aqueles que “expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade”. Além disso, os programas temáticos apresentam, dentre outros elementos, um objetivo constituinte. O programa temático com recursos repassados ao IFRN também foi descrito anteriormente:

- **2080 - Educação de qualidade para todos.** O objetivo deste programa, está descrito no Plano Plurianual 2016-2019 como “Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.” Esse objetivo relaciona-se intimamente com os objetivos do IFRN. Seus recursos são empregados diretamente nos macroprocessos finalísticos do IFRN (aqueles que garantem o ensino, pesquisa e extensão), fomentando suas políticas nessas áreas, além de permitirem as políticas de assistência estudantil e a gestão administrativa do Instituto. É, portanto, o programa cujos recursos apresentam maior versatilidade e heterogeneidade nas despesas. Por essa razão, vale relembrar as três ações componentes do programa que são aplicadas na instituição:
- **20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** Seus recursos permitem a ampliação do espaço físico onde são executadas a maior parte das ações institucionais. Ter ambientes agradáveis, seguros e funcionais é um elemento fundamental para atingir os objetivos e finalidades institucionais;
- **20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** Ação mais heterogênea, permite a organização dos processos seletivos para discentes, aquisição de material de consumo e equipamentos utilizados nas aulas e ambientes de apoio, bolsas de tutoria, monitoria e estágio, fomenta as ofertas de cursos de extensão, permite ainda a participação de discentes e docentes em eventos nacionais e internacionais, além de reformas e manutenção dos espaços físicos, dentre outras finalidades, consolidando o alcance de todos os objetivos e finalidades;
- **2994 - Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica:** Permite a compra de equipamentos e materiais de consumo para serem utilizados pelos discentes, permite a oferta de bolsas de alimentação para estudantes, possibilita ainda a realização de aulas externas, dentre outras atividades, melhorando os índices de permanência e êxito discente, garantindo, portanto, a consolidação da oferta de vagas de educação profissional e tecnológica.

ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

	ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS	MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS
Principais desafios	<p>Em 2018 não houve dificuldades em cumprir a política de execução de 100% dos recursos orçamentários constantes na LOA e liberados pelo MEC via quota limite para execução.</p> <p>Executar adequadamente o orçamento, considerando a liberação das quotas limites muito próximo ao encerramento do exercício.</p>	<p>O setor público precisa construir instrumentos para mensuração de custos e, assim, ter condições de priorizar e cortar ações que precisam ser reforçadas ou descontinuadas.</p> <p>Manter o equilíbrio financeiro do IFRN na perspectiva de indutora de desenvolvimento local, como parte de sua função social.</p>
Ações futuras	<p>Pretende-se aperfeiçoar o planejamento de aquisições e contratações, para execução do orçamento o mais rápido possível. Quanto mais cedo ocorrerem as aquisições de materiais e os contratação de serviços contados, melhores são as condições para desenvolvimento das atividades, evitando, assim, inscrição de Restos a Pagar para exercícios futuros.</p>	<p>Pretende-se aperfeiçoar ainda mais os certames licitatórios, com um planejamento mais detalhado e flexível.</p> <p>Ainda em relação aos certames licitatórios, espera-se aplicar uma melhor especificação do material ou dos serviços a serem contratados e, assim, termos melhores condições para desenvolver as atividades institucionais.</p>



5.8 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Os critérios adotados são aqueles estabelecidos na legislação, em especial na Instrução Normativa nº 01/2010, com o seu cumprimento em todos os processos licitatórios. Além disso, é feito um trabalho de orientação junto aos *campi*, para que sejam cumpridas as normas legais. Como exemplo, pode-se citar a orientação da necessidade de rigoroso acompanhamento por parte dos fiscais de contratos. Outrossim, é obrigatório a assinatura de declaração de obediência aos critérios de sustentabilidade ambiental como parte da apresentação de proposta por empresa licitante, sendo esta declaração disponibilizada no ato da publicação. Ressalta-se ainda que, de acordo com a legislação, cabe aos setores demandantes definirem os critérios de sustentabilidade, mas sempre com as orientações da DILIC.

AÇÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

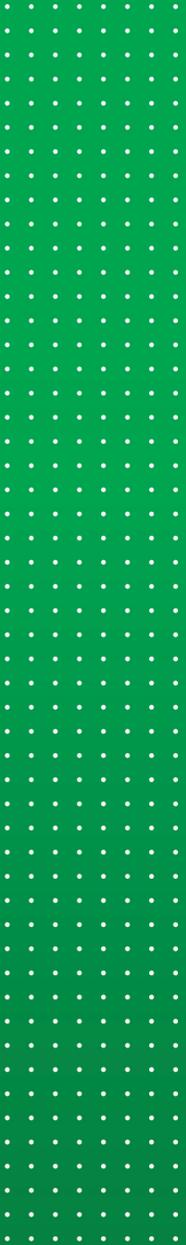
AÇÃO EMPREENDIDA	RESULTADOS OBTIDOS (ECONOMIA GERADA/RESULTADOS ALCANÇADOS)
Processo de substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.	Redução no consumo de energia elétrica com a ação empreendida, sem perda de capacidade de iluminação dos ambientes.
Captação e armazenamento de águas pluviais.	Estimativa de um acúmulo de 1.680.000 litros de águas pluviais captada nos <i>campi</i> do IFRN, o que, em alguns <i>campi</i> , resultou na não aquisição de água da rede pública municipal de abastecimento.
Adoção do uso de garrafas squeezes para ingestão de água, bem como a utilização de copos e canecas permanentes por servidores e alunos do <i>campus</i> .	Redução no consumo de copos descartáveis, o que proporciona tanto a otimização do uso de recursos naturais, quanto a economia nos recursos orçamentário-financeiros.
Plano de Eficiência Energética.	Conscientização do servidores e alunos, gerando uma economia de aproximadamente 30 % do valor pago em energia elétrica ao ano, através de atividades técnicas e sociais.
Captação, armazenamento e reuso de água proveniente dos aparelhos de ar-condicionado.	A água de reuso é utilizada para irrigação de pequenas áreas, no uso em carros, na higienização de ambientes, gerando uma economia no uso da água pelos <i>campi</i> , contribuindo para um orçamento mais sustentável; Evitou-se o acúmulo de água que propicia a proliferação de mosquitos vetores de doenças.
Acompanhamento das Usinas Fotovoltaicas, com a preservação de sua infraestrutura e monitoramento dos dados de produção de energia.	Redução de 3.161.728 kWh do consumo energético dos <i>campi</i> , equivalendo à redução de R\$ 1.233.074,00 na conta de energia elétrica e representando uma cobertura de 27% em relação ao consumo total de energia elétrica; A utilização das usinas fotovoltaicas neutralizaram, em média, 281 toneladas de CO ² na atmosfera.
Reuso de água de rejeito após processo de destilação.	Economia no tocante a utilização de recursos hídricos.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES

RESÍDUO POLUENTE	RESULTADOS OBTIDOS (REDUÇÃO ALCANÇADA/ECONOMIA GERADA)
Estação de tratamento de efluentes.	Há uma diminuição de resíduos sólidos e impuros, tornando a água tratada apropriada para ser utilizada na irrigação dos <i>campi</i> .
Coleta de resíduos eletrônicos (pilhas, baterias, chips, placas, celulares, etc.).	Coleta e destinação de resíduos através de pontos fixos de coleta instalados nos <i>campi</i> , deixando de serem descartados diretamente no meio ambiente para serem reutilizados de forma consciente e sustentável.
Contratado serviço de coleta, transporte, tratamento e descarte de resíduos hospitalares.	Condicionamento e destinação correta dos resíduos hospitalares, reduzindo o poder poluente e propiciando uma economia preventiva de futuros gastos para tratamento de áreas contaminadas.
Coleta seletiva de resíduos recicláveis.	Conscientização de alunos, servidores e terceirizados para a realização da coleta seletiva, incentivando a redução, a reutilização e a reciclagem do lixo, resultando na geração de emprego, renda e inclusão social.

OUTRAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- Aquisição de novas lixeiras para coleta seletiva dos resíduos sólidos;
- Contínuas ações de conscientização de consumo racional de energia elétrica;
- Reformas dos banheiros com uso de torneiras e descargas econômicas e luminárias com sensor de presença;
- Processo de compostagem desenvolvida pela área verde para aproveitamento do lixo orgânico produzido no *campus*;
- Fabricação de polpa de frutas para consumo próprio, utilizando as frutas oriundas da área verde do *campus*;
- Manutenção de horta orgânica para produção de legumes destinados para consumo no refeitório de alunos do *campus* Natal-Central. A horta também é utilizada para fins didáticos;
- Transformação de papel picotado em adubo para a área verde.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR



Cláudio César A. Florencio

Cargo: CONTADOR

CRC nº: 6266-7

Local: NATAL/RN

Data: 15/02/2019

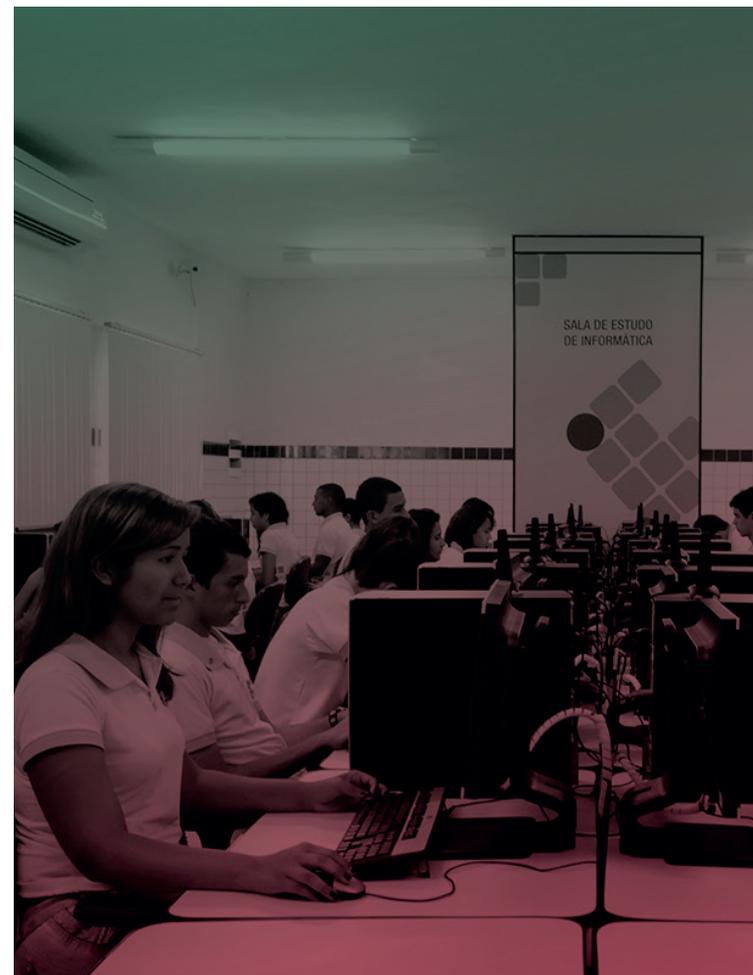
Código da UG: **158155**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) os saldos patrimoniais não refletem a realidade do órgão, uma vez que ainda estão sendo providenciada a baixa de bens inservíveis, não localizados e com valores irrisórios, de acordo com as NBCT 16.5 e 16.6;

b) o saldo da conta Obras em Andamento não corresponde à realidade do Órgão, apesar de que no decorrer deste exercício algumas regularizações foram realizadas, de acordo com as NBCT 16.5 e 16.6

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.



6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
12/02/2019

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	2.023.637,43	4.152.568,98	Despesas Orçamentárias	638.851.901,84	587.043.250,70
Ordinárias	-	573.989,33	Ordinárias	559.486.942,37	160.658.520,03
Vinculadas	2.034.689,17	3.606.485,11	Vinculadas	79.364.959,47	426.384.730,67
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	1.286.194,76	413.371.013,89
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	13.350.599,20	2.731.387,40
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.034.689,17	3.606.485,11	Previdência Social (RPPS)	47.736.095,18	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-11.051,74	-27.905,46	Recursos de Receitas Financeiras	3.699.514,82	-
			Operação de Crédito	999.853,00	3.483.116,84
			Alienação de Bens e Direitos	-	18.476,13
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.309.387,16	3.507.976,39
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	8.983.315,35	3.272.760,02
Transferências Financeiras Recebidas	721.269.617,95	650.479.701,67	Transferências Financeiras Concedidas	97.306.161,36	84.301.183,54
Resultantes da Execução Orçamentária	627.745.090,34	563.147.306,09	Resultantes da Execução Orçamentária	55.833.892,15	51.296.671,98
Repasse Recebido	572.042.328,30	513.069.560,15	Repasse Concedido	131.101,11	918.926,04
Sub-repasse Recebido	55.702.762,04	50.077.745,94	Sub-repasse Concedido	55.702.762,04	50.077.745,94
Independentes da Execução Orçamentária	93.524.527,61	87.332.395,58	Repasse Devolvido	29,00	300.000,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	90.585.526,03	85.126.469,48	Independentes da Execução Orçamentária	41.472.269,21	33.004.511,56
Demais Transferências Recebidas	-	1.758,24	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	40.921.082,12	32.403.988,04
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.939.001,58	2.204.167,86	Demais Transferências Concedidas	179,95	4.800,00
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	551.007,14	595.723,52
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	111.154.764,17	63.806.336,15	Despesas Extraorçamentárias	55.349.946,16	47.082.141,05
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	48.625.355,71	6.086.939,63	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.120.995,61	3.541.107,51
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	60.750.517,35	57.226.808,46	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	48.028.331,63	43.047.493,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.234.677,55	437.871,03	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.193.229,74	438.822,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	544.213,56	54.717,03	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.389,18	54.717,03
Passivos Transferidos	-	54.717,03	Demais Pagamentos	7.389,18	54.717,03
Arrecadação de Outra Unidade	544.213,56	-			
Saldo do Exercício Anterior	6.784.535,67	6.772.504,16	Saldo para o Exercício Seguinte	49.724.545,86	6.784.535,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.784.535,67	6.772.504,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.724.545,86	6.784.535,67
TOTAL	841.232.555,22	725.211.110,96	TOTAL	841.232.555,22	725.211.110,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.806.880,00	2.806.880,00	2.023.637,43	-783.242,57
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	487.682,00	487.682,00	590.792,24	103.110,24
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	487.682,00	487.682,00	590.792,24	103.110,24
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	62.755,00	62.755,00	32.536,39	-30.218,61
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	2.248.133,00	2.248.133,00	1.097.923,60	-1.150.209,40
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.248.133,00	2.248.133,00	1.097.923,60	-1.150.209,40
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	8.310,00	8.310,00	302.385,20	294.075,20
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	33.475,84	33.475,84
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	8.310,00	8.310,00	268.909,36	260.599,36
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 12/02/2019 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	2.806.880,00	2.806.880,00	2.023.637,43	-783.242,57
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.806.880,00	2.806.880,00	2.023.637,43	-783.242,57
DEFICIT			636.828.264,41	636.828.264,41
TOTAL	2.806.880,00	2.806.880,00	638.851.901,84	636.045.021,84
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	552.283.484,00	603.291.169,00	617.627.764,03	574.600.136,41	526.437.422,86	-14.336.595,03
Pessoal e Encargos Sociais	430.601.071,00	481.443.309,00	477.368.206,98	477.368.206,98	436.630.847,61	4.075.102,02
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	121.682.413,00	121.847.860,00	140.259.557,05	97.231.929,43	89.806.575,25	-18.411.697,05
DESPESAS DE CAPITAL	8.711.324,00	11.711.324,00	21.224.137,81	3.501.248,08	3.038.605,92	-9.512.813,81
Investimentos	8.711.324,00	11.711.324,00	21.224.137,81	3.501.248,08	3.038.605,92	-9.512.813,81
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	560.994.808,00	615.002.493,00	638.851.901,84	578.101.384,49	529.476.028,78	-23.849.408,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2018PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
12/02/2019PÁGINA
3

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	560.994.808,00	615.002.493,00	638.851.901,84	578.101.384,49	529.476.028,78	-23.849.408,84
TOTAL	560.994.808,00	615.002.493,00	638.851.901,84	578.101.384,49	529.476.028,78	-23.849.408,84

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	2.649.243,04	38.889.856,15	32.551.468,77	31.249.192,06	816.496,40	9.473.410,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.649.243,04	38.889.856,15	32.551.468,77	31.249.192,06	816.496,40	9.473.410,73
DESPEAS DE CAPITAL	800.440,57	18.336.952,31	16.908.339,74	16.779.139,57	146.489,80	2.211.763,51
Investimentos	800.440,57	18.336.952,31	16.908.339,74	16.779.139,57	146.489,80	2.211.763,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.449.683,61	57.226.808,46	49.459.808,51	48.028.331,63	962.986,20	11.685.174,24

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	48.372,39	6.086.212,89	6.037.173,40	56.288,65	41.123,23
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.060,78	-	-	2.060,78
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	48.372,39	6.084.152,11	6.037.173,40	56.288,65	39.062,45
DESPEAS DE CAPITAL	10.043,39	84.798,36	83.822,21	10.000,00	1.019,54
Investimentos	10.043,39	84.798,36	83.822,21	10.000,00	1.019,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	58.415,78	6.171.011,25	6.120.995,61	66.288,65	42.142,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
12/02/2019

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	58.478.382,62	15.897.362,66	PASSIVO CIRCULANTE	52.076.741,13	7.053.943,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	49.724.545,86	6.784.535,67	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	40.347.934,02	521.249,40
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	75.651,39	75.651,39	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.188.687,57	5.128.195,55
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	141,96	-
Estoques	8.670.798,98	9.019.500,19	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	7.386,39	17.675,41	Demais Obrigações a Curto Prazo	6.539.977,58	1.404.498,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	526.039.020,00	601.666.231,17	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	25.435,71	25.368,93
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	25.435,71	25.368,93
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	52.102.176,84	7.079.312,07
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	525.569.952,68	601.055.559,17	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	101.740.246,29	173.403.077,94	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	198.381.115,31	188.530.135,73	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-96.640.868,86	-15.127.057,63	Resultados Acumulados	532.415.225,78	610.484.281,76
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-0,16	-0,16	Resultado do Exercício	-11.463.259,50	8.399.637,31
Bens Imóveis	423.829.706,39	427.652.481,23	Resultados de Exercícios Anteriores	610.484.281,76	602.157.300,15
Bens Imóveis	427.763.518,15	430.174.472,18	Ajustes de Exercícios Anteriores	-66.605.796,48	-72.655,70
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.933.811,76	-2.521.990,95	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	532.415.225,78	610.484.281,76
Intangível	469.067,32	610.672,00			
Softwares	348.803,88	490.408,56			
Softwares	1.043.387,38	1.035.487,38			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-694.583,50	-545.078,82			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120.263,44	120.263,44			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	120.263,44	120.263,44			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
EXERCÍCIO
2018PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EMISSAO
12/02/2019PAGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	584.517.402,62	617.563.593,83	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	584.517.402,62	617.563.593,83

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	49.794.722,86	6.854.712,67	PASSIVO FINANCEIRO	121.220.718,19	66.981.999,41
ATIVO PERMANENTE	534.722.679,76	610.708.881,16	PASSIVO PERMANENTE	1.885.673,36	773.804,73
			SALDO PATRIMONIAL	461.411.011,07	549.807.789,69

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	67.067.159,62	58.295.035,35	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	98.816.052,86	76.254.602,19
Execução dos Atos Potenciais Ativos	67.067.159,62	58.295.035,35	Execução dos Atos Potenciais Passivos	98.816.052,86	76.254.602,19
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	976.695,41	788.856,19	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	64.655.664,96	56.071.379,91	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	644.904,45	778.808,39
Direitos Contratuais a Executar	1.434.799,25	1.434.799,25	Obrigações Contratuais a Executar	98.171.148,41	75.475.793,80
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	67.067.159,62	58.295.035,35	TOTAL	98.816.052,86	76.254.602,19

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-42.616.600,58
Recursos Vinculados	-28.809.394,75
Educação	-8.450.350,76
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-7.927.654,37
Previdência Social (RPPS)	-
Recursos de Receitas Financeiras	-2.890.670,27
Operação de Crédito	-863.153,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	254.462,05
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-8.932.028,40
TOTAL	-71.425.995,33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/02/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	62.841.577,89	24.060.463,34
INGRESSOS	725.072.146,49	655.124.858,71
Receitas Derivadas e Originárias	2.023.637,43	4.152.568,98
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	590.792,24	562.108,50
Receita Agropecuária	32.536,39	71.403,01
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.097.923,60	2.899.631,99
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	302.385,20	619.425,48
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	723.048.509,06	650.972.289,73
Ingressos Extraorçamentários	1.234.677,55	437.871,03
Passivos Transferidos	-	54.717,03
Transferências Financeiras Recebidas	721.269.617,95	650.479.701,67
Arrecadação de Outra Unidade	544.213,56	-
DESEMBOLSOS	-662.230.568,60	-631.064.395,37
Pessoal e Demais Despesas	-498.678.874,70	-486.655.236,81
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-129.166,51	-301.388,51
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-57.257.907,35	-52.966.654,88
Saúde	-7.400.000,00	-660.000,00
Trabalho	-497.000,00	-
Educação	-432.997.293,65	-432.643.205,19
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-205.506,01	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/02/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2018	2017
Organização Agrária	-13.000,00	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-179.001,18	-83.988,23
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-65.044.913,62	-59.614.435,05
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-64.988.193,62	-59.557.715,05
Outras Transferências Concedidas	-56.720,00	-56.720,00
Outros Desembolsos das Operações	-98.506.780,28	-84.794.723,51
Dispêndios Extraorçamentários	-1.193.229,74	-438.822,94
Transferências Financeiras Concedidas	-97.306.161,36	-84.301.183,54
Demais Pagamentos	-7.389,18	-54.717,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.901.567,70	-24.048.431,83
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-19.901.567,70	-24.048.431,83
Aquisição de Ativo Não Circulante	-19.888.463,70	-23.871.242,83
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-13.104,00	-177.189,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 12/02/2019	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2018	2017
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.940.010,19	12.031,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.784.535,67	6.772.504,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	49.724.545,86	6.784.535,67



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2018	PERIODO DEZ(Encerrado)
EMISSAO 12/02/2019	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	602.157.300,15	-	-	602.157.300,15
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-72.415,54	-	-	-72.415,54
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-240,16	-	-	-240,16
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	8.399.637,31	-	-	8.399.637,31
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	610.484.281,76	-	-	610.484.281,76

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	610.484.281,76	-	-	610.484.281,76
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-66.605.796,48	-	-	-66.605.796,48
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-11.463.259,50	-	-	-11.463.259,50
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	532.415.225,78	-	-	532.415.225,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

EMISSÃO 12/02/2019 PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	753.872.173,31	687.939.255,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.723.566,48	3.532.569,19
Venda de Mercadorias	32.432,00	71.403,01
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.691.134,48	3.461.166,18
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.104,52	3.219,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.104,52	3.219,97
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	749.980.394,54	654.966.614,48
Transferências Intragovernamentais	721.269.617,95	650.479.701,67
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	28.710.776,59	4.486.912,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.320.404,62	28.814.280,89
Reavaliação de Ativos	1.253.209,92	17.327.075,99
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	298,71	11.374.401,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos	66.895,99	112.803,60
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	846.703,15	622.571,40
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/02/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	846.703,15	622.571,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	765.335.432,81	679.539.618,62
Pessoal e Encargos	450.928.629,17	414.002.854,54
Remuneração a Pessoal	353.276.388,87	323.610.509,45
Encargos Patronais	65.595.443,40	59.923.965,97
Benefícios a Pessoal	32.056.796,90	30.468.379,12
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	59.052.968,56	52.966.654,88
Aposentadorias e Reformas	50.031.227,24	44.485.521,80
Pensões	9.021.741,32	8.481.133,08
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	103.178.876,39	88.026.897,08
Uso de Material de Consumo	9.659.106,71	8.600.656,64
Serviços	76.876.908,95	63.800.148,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	16.642.860,73	15.626.091,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.523,16	5.791,85
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	0,27
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.523,16	5.791,58
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	126.068.901,77	88.577.774,67
Transferências Intragovernamentais	97.313.550,54	84.301.183,54
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	56.720,00	56.720,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	28.698.631,23	4.219.871,13
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.022.583,43	24.947.799,92
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	2.953.650,69	7.362.205,58
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	345.173,36	338.893,58
Incorporação de Passivos	-	8.747,52
Desincorporação de Ativos	10.723.759,38	17.237.953,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 12/02/2019	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26435 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	248.715,22	226.661,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.861,63	47.346,03
Contribuições	235.853,59	179.315,05
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.831.235,11	10.785.184,60
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	11.816.817,88	10.759.605,72
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	14.417,23	25.578,88
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-11.463.259,50	8.399.637,31

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

1.1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFRN foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e compõem a Prestação de Contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. As Demonstrações foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000, Disposições do CFC em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; MCASP, Manual SIAFI, NBCASP / NBC – T16 e qualquer outra orientação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central de Contabilidade Federal.

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

I - Balanço Patrimonial - BP;

II - Balanço Orçamentário – BO;

III - Balanço Financeiro – BF;

IV - Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; e

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

1.2 – Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Durante o exercício de 2018 não houve mudanças significativas, onde as principais foram implementadas no âmbito da Contabilidade Pública em 2015, e que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, deu continuidade ao conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público.

1.3 – Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

1.3.1 – Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na datado Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

1.3.2 – Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método utilizado ao final do exercício de 2018

para mensuração e avaliação das saídas dos estoques foi o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais.

1.3.3 – Imobilizado

O imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial os elementos do ativo imobilizado ficam sujeitos à depreciação, uma vez que a amortização e exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação ainda serão implementados a partir do próximo exercício, uma vez que o nosso sistema de controle patrimonial se encontra em sua fase final para a implantação de tais procedimentos.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção serão incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Por outro lado, caso esses gastos não gerem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como despesa do período.

1.3.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade serão mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

1.3.5 – Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 020330, disponível no site da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

1.3.6 – Depreciação, Amortização e Exaustão

1.3.6.1 – Bens Móveis

Os bens colocados em condições de uso anterior a esse período estão passando por processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, transcrito abaixo, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão. Para tanto, estamos adotando a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

Diante disso, o registro da Depreciação teve seu início no ano de 2016 para os bens colocados em condições de uso a partir de então, uma vez que os mesmos apresentavam valor monetário próximo da realidade, o que excluía a necessidade de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável.

Os bens colocados em condições de uso anterior a 1º de janeiro de 2016, sofreram o processo de Reavaliação e/ou Redução a Valor Recuperável, conforme cronograma estabelecido pela Nota Técnica nº 4/2015 – PROAD/IFRN, para posterior registro da Depreciação, Amortização e Exaustão.

Outrossim, informamos que adotamos a tabela de vida útil padronizada para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, estabelecida pela STN, através da Macrofunção SIAFI 02.03.30.

O método de cálculo dos encargos utilizado foi o das quotas constantes, método esse padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável. A taxa de Depreciação, Amortização e Exaustão seguem a tabela de vida útil dos bens, estabelecida pela STN. Sendo assim, um bem com vida útil de 10 anos tem uma taxa de Depreciação de 10% a.a, sendo depreciado até atingir o seu Valor Residual, valores esses que também seguem os padrões para toda a Administração Pública Federal.

1.3.6.2 – Bens Intangíveis

Os procedimentos de Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito deste IFRN tiveram início no exercício de 2017, apesar de o módulo de amortização do nosso sistema de controle patrimonial ainda estar em fase de adaptação.

O método de amortização adotado pelo IFRN segue o padrão sugerido para toda a Administração Pública Federal, ou seja, o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado contra uma conta retificadora do ativo.

A partir de 2017 a conta 12411.00.00 - *Softwares* (ativo intangível) foi segregada em 12411.01.00 - *Softwares* com vida útil definida e 12411.02.00 - *Softwares* com vida útil indefinida, sendo nos primeiros classificados os *softwares* sujeitos à amortização.

A vida útil dos Bens Intangíveis deste IFRN, que até o momento 85,06% dos valores registrados eram referentes aos *Softwares*, é definida pelo prazo de licença do referido *Software*. Quando o *Software* adquirido não tem prazo de licença, o mesmo é classificado como vida útil indefinida e não será amortizado. Ao final de cada exercício é realizada consulta aos setores responsáveis pelo *software* para saber se o mesmo está em uso, pois caso não esteja será baixado. O valor residual padrão adotado para os Bens Intangíveis no âmbito da IFRN é zero, exceto quando:

- haja compromisso de terceiro para comprar o ativo ao final da sua vida útil; ou
- exista mercado ativo para ele.

Quanto aos procedimentos da Amortização dos Bens Intangíveis correspondentes ao exercício de 2018, tivemos uma despesa da ordem de R\$ 149.504,68 demonstrados através da conta 3.3.3.2.1.02.00 – AMORTIZACAO DE INTANGIVEL. Salientamos que o saldo da conta 1.2.4.8.1.01.00 – AMORTIZACAO ACUMULADA apresentou um saldo ao final daquele exercício no valor de R\$

694.583,50, uma vez que no exercício corrente também foram lançadas as despesas de amortização referentes aos exercícios anteriores.

1.3.6.3 – Bens Imóveis

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais será apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.3.7 – Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não processados. Os restos a pagar não processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/1964, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade. A partir de 2012, conforme disposto no Decreto nº 7.654/2011, que alterou o art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, a inscrição em Restos a Pagar não processados a liquidar foi condicionada a indicação, dos empenhos, pelo Ordenador de Despesa da Unidade Gestora, ou pessoa por ele autorizada.

Também foi criada rotina contábil de Restos a Pagar Não Processados em Liquidação em cumprimento ao disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao

Setor Público – MCASP e nos Princípios de Contabilidade. A inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação foi condicionada à ocorrência prévia do fato gerador, porém a sua liquidação não poderia ser efetuada.

Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

1.3.8 – Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFRN e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para este IFRN, implicando na saída de recursos ou na redução de ativos ou ainda na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

1.3.9 – Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

1.3.10 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFRN. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

1.4 – Composição dos Principais Itens das Demonstrações Contábeis

1.4.1 – Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de

contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não-circulante, com base em atributos de conversibilidade e exigibilidade.

Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não-circulante: a) em relação aos ativos: como circulante, os bens e direitos disponíveis para realização imediata e os que tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte; os demais ativos foram classificados como não-circulante; b) em relação aos passivos: como circulante, os valores exigíveis até o final do exercício seguinte e aqueles correspondentes a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando o Instituto for o fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade; os demais passivos foram classificados como não-circulante. Aplicações financeiras: são registradas pelos montantes aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Estoques: correspondem aos bens de consumo existentes no final do exercício. Imobilizado: estão demonstrados pelo custo de aquisição e os bens adquiridos a partir de 2016 já sofreram depreciações.

O saldo patrimonial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN atingiu, no final do exercício, o montante de R\$ 461.411.011,07, o que corresponde a um decréscimo de aproximado de 16,08% se comparado com o exercício anterior. O déficit financeiro apurado no final do exercício totalizou o valor de R\$ 71.425.995,33 que, de acordo com a legislação vigente, corresponde a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

1.4.1.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Abaixo apresentamos a sua segregação:

Caixa e Equivalentes	2018	2017
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento	5.995.978,68	6.708.455,36
Limite de Saque c/ Vinc. Pgto. – Ordem Pgto.	43.652.420,09	-
Bancos conta Movimento	76.147,09	76.080,31
TOTAL	49.724.545,86	6.784.535,67

Fonte: SIAFI

Os valores registrados em contas da Caixa Econômica Federal – CEF são decorrentes de depósitos em caução referente a diversas garantias de contratos administrativos da IFRN.

1.4.1.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis até o término do exercício seguinte. Abaixo apresentamos o seu respectivo detalhamento:

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2018	2017
Adiantamentos Concedidos	5.474,39	5.474,39
Tributos a Recuperar/Compensar	70.177,00	70.177,00
Outros Créd. a Rec e valores a curto prazo	0,00	0,00
TOTAL	75.651,39	75.651,39

Fonte: SIAFI

1.4.1.3 – Bens Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o IFRN apresentou um saldo de R\$ 525.569.952,68 relacionados a imobilizado, um decréscimo de 12,56% quando comparado com o exercício anterior que apresentou um montante de R\$ 601.055.559,17.

Por outro lado a conta de depreciação, amortização e exaustão acumulada teve uma variação de 469,86%, uma vez que o saldo em 31/12/2017 era de R\$ 17.649.048,58 e passou para R\$ 100.574.680,62, tal fato se deu pelas depreciações dos Bens Móveis e Imóveis decorrentes, principalmente, das reavaliações realizadas ao longo de todo exercício de 2018 referentes aos exercícios anteriores gerando aumentos relevantes nos respectivos valores e, conseqüentemente, nos valores das depreciações.

1.4.1.4 – Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFRN em 31/12/2018 totalizavam R\$ 101.740.246,45 sendo distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Móveis	31/12/2018	31/12/2017	AH%	AV%
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramentas	64.320.715,31	66.186.502,25	-2,82%	32,42%
Bens de Informática	61.627.419,41	51.182.677,31	20,41%	31,07%
Móveis e Utensílios	34.899.259,09	33.516.025,15	4,13%	17,59%
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	19.496.520,00	18.448.952,53	5,68%	9,83%
Veículos	17.884.300,54	17.392.490,28	2,83%	9,02%

Todos os outros bens móveis	152.900,96	1.803.488,21	-91,52%	0,08%
(-) Depreciação Acumulada	-96.640.868,86	-15.127.057,63	538,86%	
TOTAL	101.740.246,45	173.403.078,10	-41,33%	100,00%

Fonte: SIAFI

Dos Bens Móveis registrados no IFRN em 31/12/2018, 32,42% do valor bruto refere-se a **Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**, seguido pelos **Bens de Informática** com 31,07% e **Material Cultural, Educacional e de Comunicação** com 17,59%. Juntos, esses 03 (três) grupos representam 81,08% do valor bruto dos Bens Móveis.

O somatório de todos os outros bens móveis teve uma redução da ordem de 91,52% em virtude de suas reclassificações, principalmente aos pertencentes à conta 12.311.99.00 – Demais Bens Móveis, que passou de um saldo de R\$ 334.610,01 em 2017 para R\$ 58.520,99 em 2018.

Também podemos observar uma variação negativa de -2,82% na conta de Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramentas que, igualmente aos outros bens móveis, também foi fortemente atingida pelo processo de reclassificação de subelementos.

No que tange a **Depreciação Acumulada** tivemos um incremento da ordem de 538,86% em virtude de o cálculo da despesa com depreciação ter sido intensificada no exercício corrente, resultante da implementação dos referidos cálculos de bens móveis que deram entrada na Instituição anteriores ao exercício de 2010. Outro motivo que se deve considerar é o fato de a Instituição ter tido um aumento dos seus bens móveis.

Em todos os grupos houve variação positiva em relação ao exercício anterior, refletindo as novas aquisições no decorrer do exercício.

1.4.1.5 – Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFRN em 31/12/2018 totalizavam R\$ 427.652.481,23 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Bens Imóveis	31/12/2018	31/12/2017	AH%	AV%
Bens de Uso Especial	378.873.095,91	380.573.536,68	-0,45%	88,57%
Bens Imóveis em Andamento	2.813.818,25	3.524.331,51	-20,16%	0,66%
Instalações	44.976.469,40	44.976.469,40	0,00%	10,51%
Todos os outros Imóveis	1.100.134,59	1.100.134,59	0,00%	0,26%
(-) Depreciação Acumulada	-3.933.811,76	-2.521.990,95	55,98%	
TOTAL	423.829.706,39	427.652.481,23	-0,89%	100,00%

Fonte: SIAFI

Conforme tabela acima, os **Bens de Uso Especial** correspondem a 88,57% do valor bruto de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do IFRN, perfazendo o montante de R\$ 427.763.518,15 em 31/12/2018.

Os valores registrados a título de **Bens Imóveis em Andamento** se referem às obras em andamento no âmbito deste IFRN, mas destacamos que boa parte desse valor é referente a obras que já foram finalizadas, mas ainda não foram baixadas no SIAFI em sua totalidade para posterior inclusão no SPIUnet. Informamos ainda que tal procedimento será realizado no próximo exercício.

No que se refere as contas de Instalações e Todos os Outros Imóveis podemos observar que os seus valores se mantiveram idênticos em relação aos 2 exercícios. Tal fato é decorrente da conta de Obras em Andamento ainda não refletir a realidade do Órgão, uma vez que a baixa desta conta refletirá no aumento daquelas.

1.4.1.5.1 – Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

1.4.1.5.2 – Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.4.1.6 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados a cada 2 anos em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, o IFRN apresentou um saldo de R\$ 610.672,00 relacionados a intangível, conforme podemos observar na tabela abaixo:

Intangível	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Software com Vida Útil Definida	887.455,38	887.455,38	0,00%
Software c/ Vida Útil Indefinida	155.932,00	148.032,00	5,34%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	120.263,44	120.263,44	0,00%
(-)Amortização Acumulada	-694.583,50	-545.078,82	27,43%
TOTAL	469.067,32	610.672,00	-23,19%

Fonte: SIAFI

A maioria dos valores registrados nesse grupo são referentes às aquisições de Softwares (89,66%), que tiveram os seus valores registrados pelo valor de aquisição.

Os procedimentos de Amortização dos Bens Intangíveis no âmbito deste IFRN tiveram início no exercício de 2017, apesar de o módulo de amortização do nosso sistema de controle patrimonial ainda estar em fase de adaptação. No mesmo período também realizamos o desmembramento da conta de Softwares em 12411.01.00 - Softwares com vida útil definida e 12411.02.00 - Softwares com vida útil indefinida, sendo nos primeiros classificados os softwares sujeitos à amortização.

O método de amortização adotado pelo IFRN segue o padrão sugerido para toda a Administração Pública Federal, ou seja, o das quotas constantes. A amortização para cada período deve ser reconhecida no resultado contra uma conta retificadora do ativo.

1.4.1.6.1 – Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Até a presente data, o IFRN não realizou nenhum *impairment* nos seus ativos intangíveis. A avaliação dos ativos do intangível deve ocorrer quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada a cada 2 anos, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

1.4.1.6.2 – Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do

patrimônio líquido. Até o encerramento do trimestre não houve lançamento a título de ajuste de exercícios anteriores do intangível

1.4.1.7 – Fornecedores e Contas a Pagar

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Nacionais	5.188.687,57	5.128.195,55	136,55%
TOTAL	5.188.687,57	5.128.195,55	133,55%

Fonte: SIAFI

Em 31/12/2018, o órgão 26435 – IFRN apresentou um saldo em aberto de R\$ 5.188.687,57 relacionado a conta contábil 21.300.00.00 “Fornecedores e Contas a Pagar - CP”, referente a obrigações de curto prazo, dos quais, 99,94% desse valor é pertencente a conta de CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - 2.1.3.1.1.04.00.

Do saldo total da conta 2.1.3.1.1.04.00, 92,15% encontram-se repousados sobre os *Campi*: Natal Central (81,58%), João Câmara (4,04%), Reitoria (3,17%), Macau (1,82%) e Nova Cruz (1,55%), conforme tabela abaixo.

UG	CAMPUS	31/12/2018	%
158369	INST.FED.DO RN/ CAMPUS NATAL - CENTRAL	4.232.842,95	81,58%
158373	INST.FED.DO RN/ CAMPUS JOAO CAMARA	209.461,47	4,04%
158155	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO RN	164.623,14	3,17%
158375	INST.FED.DO RN/ CAMPUS MACAU	94.488,79	1,82%
152757	INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	80.201,37	1,55%
TOTAL		4.781.617,72	

Fonte: SIAFI

Na tabela a apresentada a seguir, relacionamos os saldos na conta de fornecedores com valores mais expressivos em aberto, na data base de 31/12/2018, relativos ao órgão IFRN.

Cabe destacar que o fornecedor “FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CNPJ 02852277/0001-78)” que apresenta um saldo em aberto equivalente a 73,14% (R\$ 3.795.043,20) do total, seguido da empresa “WORK LINK INFORMÁTICA LTDA (04610386/0001-04)” apresentando um saldo de 2,89% (R\$ 149.958,35) e a “CONJAL – CONSTRUTORA JALES LTDA (CNPJ

02700617/0001-45)” com um saldo a pagar de R\$ 127.551,13,00 representando um saldo em aberto equivalente a 2,46%. Todos os demais fornecedores de curto prazo representam 21,51% do total do montante dessa conta.

CNPJ	FORNECEDOR	VALOR (em R\$)	%
02852277/0001-78	Fund. de Apoio a Educ. e ao Des. Tecnológico	3.795.043,20	73,14
04610386/0001-04	Work Link Informática Ltda.	149.958,35	2,89
02700617/0001-45	CONJAL – Construtora Jales Ltda.	127.551,13	2,46
158369	IFRN/Campus Natal Central	110.233,72	2,12
02755013/0001-04	GD Distribuidora de Livros Ltda.	66.181,25	1,28
	Demais Fornecedores	939.719,92	18,11
	TOTAL	5.188.687,57	100

Fonte: SIAFI

Com relação ao saldo referente ao fornecedor “FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (02852277/0001-78)”, destacamos que esse valor é recorrente da realização de concursos públicos para atender a demanda de servidores técnico-administrativos e docentes no âmbito deste IFRN.

No que se refere ao valor em aberto em favor da empresa “WORK LINK INFORMÁTICA LTDA (04610386/0001-04)”, trata-se da aquisição de vários equipamentos de informática (13 switches) para atender a demanda o Campus Natal Central.

Quanto ao valor em aberto da empresa “CONJAL – CONSTRUTORA JALES LTDA (CNPJ 02700617/0001-45)”, trata-se dos serviços de reforma, principalmente da cantina da Reitoria deste IFRN.

Não consta saldo para a conta contábil 22.300.00.00 “Fornecedores e Contas a Pagar - LP”, todo referente a obrigações de longo prazo.

1.4.1.8 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo. Abaixo apresentamos seu respectivo detalhamento:

Demais Obrigações a Curto Prazo	31/12/2018	31/12/2017	AH%	AV%
INSS	35.102,16	30.220,35	16,15	0,54
IRRF devido ao Tesouro Nacional		41,23	-100	-
Imp. e Contrib. Diversos Devido	55.619,64	34.500,00	61,22	0,85

ISS	22.620,89	21.778,10	3,87	0,35
Depósitos retidos de fornecedores	176.935,90	5.526,04	3.101,86	2,71
Pensão Alimentícia	402.176,00	-	693,07	6,15
Planos de Previd. e Assist. Médica	1.510.002,34	-	110.882	23,09
Retenções – Entidades de Classe	220.477,77	-	-82,51	3,37
Retenções – Emprést. e Financ.	2.050.944,03	-		31,36
Previdência Complementar	141.740,37	-		2,17
Precatórios de terceiros	565.369,25	-		8,64
Depósitos Judiciais	1.264,09	-		0,02
Depósitos e cauções recebidos	92.092,41	50.711,38	-22,60%	1,41
Diárias a pagar	9.710,31	1.360,58	-74,18%	0,15
Incentivos à educação	1.255.922,42	1.260.360,51	-23,38%	19,2
TOTAL	6.539.977,58	1.404.498,19	-25,27%	100,00%

Fonte: SIAFI

Com relação as Demais Obrigações a Curto Prazo, as obrigações relativas às retenções – Empréstimos e Financiamentos com 31,36%, seguidas dos Planos de Previdência com 23,09 e com Incentivos à educação com 19,20%, representam 73,65%.

Pudemos observar que as contas: Pensão Alimentícia, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções – Entidades de Classe, Retenções – Empréstimos e Financiamentos, Previdência Complementar, Precatórios de terceiros, Depósitos Judiciais e Depósitos e cauções recebidos referem-se à folha de pagamentos deste IFRN, que, por motivos operacionais do SIAFI com a implantação da Ordens de Pagamentos – OP, tiveram os seus pagamentos realizados somente no exercício de 2019.

Os valores de Incentivos à educação referem-se às liquidações de bolsas de doutoramento e de alunos que ficarão para serem pagos nos primeiros dias do exercício seguinte.

Os demais são decorrentes de retenções que foram realizadas na fonte, na qualidade de substituto tributário, nos diversos pagamentos realizados aos fornecedores.

1.4.1.9 – Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído por lançamentos referentes aos depósitos de cauções oriundos de diversos contratos distribuídos no âmbito deste IFRN, no valor de R\$ 25.435,71.

1.4.1.10 – Resultado do Exercício

A apuração do resultado do exercício é efetuada no mês 013 (apuração de resultado), com base na diferença do saldo nas contas das classes 1 - Ativo e 2 - Passivo, assim como na diferença das Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA com as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

No exercício de 2018 o IFRN apresentou um resultado negativo de R\$ 11.463.259,50, contra um resultado positivo em 2017 de R\$ 8.399.637,31. Tal resultado se deve à conciliação da conta de obras em andamento que tiveram os seus saldos atualizados.

1.4.2 - Balanço Financeiro

1.4.2.1 – Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias são classificadas em Ordinárias e Vinculadas. As Receitas Ordinárias compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.

Já as Receitas Vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, e despesas orçamentárias cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

A identificação das vinculações pode ser feita por meio do mecanismo fonte / destinação de recursos. As fontes / destinações de recursos indicam como são financiadas as despesas orçamentárias, atendendo sua destinação legal.

No exercício de 2018 as Receitas orçamentárias do IFRN totalizaram R\$ 2.023.637,43 já com as deduções da receita. Esse valor representa apenas 0,24% do total dos ingressos do Balanço Financeiro, demonstrando que as maiores parcelas dos recursos financeiros para pagamento das despesas são decorrentes de transferências do Ministério da Educação – MEC, que representa mais de 85,74% dos ingressos.

No exercício de 2018 houve um decréscimo na arrecadação das Receitas Orçamentárias na ordem de 51,27% quando comparado ao ano de 2017. O fator determinante para essa diminuição foi a redução das indenizações e restituições ao erário decorrente de descontos realizados na folha de pagamento de pessoal realizadas no exercício anterior.

Da mesma forma, as receitas vinculadas apresentaram uma redução da ordem de 43,58%, sendo essa diminuição motivada por um erro na elaboração na Guia de Recolhimento da União – GRU, ocasionando uma despesa irreal de R\$ 16.000.000,00, oriunda de um desconto concedido.

Ao final do exercício o Balanço Financeiro apresentou um saldo de R\$ 49.724.545,86.

1.4.2.2 – Deduções da Receita Orçamentária

Houve deduções na receita orçamentária da ordem de R\$ 11.051,74. Esse valor, em sua maioria, originou-se de devoluções de recursos financeiros por parte de empresas cujos valores haviam sido pagos erroneamente. Tal fato se deu pelo registro incorreto do CNPJ da empresa favorecida, ocasionando o pagamento em nome de outra empresa. Diante disso, após devolução por parte dessas empresas, foram realizados os ajustes de pagamentos às empresas corretas. Outra modalidade que compõe essas deduções são as receitas de aluguéis.

1.4.2.3 – Despesas Orçamentárias

No exercício de 2018 as Despesas Orçamentárias representaram 75,94% de todos os dispêndios, sendo 87,58% de Despesas Ordinárias e 12,42% de Despesas Vinculadas. No comparativo 2018 x 2017 as Despesas Orçamentárias tiveram um acréscimo de 8,83%.

No Balanço Financeiro as Despesas Vinculadas são apresentadas pela sua classificação funcional, ou seja, segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que área” de ação governamental a despesa será realizada.

A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42/1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo.

1.4.3 – Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Elaborado de acordo com o artigo 102 da Lei nº 4320/1964, e adequado às novas normas de contabilidade, evidencia a previsão da receita e a fixação da despesa, suas respectivas atualizações ocorridas durante o exercício, e as despesas liquidadas e pagas por conta da execução orçamentária.

1.4.3.1 – Receitas Orçamentárias

No exercício de 2018 o IFRN apresentou um montante de R\$ 2.023.637,43 a título de Receita Realizada, ao passo que a sua previsão inicial e atualizada era de R\$ 2.806.880,00. Dessa receita realizada, 100% foram referentes a Receitas Correntes, não havendo no exercício nenhuma arrecadação de Receita de Capital.

Dentre as receitas arrecadadas no exercício de 2018, as de maior representatividade foram as Receitas de **Serviços Administrativos e Comerciais Gerais** no valor de R\$ 1.097.923,60, que representa 54,25% de todas as receitas arrecadadas. Em seguida temos as **Receitas Patrimoniais** que apresentou uma variação de 29,19%.

A maior variação entre a receita prevista e a receita realizada de 3.538,81% ficou por conta de Outras Receitas Correntes, cujo valor arrecado foi de 302.385,20 para uma previsão de apenas R\$ 8.310,00. Essa diferença se deu, principalmente, em virtude dos lançamentos de restituição que são realizados na Folha de Pagamento por descontos realizados diretamente na fonte para restituição ao erário.

1.4.3.2 – Despesas Orçamentárias

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é classificada em duas categorias econômicas: Despesas Correntes e de Capital. As Despesas

Correntes são todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, por outro lado as de Capital contribuem para a formação ou aquisição de um bem.

1.4.3.2.1 – Despesas Correntes

Das despesas correntes empenhadas até o final do exercício de 2018, 77,29% foram relativas a Pessoal e Encargos Sociais e 22,71% de Outras Despesas Correntes. Dessas despesas correntes empenhadas, 93,03% foi objeto de liquidação e 85,24% foram devidamente pagas.

No que tange às Outras Despesas Correntes, as suas Despesas Empenhadas equivalem a R\$ 140.259.557,05, sendo superior a Dotação Atualizada que fora de R\$ 121.847.860,00 e isso se deve ao fato de que IFRN também executa orçamento de outros órgãos enviados através de Termos de Execução Descentralizada – TEDs, pois nesses casos os valores da dotação estão no Balanço Orçamentário do órgão concedente, constando em nosso balanço apenas a execução.

Durante o exercício 100% das Despesas Executadas foram decorrentes dos Créditos Iniciais, não havendo abertura de Créditos Suplementar, Especial ou Extraordinários. Também não houve a utilização do superávit financeiro do exercício anterior para abertura de crédito.

1.4.3.2.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital empenhadas no exercício de 2018 representaram apenas 3,32% do total das despesas orçamentárias, com um montante de R\$ 21.224.137,81. Igualmente ao ocorrido com as Despesas Correntes, o valor empenhado também foi superior à sua dotação atualizada, reflexo do recebimento de recursos descentralizados por outros órgãos. Com relação ao valor da Dotação Atualizada, esse montante apresenta um acréscimo de 81,23%.

1.4.3.3 – Restos a Pagar

O IFRN finalizou o exercício de 2018 com um saldo total de R\$ 176.281.792,16 referente à Execução de Restos a Pagar, cuja composição de 68,88% (R\$ 121.427.009,42) refere-se a conta contábil 6.3.1.0.0.00.00 “Restos a Pagar Não Processados” e 31,12% (R\$ 54.854.782,74) a conta contábil 6.3.2.0.0.00.00 “Restos a Pagar Processados”.

Os Restos a Pagar Não Processados – RPNP são todas aquelas despesas que passaram apenas pela fase de Empenho da Despesa, restando ainda a Liquidação e Pagamento. Por outro lado, os Restos a Pagar Processados são todos aqueles que já passaram pela fase de Empenho e Liquidação.

1.4.3.3.1 – Restos a Pagar Não Processados

Quanto à conta contábil 6.3.1.0.0.00.00 “Restos a Pagar Não Processados” observa-se que seus maiores saldos estão concentrados nas contas contábeis 631700000 – RP NAO PROCESSADOS – INSCRICAO NO EXERCICIO (50,03%), 631400000 – RP Não Processados Pago (39,55%) e 631100000 – RP Não Processados a liquidar (8,44%) oriundos dos empenhos de 2018 inscritos em Restos a Pagar e de exercícios anteriores, conforme planilha abaixo.

Conta Contábil	Nomenclatura	Saldo	%
631100000	RP Não Processados a Liquidar	10.253.697,36	8,44
631400000	RP Não Processados Pago	48.028.331,63	39,55
631700000	RP Não Processados – Inscrição no Exercício	60.750.517,35	50,03
	Demais Contas de RP Não Processados	2.394.463,08	1,97
TOTAL		121.427.009,42	100

Fonte: SIAFI

O saldo de maior vulto na conta 631700000 – RP Não Processados – Inscrição no Exercício deveu-se ao à inscrição dos empenhos inscritos em Restos a pagar 2018.

O saldo na conta 631400000 – RP Não Processados Pago se deveu ao fato de Administração deste IFRN ter implementado, de forma ostensiva, o controle dos saldos das contas de restos a pagar, uma vez que já implementou a execução de R\$ 48.028.331,63 no decorrer do corrente ano.

Por outro lado, o saldo na conta 631100000 – RP Não Processados a Liquidar refere-se à inscrição dos empenhos de 2017 em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício. Cabe ressaltar que aquela conta teve o seu resultado bastante diminuído, uma vez que o seu saldo inicial era de R\$ 60.676.492,07, reflexo de uma boa execução financeira deste IFRN.

1.4.3.3.2 – Restos a Pagar Processados

Quanto à conta contábil 6.3.2.0.0.00.00 “Restos a Pagar Processados” observa-se que seus maiores saldos estão concentrados na conta contábil 632700000 – RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO (88,64%) e 632200000 – RP PROCESSADOS PAGOS (11,16%) conforme planilha abaixo:

Conta Contábil	Nomenclatura	Saldo	%
632700000	RP Processados – Inscrição no Exercício	48.625.355,71	88,64
632200000	RP Processados Pagos	6.120.995,61	11,16
632900000	RP Processados Cancelados	66.288,65	0,12
632100000	RP Processados a Pagar	42.142,77	0,08
TOTAL		54.854.782,74	100

Fonte: SIAFI

O alto valor registrado na conta 632700000 – RP Processados – Inscrição no Exercício se deveu à inscrição dos empenhos que foram liquidados e ainda não pagos ao término do exercício de 2018, cujos valores serão pagos já no início do exercício seguinte.

A expressiva quantia registrada na conta 632200000 – RP Processados Pagos reflete a ostensiva execução financeira desenvolvida no âmbito deste IFRN no decorrer do presente exercício. Ao mesmo tempo em que a conta 632100000 – RP Processados a Pagar traduz a execução orçamentária que está sendo realizada neste Órgão.

Por outro lado, o saldo da conta 632900000 – RP Processados Cancelados reflete as anulações dos Restos a Pagar de fornecedores faltantes com a Administração Pública, resultante do ostensivo controle dos saldos dessas contas.

1.4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

A sua elaboração tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas – VPD) e 4 (variações patrimoniais aumentativas – VPA).

Por se tratar essa demonstração apenas do Órgão IFRN, as contas intraorçamentárias são apresentadas, sendo excluídas somente na consolidação das demonstrações contábeis no âmbito do ente.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas, sendo que as primeiras decorrem das transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, enquanto que as últimas decorrem das transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

1.4.4.1 – Variações Patrimoniais Aumentativas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's do exercício de 2018 e do exercício anterior.

1.4.4.1.1 – Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 51,21% no comparativo com o exercício anterior. A diminuição dessa VPA é decorrente do menor volume de arrecadação de receitas com serviços.

1.4.4.1.2 – Juros e Encargos de Mora

Esse grupo, apesar da baixa relevância em termos monetários, apresentou uma variação negativa de 65,70% se comparado ao exercício anterior. Tal variação foi decorrente do menor número de atrasos nos pagamentos das GRU's referente aos aluguéis em favor do IFRN gerando uma diminuição na receita referente aos Juros e Encargos de Mora, diminuindo, conseqüentemente, a respectiva VPA em questão.

1.4.4.1.3 – Reavaliação de Ativos

Houve uma variação negativa de 92,77% referente à Reavaliação de Ativos no exercício em relação a 2017, oriunda de reavaliações de Bens Imóveis. Esse trabalho de reavaliação teve início em 2015 com o objetivo de reavaliar todos os Bens Imóveis do IFRN com prazo de reavaliação expirado no SPIUnet.

1.4.4.1.4 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Em 31/12/2018 o IFRN apresentou um saldo de R\$ 298,71 no referido grupo, contra um valor de R\$ 11.374.401,30 em 2017, ou seja, uma variação negativa de 99,99% no comparativo. Esse valor refere-se a ajustes patrimoniais realizados nos *Campi* Nova Cruz, Canguaretama e Natal Zona Norte.

1.4.4.1.5 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 40,70% no comparativo com o exercício de 2017, cuja origem se deveu à baixa de passivos com ISF P, que são gerados após o cancelamento de Restos a Pagar Processados caso o órgão necessite realizar o pagamento no futuro. Como tais valores não eram mais devidos, foram baixados.

1.4.4.1.6 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 2018 esse grupo apresentou o valor de R\$ 846.703,15 contra um valor de R\$ 622.571,40 para o exercício de 2017, ou seja, uma variação positiva de 36,00% no comparativo.

Tal variação decorre, principalmente, dos valores arrecadados através de Guia de Recolhimento da União – GRU, classificados como Indenizações e Restituições devidas ao IFRN e/ou ao Tesouro Nacional.

Até o final de 2018, foi registrado o montante de R\$ 719.569,92 a título de Indenização e Restituições, ou seja, 84,98% do total, sendo R\$ 623.382,03 referentes a Indenizações e R\$ 96.187,89 referentes a Restituições.

1.4.4.2 – Variações Patrimoniais Diminutivas

A seguir apresentamos as variações mais significativas ocorridas na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP no tocante as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's.

1.4.4.2.1 – Pessoal e Encargos

No exercício de 2018 o IFRN apresentou uma VPD a título de Pessoal e Encargos no montante de R\$ 450.928.629,17, ou seja, uma variação positiva de 8,92% quando comparado ao ano anterior, que foi de R\$ 414.002.854,54. Desses valores a conta Remuneração a Pessoal responde por 78,34%, seguido por Encargos Patronais com 14,55%.

O aumento dessa VPD decorre principalmente dos aumentos salariais dos servidores deste IFRN mediante progressão na carreira, incentivos a qualificação, contratação de novos servidores, dentre outros. Essa VPD representa sozinha 58,92% de todas as VPD's de 2018.

1.4.4.2.2 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Esse grupo apresentou uma variação positiva de 6,51% em relação a 2017. O maior destaque dessa variação está na conta de Depreciação de Bens Móveis. Em 2018 o montante registrado a título de Depreciação de Bens Móveis foi de R\$ 16.493.356,05.

Por outro lado, a conta de Depreciação de Bens Imóveis fechou o seu saldo com R\$ 1.411.820,81. Tal fato se deve as diversas reavaliações feitas nos imóveis deste IFRN e registradas no SPIUnet ao longo de 2018.

Ainda foi registrado o valor de R\$ 149.504,68 referente à amortização de intangíveis, que, em sua totalidade foram contemplados os *softwares*.

1.4.4.2.3 – Outras Transferências e Delegações Concedidas

Ocorreu uma variação positiva de 42,33% no comparativo com 2017, gerando uma diferença em termos monetários de R\$ 37.491.127,10. Esses valores são decorrentes de diversas transferências de Bens Móveis realizadas entre as Unidades Gestoras do IFRN.

Por se tratar de transferência dentro do mesmo órgão, também é gerada uma contrapartida nas VPAs pelo recebimento na UG de destino, ou seja, gerando um lançamento contábil permutativo no balanço geral do IFRN.

1.4.4.2.4 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Esse grupo apresentou uma variação negativa de 59,88%, saindo de R\$ 7.362.205,58 em 2017 para o montante de R\$ 2.953.650,69 no exercício de 2018. Esse valor registrado em 2018 é decorrente, exclusivamente, da reavaliação do imóvel do *Campus Ipanguaçu*, que após passarem pelo processo de reavaliação foi verificado que o valor atual era inferior ao já registrado no SPIUnet, ocasionando a redução dos seus valores com base no laudo de avaliação.

1.4.4.2.5 – Perdas Involuntárias

Esse grupo de VPD apresentou um acréscimo de 1,85%, cuja variação se deve ao fato de vários *Campi* deste IFRN continuarem a realizar os procedimentos de baixa de bens móveis, em sua maioria inservíveis para ajuste do patrimônio.

1.4.4.2.6 – Desincorporação de Ativos

Esse grupo de VPD apresentou uma variação negativa de 37,79%, partindo de R\$ 17.237.953,24 em 2017 para R\$ 10.723.759,38 em 2018. Tal variação é decorrente dos lançamentos gerados para regularização da conta de Obras em Andamento que possuíam saldos que não haviam sido baixados por ocasião das incorporações dos imóveis, bem como das baixas de bens móveis inservíveis.

1.4.4.2.7 – Contribuições

No exercício de 2018 o grupo Contribuições apresentou uma variação positiva de 31,53% no comparativo ao exercício de 2017. O maior volume dessas contribuições é decorrente do pagamento das obrigações patronais sobre o serviço prestado por pessoa física.

Sendo assim, a variação apresentada é em virtude de maior volume de pagamentos realizados por serviços prestados por pessoa física, logo o montante recolhido como obrigação patronal também é menor, tendo em vista que valor corresponde ao percentual de 20% sobre os serviços.

1.4.4.2.8 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

No exercício de 2018 essa conta apresentou um saldo de R\$ 14.417,23 correspondendo a uma variação negativa de 43,64% em comparação ao exercício de 2017. O maior volume desses valores se refere aos ressarcimentos pagos sobre as bagagens dos servidores deste IFRN que realizaram viagens em transportes aéreos.

1.4.4.2.9 – Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial negativo apresentado em 2018 foi de R\$ 11.463.259,50, contra um resultado de 8.399.637,31 que foi apurado no exercício anterior.

O resultado patrimonial de 2018, que foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apresentou o supracitado déficit em virtude, principalmente, das transferências intragovernamentais, que, se comparado ao exercício anterior apresentou um aumento da ordem de 15,44%.

1.4.5 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

Assim como a Demonstração de Resultados de Exercícios, a DFC é uma demonstração dinâmica e deve ser incluída no balanço patrimonial.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

No exercício de 2018 tivemos ingressos da ordem de R\$ 725.072.146,49 dos quais 99,48% referem-se às Transferências Financeiras recebidas (R\$ 721.269.617,95) que se tratam do orçamento anual recebido dos diversos órgãos governamentais.

Por outro lado, o IFRN apresentou no exercício de 2018 o total de desembolsos de R\$ 662.230.568,60, dos quais R\$ 498.678.874,70 (75,30%) referem-se ao pagamento de salários e demais encargos dos servidores deste IFRN.

No que se refere ao fluxo de caixa das atividades de investimento deste IFRN no exercício de 2018, tivemos apenas desembolsos da ordem de R\$ 19.901.567,70, dos quais 99,93% foram resultantes da aquisição de ativos não circulantes.

Com isso, pudemos observar que para o exercício de 2018 o IFRN apresentou uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da ordem de R\$ 42.940.010,19.



OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

7



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

7.1 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas escolhidos para estarem presentes neste relatório integrado foram determinados a partir do alinhamento entre a função social do IFRN, conceituado como “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (PPP, 2012), e conforme as indicações realizadas pelo Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão Normativa TCU, de 19/09/2018, e da cartilha de orientação para a construção de um relatório de gestão na forma de relato integrado.

Os principais eixos do IFRN, que impactam diretamente na geração de valores para a sociedade, são os de ensino, pesquisa e extensão. Estas áreas buscam organizar os seus objetivos estratégicos de uma maneira que gerem valores substanciais para a sociedade, tais como criar oportunidades de emprego, redução da desigualdade social, melhoria de vida dos alunos e de toda comunidade beneficiada com a instituição, melhoria do nível de qualidade do ensino no Estado, dentre outros. Dessa maneira, para a seleção das temáticas a serem apresentadas neste relatório, anteriormente houve uma interligação ao plano de ação do IFRN, pois no planejamento institucional foram eleitas as principais ações e metas para o alcance dos objetivos estratégicos, sendo estes pontos expostos como importantes neste atual relatório de gestão.

As áreas sistêmicas, cujos gestores são responsáveis pela execução dos objetivos estratégicos institucionais, são as instâncias de governança que determinam a materialidade dos conteúdos a serem apresentados no Relatório de Gestão. Tal determinação se baseia nos conteúdos estabelecidos pelos normativos nos órgãos de controle, nas atividades que requerem maior esforço institucional (seja por meio de investimento financeiro e/ou de pessoal) e na estrutura do planejamento anual, que prevê as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano e que serão objeto de análise sobre os resultados no Relatório.

7.2 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Relatório		Responsável(is)	Conteúdo	Forma recomendada
01/2018	Relatório Anual de Auditoria Interna - RAIINT	AUDGE/IFRN	Retrato das atividades realizadas pela Auditoria Interna e o tratamento de determinações e recomendações do TCU.	Além da uma visão geral do tratamento de determinações e recomendação do TCU, o relatório deverá abordar, no que couber (diretriz materialidade), uma visão geral do tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.

Os órgãos de controle atuam de maneira concatenada com os órgãos e entidades governamentais com o fito, dentre outros aspectos, de contribuir no aprimoramento dos controles internos e na transparência correlata às atividades desenvolvidas pelo órgão. Ademais, visa demonstrar o estágio de alcance dos principais anseios inicialmente almejados pelo Estado para a Unidade de Prestação de Contas em análise.

Nesse diapasão, a Auditoria Geral do IFRN efetiva, de maneira sistemática, consultas aos sistemas tanto do Tribunal de Contas da União como do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União com o intuito de verificar a existência de recomendações e determinações para esta Autarquia Federal.

Isto posto, para o exercício de 2018 trazemos à baila, no Quadro 2, um retrato das principais informações conexas com as atividades desenvolvidas pelo IFRN e monitoradas pelo Egrégio Tribunal de Contas da União.

Quadro 2: Resumo dos acompanhamentos realizados pela Auditoria Geral do IFRN no tocante ao Sistema E-Pessoal (TCU)

Estado do Indício	Tipo do indício	Total de casos
Aguardando esclarecimentos	Descumprimento de jornada de trabalho.	13
	Dedicação exclusiva desrespeitada.	
Esclarecimento iniciado	Descumprimento de jornada de trabalho.	10
	Dedicação exclusiva desrespeitada.	
	Servidor sócio gerente/administrador de empresa privada.	
Aguardando encaminhamento para o TCU	Descumprimento de jornada de trabalho.	03
	Dedicação exclusiva desrespeitada.	



Esclarecimento Encaminhado	Dedicação exclusiva desrespeitada.	01
Em monitoramento	Acumulação irregular de cargos.	128
	Dedicação exclusiva desrespeitada.	
	Descumprimento de jornada de trabalho.	
	Jornada incompatível entre empregos acumulados.	
	Remuneração acima do teto.	
Servidor sócio gerente/administrador de empresa privada.		
Tratado em processo de controle externo	Descumprimento de jornada de trabalho.	34
	Redutor de pensão da EC 41/2003 insuficiente	
Arquivados	Acumulação irregular de cargos	97
	Aposentadoria por invalidez com registro de outro emprego.	
	Dedicação exclusiva desrespeitada.	
	Descumprimento de jornada de trabalho.	
	Inabilitados pelo TCU ocupando função comissionada ou cargo em comissão.	
	Jornada incompatível entre empregos acumulados.	
	Remuneração acima do teto.	
Servidor sócio gerente/administrador de empresa privada.		
Total		286

Fonte: AUDGE/RE-IFRN. Dados extraídos em 07/01/2019.

O Quadro 3 retrata as questões ligadas à área de pessoal deste instituto. No que concerne às determinações exaradas primordialmente por meio de acórdãos, os quais geraram efeitos na gestão, é possível destacar alguns aspectos. Senão vejamos que no exercício de 2018, além das avaliações feitas para as questões de admissão e aposentadoria, existiu ainda intervenções do TCU reconhecendo o atendimento, por parte do IFRN de determinações inseridas em outras avaliações pretéritas feitas pelo TCU. Desta feita, os acórdãos 1.924/2018 – PL; 6.558/2018 – 2ª C e o 8.122/2018 – 1ª; consideraram atendidas as determinações feitas ao IFRN. O Ac. 2.512/2018 – PL possui determinações genéricas relacionadas a transparência na Administração Pública e foi dirigida à várias Instituições federais.

Com efeito, o Acórdão que apresentou maior impacto para o exercício de 2018 foi o Ac. 3.510/2018 – 2ª, o qual julgou as contas do IFRN no exercício de 2015. Referido instrumento considerou as contas regulares com ressalva e trouxe algumas recomendações. São elas:

Quadro 3 – Determinações do Acórdão 3.510/2018 – 2ª C do TCU

Determinação	Providências adotadas pelo IFRN
9.3.1. adeque o seu estatuto e o Regimento Interno do Codir ao disposto no art. 10, § 2º, da Lei 11.892/2008, de modo a estabelecer àquele colégio o caráter consultivo;	O Conselho Superior emitiu a Resolução nº 18/2018 e 20/2018 na qual faz os ajustes nas competências do Colégio de Dirigentes - CODIR.
9.3.2. se almejar expedir autorização para servidores cumprirem jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, com dispensa do intervalo para refeições, conforme previsto no art. 3º do Decreto 1.590/1995, com a redação dada pelo Decreto 4.836/2003, o faça mediante regulamentação que observe rigorosamente os requisitos estabelecidos nesse dispositivo normativo, para que somente seja admitida essa flexibilização de jornada de trabalho quando forem atendidas, de forma cumulativa, as seguintes condições: i) os serviços exijam atividades contínuas; ii) o regime de trabalho ocorra em turnos ou escalas, de período igual ou superior a doze horas ininterruptas; e iii) os serviços se deem em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, entendido, esse último, como aquele que ultrapasse às vinte e uma horas;	O IFRN emitiu uma Portaria 1751/2018 observando os preceitos insculpidos na legislação pátria, com o fito de disciplinar a matéria de flexibilização da jornada de trabalho a ser adotada nos campi e Reitoria. No tocante aos relatórios gerenciais, a Diretoria de Gestão de Pessoas fez ajustes no sistema SUAP permitindo aferir toda a jornada laboral cumprida no dia pelo servidor. Possibilitando, inclusive, que a chefia imediata faça a análise para autorizar uma jornada de trabalho de até 10 horas diárias, desde que no interesse da Administração e conforme o texto da Constituição Federal.
9.3.3. aprimore os relatórios gerenciais que permitam o acompanhamento da frequência do servidor, nos termos recomendados pelo órgão de controle interno no subitem 1.1.2.2 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 201601451 (prestação de contas do exercício de 2015), atentando para as falhas mencionadas no subitem 9.9 do acórdão 5.847/2013 - 1ª Câmara;	Tendo em vista que o relatório de Gestão imediatamente confeccionado após o Acórdão 3.510/2018 é o de 2019, seguem as informações demandadas pelo Egrégio Tribunal de Contas.
9.3.4. informe, no relatório de gestão referente às próximas contas, os resultados das medidas adotadas para o cumprimento das determinações mencionadas nos subitens 9.3.1 a 9.3.3, acima;	

Fonte: AUDGE/RE-IFRN

Na mesma linha de verificação, a Auditoria Geral realiza aferições ao Sistema Monitor, o qual registra as recomendações exaradas pela CGU a fim de permitir, de maneira mais célere, que o gestor se aproprie das constatações e possa tomar as medidas cabíveis para solucionar as fragilidades apontadas.

Quadro 4 – Resumo dos acompanhamentos realizados pela Auditoria Geral do IFRN no tocante ao Sistema Monitor (CGU)

Unidade Gestora	Recomendações atendidas/ identificação	Recomendações canceladas	Recomendações em monitoramento	Recomendações em outras situações	Recomendações em monitoramento e em análise CGU	Recomendações em monitoramento e aguardando providências do Gestor	Recomendações em monitoramento, aguardando providências do Gestor e no prazo	Recomendações em monitoramento, aguardando providências do Gestor e com prazo expirado
158155	12 (176162; 176165; 176166; 171149; 177750; 179663; 179722; 179724; 179728; 179734; 179738 e 181586)	23	47	0	15	32	28	4

Filtro - Período: 01/01/2018 a 31/12/2018. Unidade Gestora: 158155 e Órgão: 26435.

Fonte: AUDGE/RE-IFRN. Dados extraídos em 14/02/2019.

Os acompanhamentos concretizados ao longo do exercício de 2018 pelos órgãos de controle interno e externo contribuem no controle e conseqüentemente na otimização do uso dos recursos públicos no âmbito do IFRN, de sorte que ajudam no alcance dos objetivos da instituição.

7.3 INDICADORES DA PLATAFORMA NILO PEÇANHA – ESTATÍSTICAS OFICIAIS DA RFECT

O conjunto de indicadores publicados na Plataforma Nilo Peçanha objetiva oferecer à sociedade um conjunto de informações que permita conhecer as atividades realizadas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No quadro 5 são apresentados os resultados para o IFRN e as respectivas análises para o desempenho obtido.

Quadro 5 – Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha

Indicador	Meta	PNP 2017	PNP 2018	Análise
Matrícula Equivalente	*	60.621	44.102	A queda no número de matrículas se deu pelas auditorias entre o sistema acadêmico do IFRN e os dados cadastrados no SISTEC. O valor apresentado e 2018 está mais próximo da realidade do IFRN, não indicando, portanto, perda de efetivas matrículas.
Matrículas Equivalentes em cursos técnicos	50%	66,8%	69,9%	Para atender a meta estabelecida no art. 8 da Lei 11.892/2008 e a meta do art. 2 do Decreto 5.840/2006, o IFRN tem trabalhado seu próximo PDI (matrículas) para equalizar as distorções existentes nas referidas matrículas (técnico, formação de professores e EJA) e atender as metas estipuladas em até quatro anos.
Matrículas Equivalentes em cursos de formação de professores	20%	10,7%	12%	
Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (EJA)	10%	1,8%	2,1%	
Relação de Inscritos por Vagas	*	4,99	3,39	A ampliação da oferta de vagas para Pessoas com Deficiência - PcD ocasionou um crescente número de vagas ociosas para esse público, o que acarretou sucessivas chamadas de vagas remanescentes. O processo seletivo para ingresso no Curso de Especialização em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (pós-graduação <i>lato sensu</i>), na modalidade a distância, do IFRN em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), para o semestre letivo de 2018.2, regido pelo Edital 35/2018-PROEN/IFRN, com oferta de 1500 vagas, teve apenas 25% de preenchimento.

Taxa de Evasão	*	25,5%	17,3%	<p>Por meio de ações que favorecem a permanência e êxito do estudante o IFRN vem melhorando estes indicadores. Isto se observa quando fazemos uma comparação com o cenário nacional em 2018, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evasão: 18,6% • Conclusão no Ciclo: 45,58% • Evasão no Ciclo: 49,09% • Retenção no Ciclo: 5,33% • Eficiência Acadêmica: 48,2%
Conclusão por Ciclo	90%	57,11%	61,08%	
Evasão por Ciclo	*	39,91%	36,29%	
Retenção por Ciclo	*	2,985	2,68%	
Índice de Eficiência Acadêmica	90%	58,9%	62,8%	
Índice de Titulação do Corpo Docente	*	4,1	4,1	<p>Para promover o aumento da titulação do corpo docente o IFRN vem investindo em capacitação de pós-graduação <i>stricto sensu</i> disponível a todos os servidores da instituição mediante processo seletivo. No entanto, o processo de ampliação do corpo docente (138 professores em 2018) nem sempre resulta em contratações de profissionais já com pós-graduação, o que contribui para a estabilidade ou até mesmo queda deste índice.</p>
Relação de Matrículas por Professor	20	28,73	26,23	<p>A diminuição deste indicador é decorrente a queda do número de matrículas em 2018. Não houve, porém, prejuízo à meta estabelecida.</p>
Gasto Corrente por Matrícula	*	12.482,31	14.077,95	<p>O aumento dos gastos em relação a 2017 é decorrente de duas causas principais: a redução do número de matrículas, já apontada no topo deste quadro, e o aumento dos custos com pagamento de pessoal, que representam a maior parte dos gastos correntes.</p>

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, disponível em <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>. Acesso em 02.04.2019

7.4 INDICADORES DO ACÓRDÃO Nº 2267/2005-TCU

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, são apresentados os resultados de um conjunto de indicadores acadêmicos, administrativos, socioeconômico e de gestão de pessoas, considerando-se o exercício de referência deste relatório de gestão e os quatro exercícios imediatamente anteriores. O quadro 5 apresenta um resumo desses indicadores, detalhados à sequência. As análises críticas de cada indicador encontram-se contextualizadas na avaliação dos objetivos estratégicos aos quais se vinculam, disponíveis no capítulo 4 deste Relatório, com indicação das seções específicas no próprio quadro a seguir.

Quadro 5 - Indicadores do Acórdão nº 2267/2005-TCU

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Seção	Exercícios				
				2018	2017	2016	2015	2014
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$RC/V = \frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas ofertadas}}$	4.5	3,55	4,92	4,93	10,52	7,57
	Relação Ingressos/Aluno	$RI/A = \frac{\text{Ingressos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	4.5	55,9	53,08	52,08	45,36	50,02
	Relação Concluintes/Aluno	$RC/A = \frac{\text{Concluídos}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	4.5	31,9	31,06	27,93	23,35	28,35
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	$IEAC = \frac{\text{Concluídos}}{\text{Ingressos correspondentes}} \times 100$	4.5	58,3	59,36	59,01	57,83	53,95
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$IRFE = \frac{\text{Retenção}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100$	4.5	9,9	11,41	7,34	19,53	16,13
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$RA/DTI = \frac{\text{Alunos matriculados}}{\text{Docentes em tempo integral}}$	4.5	26,1	24,04	21,51	26,02	22,46

Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$GCA = \frac{\text{Total de gastos correntes}}{\text{Alunos matriculados}}$	4.9	14.077,95	15.104,83	15.966,80	12.408,91	12.437,91
	Percentual de Gastos com Pessoal	$PGP = \frac{\text{Total de gastos com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	4.9	78,5	78,16	73,75	71,42	67,11
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$PGOC = \frac{\text{Outros custeios}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	4.9	17,00	13,70	16,49	17,87	18,45
	Percentual de Gastos com Investimentos	$PGI = \frac{\text{TT gastos com invest. e inv. fin.}}{\text{Gastos totais}} \times 100$	4.9	3,4	3,00	4,35	6,47	10,48
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	$PSC = \frac{\text{AMCRPC}}{\text{AMC}} \times 100$ <p>Onde: AMCRPC = Alunos matriculados por classe de renda familiar per capta) AMC = Alunos matriculados com caracterização</p>						
	Até 0,5 (exclusivo)		4.4	63,1	61,69	59,73	63,82	55,17
	Entre 0,5 e 1 (exclusivo)		4.4	21,7	23,43	24,75	22,60	26,58
	Entre 1 e 1,5 (exclusivo)		4.4	7,9	7,92	7,61	6,83	9,27
	Entre 1,5 e 2 (exclusivo)		4.4	2,7	2,64	3,31	3,18	3,67
	Entre 2 e 2,5 (exclusivo)		4.4	1,5	1,18	1,40	1,22	2,34
	Entre 2,5 e 3 (exclusivo)		4.4	0,9	0,93	0,99	0,89	0,86
Maior ou igual que 3	4.4	2,2	2,21	2,21	1,46	2,11		
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$ITCD = \frac{Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5}{G + A + E + M + D}$	4.8	4,11	4,09	4,02	3,87	2,65

Fonte: SUAP Gestão e Plataforma Nilo Peçanha. Acesso em 02.04.2019.



ANEXOS E APÊNDICES

8



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte

A1 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO



Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Presidente do Conselho Superior
Presidente do Colégio de Dirigentes
Presidente do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão

Na função de Presidente das instâncias de governança estratégica do IFRN, declaro o compromisso em assegurar a integridade do presente Relatório, tendo compreendido todos os níveis hierárquicos decisórios e suas equipes técnicas para a obtenção e consolidação das informações, e aprovado o produto final ora apresentado. Considerando a inovação representada pelo formato de relato integrado para o Relatório Anual de Gestão, nos pautamos pelas melhores práticas adotadas pelas organizações, públicas e privadas, assim como seguir as recomendações e determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União. Nossa opinião é que, atendendo ao dever de prestar contas à sociedade, divulgamos de forma concisa, transparente e objetiva os resultados alcançados em 2018 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

A2 GLOSSÁRIO

Ad referendum - sujeito à aceitação posterior por parte de um colegiado.

Anais - obra que relata os acontecimentos de cada ano.

Balanced scorecard – indicadores balanceados de desempenho. Instrumento gerencial de medição de desempenho de uma Instituição ou Empresa.

Boletim de serviço - determinação da Lei 4.965, de 5 de maio de 1966, que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo. Neste documento são divulgados os atos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.

Bolsas de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios – TAL – bolsas para alunos regularmente matriculados no IFRN, tendo cursado com aprovação as disciplinas correspondentes aos laboratórios para os quais se candidatam, com o objetivo de realizar prática profissional na modalidade de Atividades de Tutoria Aprendizagem e Laboratórios –TAL.

Campi – forma plural de *campus*.

Campus – unidade de ensino.

Conformidade legal - legislação aplicável a cada área.

Conlegis - sistema de consulta de atos normativos da Administração Pública Federal, é um portal de pesquisa de legislação sobre recursos humanos no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Contingenciamento - de acordo com o conceito do antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão "O contingenciamento consiste no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesa prevista na Lei Orçamentária em função da insuficiência de receitas. Normalmente, no início de cada ano, o Governo Federal emite um Decreto limitando os valores autorizados na LOA, relativos às despesas discricionárias ou não legalmente obrigatórias (investimentos e custeio em geral). O Decreto de Contingenciamento apresenta como anexos limites orçamentários para a movimentação e o empenho de despesas, bem como limites financeiros que impedem pagamento de despesas empenhadas e inscritas em restos a pagar, inclusive de anos anteriores. O poder regulamentar do Decreto de Contingenciamento obedece ao disposto nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)".

Discentes – alunos.

Docentes – professores.

Egressos – aqueles que deixaram de pertencer a comunidade acadêmica.

Estágio probatório - o estágio probatório está ligado a estabilidade do servidor público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 41, "são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público".

Evasão escolar – descontinuidade dos estudos por parte do aluno.

Extensão - processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade.

Fomentar – promover o desenvolvimento, estimular, desenvolver, instigar.

Gestão de riscos – segundo a Instrução Normativa 01/2016, do MP/CGU, artigo 2º, inciso VII, gerenciamento de riscos é conceituado como o "processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, para fornecer razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da organização".

Governança - é definida pelo Decreto 9.203/2017 como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Incubadoras tecnológicas - têm como objetivo abrigar empresas inovadoras frutos de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, buscando o fornecimento de um ambiente dedicado ao desenvolvimento da empresa através do fornecimento de assessoria empresarial, contábilística, financeira e jurídica.

Indicadores – instrumentos de gestão para medir os resultados e acompanhar as metas da Instituição.

Insalubridade – de acordo com a lei 6.514, de 22/12/77, "serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos".

Macroprocesso - é o meio pelo qual a Instituição reúne os grandes conjuntos de atividades para cumprir a sua missão.

Multicampi - Instituição com várias unidades.

Parques tecnológicos - segundo Solleiro (1993), um parque tecnológico compreende uma área física delimitada, urbanizada, destinada às empresas intensivas em tecnologia que se estabelecem próximas ou em universidades ou centros de pesquisas com o objetivo utilizarem a capacidade científica e técnica dos pesquisadores e de seus laboratórios.

Periculosidade – de acordo com a lei nº 12.740, de 08/12/12, "são consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo

Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica e roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial".

Periódicos - publicações de assuntos específicos ou diversos que são publicados regularmente.

Plataforma Lattes - é uma plataforma virtual criada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que agrega as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações.

Pluricurricular – que têm múltiplos currículos.

Programa Mulheres Mil – de acordo com o Ministério da Educação, "o objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões".

Qualis - é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.

Recurso de capital - segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria capital deve ser empregada na aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, computadores, mobiliário, etc.).

Recurso de custeio – segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, "a parcela dos recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola), que pertence à categoria de custeio destina-se a cobrir despesas relacionadas aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.) e contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.).

Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) - sistema desenvolvido pela equipe da Diretoria de Gestão de TI (DIGTI) para a Gestão dos Processos Administrativos do IFRN.

Termo de Execução Descentralizada - é definido, no Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013, como "instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional

A3 LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

programática”.

API - Interface de Programação de Aplicativos

ASCE – Assessoria de Comunicação Social e Eventos

Aseri - Assessoria de Extensão e Relações Internacionais

AUDGE – Auditoria Geral do IFRN

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CD – Cargo de Direção

Cefet-RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

Cern - Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos

CGU – Controladoria-Geral da União

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola

CIS/PCCTAE – Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnico-Administrativos em Educação

Cipe – Comissão Interna de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRN

CNAT – *Campus* Natal – Central do IFRN

CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COADPE – Coordenação de Administração de Pessoal

Codepe - Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal

COASS – Coordenação de Atenção à Saúde do Servidor

Codipa - Comissão de Diárias e Passagens

Codir – Colégio de Dirigentes

Coen – Comitê de Ensino

Coinre - Coordenação de Infraestrutura e Redes

Conif – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Conseplex – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consup – Conselho Superior

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente

DIENG - Diretoria de Engenharia e Infraestrutura

DIGAE – Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

DIGPE – Diretoria de Gestão de Pessoas

DIGTI – Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação

DOU – Diário Oficial da União

EaD – Educação a Distância

EJA – Educação de Jovens e Adultos

Enap – Exame Nacional de Administração Pública

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

Enalic - Equipe Nacional de Licitações e Contratos

Enade – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Encceja – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

FCC – Função Coordenador de Curso

FIC – Formação Inicial e Continuada

FG – Função Gratificada

Fiern – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Forti – Fórum de Diretores de Tecnologia da Informação/Conif

Funcern – Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte

Gabin – Gabinete

- GECC** - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Ideb** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IF** – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFRN** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- IGC** - Índice Geral de Cursos
- IN** – Instrução Normativa
- Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INPI** – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
- ITMO** – Incubadora Tecnológica Mossoró
- ITNC** – Incubadora Tecnológica Natal-Central
- LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA** – Lei Orçamentária Anual
- MEC** – Ministério da Educação
- MPOG** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Napne** – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
- NBC** – Normas Brasileira de Contabilidade
- NC** – Nota de Movimentação de Crédito
- NCE** – Núcleo Central Estruturante
- NE** – Nota de Empenho
- Neabi** - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas
- NEPP** - Núcleos de Extensão e Prática Profissional
- NIT** – Núcleo de Inovação Tecnológica
- Nuarte** - Programa de Núcleos de Arte e Cultura
- OCI** – Órgão de Controle Interno
- PAINT** – Plano Anual de Auditoria Interna
- PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento
- PAE** – Pesquisa de Acompanhamento de Egressos
- PAF** – Projeto de Autorização de Funcionamento de Curso
- PCCTAE** – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
- PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PDTI** - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
- PET** - Programa de Educação Tutorial
- PIBID** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- PIT** - Plano Individual de Trabalho
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PPA** – Plano Plurianual
- PPC** – Projeto Pedagógico de Curso
- PPP** – Plano de Providências Permanente
- PPP** – Projeto Político-Pedagógico
- Proad** – Pró-Reitoria de Administração
- Prodes** – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
- Proeja** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- Proeja FIC** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental
- Proen** – Pró-Reitoria de Ensino
- Proex** – Pró-Reitoria de Extensão
- ProITEC** – Programa de Iniciação Tecnológica e Cidadania do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- Propi** – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
- QVT** – Qualidade de Vida no Trabalho
- RAINT** – Relatório de Auditoria Interna
- RDC** – Regime Diferenciado de Contratação
- Regif** – Rede de Grêmios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Rio Grande do Norte

RFECT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

RP – Restos a Pagar

Sebrae-RN – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte

Secitex – Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão

Setec – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Siape – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

Sinaes – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Sipec – Sistema de Pessoal Civil

Sistec – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

SPIUnet – Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União

SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

Suap – Sistema Unificado de Administração Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TAL – Tutoria de Aprendizagem e Laboratório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TAM – Termo de Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCU – Tribunal de Contas da União

TED – Termo de Execução Descentralizada

TEM - Tutoria do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

TI – Tecnologia da Informação

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UMinho – Universidade do Minho

UG – Unidade Gestora

UGR – Unidade Gestora Responsável

UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade Prestadora de Contas

CRÉDITOS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Abraham Weintraub

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Ariosto Nunes Culau

REITOR DO IFRN

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

AUDITORA GERAL DO IFRN

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira

CONSELHO SUPERIOR DO IFRN

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Wyllys Abel Farkatt Tabosa

Presidente

Carolina Helena de Gois Dantas

Secretária

COORDENAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

EQUIPE DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Carlos André de Oliveira

Felipe Augusto de Oliveira Guedes

Marcos Antônio de Oliveira

Patricia de Albuquerque Maia

Renata Fernandes da Paz de Oliveira

Renato Silva Barroso de Carvalho

Solange Marlene Thomaz

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Bruno Andrade Pinto





INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Norte